

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

**ENTRE A ARTE E A TÉCNICA:
O DILEMA DO SOCIAL NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS
NO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA/RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aline Weber Sulzbacher

Santa Maria, RS, Brasil

2009

**ENTRE A ARTE E A TÉCNICA:
O DILEMA DO SOCIAL NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS
NO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA/RS**

por

Aline Weber Sulzbacher

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para
obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**

**Orientador:
Prof. Dr. Pedro Selvino Neumann**

Santa Maria, RS, Brasil
2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**ENTRE A ARTE E A TÉCNICA:
O DILEMA DO SOCIAL NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS
NO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA/RS**

elaborada por
Aline Weber Sulzbacher

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Pedro Selvino Neumann
(Presidente/Orientador)

Prof. Dr. Luis Carlos Mior – EPAGRI

Prof. Dr. João Carlos Tedesco – UPF

Santa Maria, 31 de julho de 2009.

DEDICATÓRIA

*Aos homens e mulheres
que a cada gota de suor
re-inventam saberes.*

AGRADECIMENTOS

Um caminhar não depende somente do caminho e do rumo a que se pretende chegar. Depende fundamentalmente de quem nos dará os suportes necessários para seguir adiante, a cada passo...

... um passo de suporte, deve-se a Universidade Federal de Santa Maria, ao Programa de Assistência Estudantil e ao Programa de Pós Graduação em Extensão Rural e, em especial, ao seu corpo docente pela oportunidade concedida neste espaço de formação. Ao corpo discente, colegas e amigos, obrigada pelas incríveis oportunidades de construção de conhecimentos, viagens, festas e discussões teóricas...

... outro passo, deve-se a família: meus queridos pais Deoclides e Valéria, mano Jovane – agricultores e que tem lutado por uma vida melhor a partir da labuta na agroindústria. Além disso, me forneceram suporte e apoio incondicional, principalmente nos 12 meses sem bolsa.

... um passo rumo a construção intelectual, deve-se às contribuições dos professores Pedro Neumann e Paulo Silveira. Obrigada pelos momentos de discussão, reflexão, divergências, crises, apoio e, principalmente, pelas oportunidades.

... um passo com companhia. Ao Vitor, por aventurar-se nos recantos gaúchos. Pela sutil e nobre presença, entre outras tantas contribuições.

... um passo descansado deve-se aos amigos: Eléia Righi, Jaqueline Haas, Tanise da Silva e Ezequiel Redin (...), pelos momentos de descontração e que me ajudaram a segurar tantas “pontas”.

... um passo à realidade, deve-se aos homens e mulheres rurais de Constantina que dedicaram uma porção de seu tempo para responder algumas perguntas e falar um pouco de sua vida... Igualmente agradeço às lideranças municipais de Constantina, pela atenção, dedicação e paciência. Agradeço também aos demais agricultores feirantes, com os quais tive oportunidade de dialogar e aprender.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

**ENTRE A ARTE E A TÉCNICA:
O DILEMA DO SOCIAL NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS
NO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA/RS**

Autora: Aline Weber Sulzbacher
Orientador: Pedro Selvino Neumann
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 31 de julho 2009.

Esta dissertação tem por objetivo construir uma proposta de avaliação do impacto social da agroindústria familiar rural, usando como escalas de análise a unidade de produção familiar e o entorno comunitário. A proposta constitui-se em um conjunto de variáveis e indicadores que poderão ser utilizados quando se trata de discutir e mensurar a dimensão social na agroindústria familiar. Neste universo de estudo, a dimensão social geralmente é ponderada a partir da melhoria na qualidade de vida dos sujeitos rurais envolvidos no processo. No entanto, isso não se coloca como uma realidade a todas as experiências de agroindustrialização, sendo que muitas acabam por vivenciar tanto impactos sociais positivos quanto negativos, especialmente para o grupo familiar. Portanto, para o desenvolvimento da pesquisa, realizou-se um estudo teórico acerca da avaliação de impacto social e, a partir desse suporte, construiu-se uma primeira proposta com uma série de variáveis e indicadores que, posteriormente, foram utilizados para refletir acerca dos possíveis impactos sociais de algumas experiências em agroindustrialização no município de Constantina/RS. Por fim, a proposta de avaliação de impacto social foi re-elaborada através da inclusão e/ou exclusão de variáveis, indicadores e hipóteses de impactos. Esse processo resultou numa proposta de avaliação de impacto social que contempla 25 variáveis com 56 indicadores. As incursões a campo permitiram observar que os impactos sociais mais significativos podem ser sentidos através das variáveis trabalho, renda e educação- quando se trata da escala da unidade de produção familiar- e da variável segurança alimentar- quando se refere ao entorno comunitário. De forma geral, os resultados apontam para um processo onde os impactos sociais negativos tendem a ser mais significativos quando a agroindústria passa a ser a principal atividade da unidade de produção familiar, exigindo escala de produção e intensificação da força de trabalho. Portanto, entre a arte e a técnica estariam alguns dos dilemas sociais vividos no bojo dos processos de agroindustrialização, uma vez que caracterizam um processo de transição entre a produção artesanal, que gera renda complementar, e a agroindústria familiar, que se torna a principal fonte de renda do grupo familiar.

ABSTRACT

Master's Degree Dissertation
Program of Masters Degree in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

**BETWEEN ART AND TECHNIQUE:
THE SOCIAL DILEMMA AT THE RURAL FAMILY AGRO-INDUSTRIES
THE CITY OF CONSTANTINA/RS**

Author: Aline Weber Sulzbacher
Advisor Professor: Pedro Selvino Neumann
Place and Data of the Defense: Santa Maria, July 31, 2009.

This dissertation has the aim of presenting an evaluation proposal on the social impact of the rural family agro-industry, using as analysis scales the unity of production and the community environment. The proposal itself is a set of variants and indexes which can be used to discuss and measure the social dimension of the family agro-industry. In this study context, the social dimension is adjusted since the improvement of the life quality of the rural subjects involved in the process. However, this is not a reality to all agro-industrialization experiences, and several end up dealing with both negative and positive social impacts, mainly to the family group. To develop the research, a theory study was conducted, on the social impact evaluation and, from this basis; the first proposal took place presenting a series of variants and indexes which, furthermore, were used to reflect about the possible social impacts of some agro-industrialization experiences in the county of Constantina/RS. The evaluation proposal of the social impact was re-elaborated through the inclusion and/or exclusion of variants, indexes and hypothesis of the impacts. This process resulted of a social impact evaluation proposal that holds 25 variants with 56 indexes. The field incursions indicated that the most significant social impacts can be perceived through the work, income and education variants when dealing with the family production unity scale, and the food safety variant when dealing with the community environment. Overall, the results lead to a process in which the negative social impacts tend to be more significant when the agro-industry starts to be the main activity of the family production unity, demanding production scale and a strengthening of the workforce. So, between art and technique would be some of the social dilemmas faced at the heart of the agro-industrializations processes, once they illustrate a transition process between the artisanal production that generates a complementary income, and the family agro-industry that becomes the main source of income of the family group.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Representação gráfica da análise escalar como ferramenta metodológica.....	25
Figura 02 – Representação gráfica das ferramentas metodológicas – primeiro esboço das variáveis a cada nível escalar	26
Figura 03 – Representação gráfica das escalas de análise espaciais com ênfase para as variáveis a serem consideradas na avaliação de impacto social na UPA.....	66
Figura 04 – Representação da escala e interação das variáveis referentes ao entorno comunitário.....	74
Figura 05 – Representação gráfica do município de Constantina/RS.....	78
Figura 06 – Representação gráfica da evolução temporal das ações políticas no município...	83
Figura 07 – Queijos das agroindústrias em pontos de comercialização	84
Figura 08 – Salames das agroindústrias em pontos de comercialização.....	84
Figura 09 – Quiosque da Agricultura Familiar.....	86

LISTA DE TABELAS e QUADROS

Tabela 01 – Variação da população em Constantina e Crissiumal/RS.....	78
Quadro 01 – Proposta de variáveis e indicadores de Becker, Armour e Vanclay. _____	51
Quadro 02 – Relação entre categorias propostas por Vanclay e variáveis propostas pela pesquisa. _____	66
Quadro 03 – Proposta das variáveis e indicadores dos possíveis impactos sociais na escala da unidade de produção familiar _____	68
Quadro 04 – Proposta de variáveis e indicadores dos impactos sociais na escala do entorno comunitário _____	75
Quadro 05 – Relação de propriedades e atividades de processamento de alimentos/bebidas em Constantina/RS. _____	88
Quadro 06 – Atividades, matéria prima, produtos e quantidades, referentes ao ano 2008. ____	98
Quadro 07 – Relação das UTH antes e depois da atividade _____	100
Quadro 08 – Correlação das variáveis e indicadores dos impactos sociais observados na UPA _____	107
Quadro 09 – Correlação das variáveis e indicadores dos impactos sociais observados no entorno comunitário _____	113

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 01 – Relação das categorias e indicadores elaborados por Vanclay (2002) para a consideração de impactos sociais.	132
---	-----

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	iv
AGRADECIMENTOS.....	v
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE TABELAS e QUADROS.....	ix
LISTA DE ANEXOS	ix
SUMÁRIO.....	x
APRESENTAÇÃO	12
CAPÍTULO I – Considerações Iniciais.....	14
1. Contextualização e Justificativa.....	14
1.1. Delimitação do universo de estudo.....	18
1.2. Hipóteses.....	18
1.3. Objetivos.....	19
2. As ferramentas [para reflexão] metodológicas.....	19
2.1. Os procedimentos metodológicos da pesquisa.....	20
2.2. Análise escalar e a teia como ferramentas metodológicas.....	23
CAPÍTULO II – As interfaces entre desenvolvimento e agricultura: a emergência da agroindústria familiar rural.....	27
1. No desenvolver da agri-cultura, o “processar” alimentos.....	27
2. O “processar” alimentos como objeto de construção social.....	34
CAPÍTULO III – A avaliação de impactos sociais	41
1. A avaliação de impactos e a construção de indicadores.....	42
2. Como valorar dimensão social na avaliação de impactos?.....	49
3. A dimensão social e a agroindústria familiar rural.....	55
CAPÍTULO IV – Agroindústria familiar rural e os possíveis impactos socais	59
1. Os impactos na escala de análise da unidade de produção agropecuária.....	59
2. Os impactos na escala de análise do entorno comunitário.....	69
3. No tecer dos pontos... ..	76

CAPÍTULO V – A formação sócioespacial no coser da Agroindustrialização.....	77
1. As agroindústrias familiares em estudo: o caso de Constantina/RS _____	77
<i>Contextualizando o universo de estudo</i>	87
2. Os impactos sociais observados na escala da unidade de produção familiar _____	99
3. Os impactos sociais observados na escala do entorno comunitário _____	108
CAPÍTULO VI – Considerações Finais	114
1. Uma síntese geral _____	114
1.1. Quanto às hipóteses	117
1.2. Quanto aos objetivos.....	119
2. Considerações _____	120
REFERÊNCIAS.....	123
ANEXOS	132

APRESENTAÇÃO

A agroindústria familiar é uma estratégia de desenvolvimento rural. É sobre essa tão fabulosa expressão, que se transformou (praticamente) em um modismo político e acadêmico, que se pretende estudar, discutir e problematizar. No mínimo, dever-se-ia ponderar sobre a questão que a frase levanta, atribuindo a esta um ponto de interrogação (*A agroindústria familiar rural é uma estratégia de desenvolvimento rural?*).

Poder-se-ia explorar três dimensões: a social, a ambiental e a econômica. No entanto, dentro dos limites colocados, dedicar-se-á a atenção para a dimensão social.

O assunto central deste trabalho refere-se à demanda por uma avaliação de impacto social da agroindústria familiar. Afinal, somam-se estudos e discursos (principalmente aqueles do universo político) que exaltam a atividade como redentora dos espaços rurais, capaz de promover o desenvolvimento rural e inter-setorial (territorial?), a partir dos saberes e habilidades de seus sujeitos.

Para tanto, o trabalho que ora se apresenta será estruturado em seis capítulos. O primeiro deles toma por objetivo uma breve contextualização do tema, alguns conflitos e dilemas vividos pelos agricultores, pelos agentes de extensão rural, pela comunidade acadêmica, pelos gestores públicos, quando se dedicam ao tema da agroindustrialização. Também serão apresentados o universo de estudo, as hipóteses, os objetivos da pesquisa e alguns aportes metodológicos.

No segundo capítulo, intitulado “As interfaces entre desenvolvimento e agricultura: a emergência da agroindústria familiar rural” tem por objetivo estudar o processo de consolidação da agroindústria como uma estratégia de desenvolvimento rural, usando, para tanto, um breve resgate histórico da relação entre o paradigma desenvolvimentista e a agricultura. Na oportunidade, também serão abordadas considerações sobre o processamento de alimentos como parte do hábito alimentar de cada formação sócioespacial.

A dimensão social da agroindústria familiar rural será tema do capítulo três, onde se realiza o esforço teórico de analisar a evolução da avaliação de impacto social e, quais seriam suas possíveis contribuições no universo dos processos de agroindustrialização familiar. Ao final da unidade serão apresentados os autores que vem estudando a temática e que apontaram alguns dos impactos sociais em seus trabalhos.

A construção da proposta de avaliação de impacto social para a agroindústria familiar rural será assunto para o capítulo quatro. Para tanto, serão discutidas variáveis, indicadores e

também algumas hipóteses que podem justificar os diferentes impactos sociais da agroindústria familiar rural. Elegeu-se como escala espacial a unidade de produção familiar e o entorno comunitário, enquanto que na escala social, optou-se por uma atenção especial ao grupo familiar.

Por fim, o capítulo cinco trata da contextualização do município de Constantina/RS e da aplicação da proposta de avaliação de impacto social. Apresentar-se-á o diagnóstico dos impactos sociais, observações e vivências do trabalho de campo, e principalmente o comportamento das variáveis frente à realidade empírica.

As considerações finais terão por objetivo apresentar as potencialidades e limitações observadas (e vividas) durante o processo de construção e aplicação da proposta de avaliação de impacto social. Em paralelo, pretende-se apresentar os principais resultados da pesquisa, a correlação entre hipóteses e objetivos propostos e alcançados, e, por fim, algumas considerações acerca da agroindústria familiar como estratégia de promoção do desenvolvimento rural.

Propõe-se um esforço inicial de sistematização de variáveis e indicadores que podem/poderiam ser utilizados para a avaliação do impacto social da agroindústria familiar. O trabalho que se segue é um passo inicial e uma oportunidade para refletir para além da visão setorial no universo da agroindústria familiar rural.

Resta, portanto, os desejos de que o assunto não se esgote aqui.

CAPÍTULO I – Considerações Iniciais

1. Contextualização e Justificativa

A produção artesanal de alimentos¹ vem assumindo expressiva importância no espaço rural, enquanto atividade capaz de gerar renda, e está sujeita as diferentes combinações na relação entre os sujeitos e a natureza, dada pela coevolução sócioambiental. Nesta perspectiva, percebe-se que a agroindústria familiar rural² (AFR) traz consigo a diversidade de agricultura(s) que se encontram neste país de extensões continentais. Não há como estabelecer um modelo nato, nem definir caminhos ou tentar padronizar ações, pois isso resultaria na redução da diversidade, elemento que é sua essência. Em geral, pode-se entender a AFR como uma atividade que assume uma forma e uma denominação moderna (tanto pelo nome ‘agroindústria’ como pela exigência de infra-estrutura específica), mas seu conteúdo é essencialmente cultural e ligado ao tradicional processamento de produtos agropecuários, sejam de origem animal ou vegetal, sejam alimentos ou bebidas historicamente presentes no espaço rural brasileiro.

Cabe ressaltar um aspecto importante no universo de estudo das AFRs: a dualidade entre o saber[-fazer] e a técnica. Silveira (2006) chama a atenção para a importância da “arte de produzir” (saber-fazer) que está implícita na produção artesanal de alimentos e que tem no conhecimento inter-geracional seu valor simbólico-cultural, elemento chave que garante um produto diferencial. Enquanto isso, o saber técnico refere-se àquele cujas “seqüências de técnicas a fim de chegar ao produto final” são passíveis de serem reproduzidas em qualquer circunstancia ou por qualquer sujeito³, desde que antecedidas de formação específica. A

¹ Neste trabalho entende-se a produção artesanal de alimentos como aquela atividade caracterizada pela pequena escala de produção, vinculada à cozinha doméstica e que tem por objetivo principal o autoconsumo da família (valor de uso), sendo a venda esporádica, portanto, uma estratégia de renda complementar do grupo familiar. Pode-se considerar ainda que divisão social do trabalho dessa atividade geralmente está ligada ao saber-fazer e afazeres da mulher rural. Para Silveira e Heinz (2005) a forma artesanal de produzir significa que o processo de produção implica uma dimensão de arte e não meramente técnica. O toque especial que cada produtor dá ao seu produto é o diferencial e o fundamento do artesanal, o que faz cada produto único.

² A agroindústria refere-se a outro estágio da produção artesanal de alimentos (agora como valor de troca), que apresenta uma infra-estrutura própria (espaço e equipamentos) para o processamento dos alimentos e/ou bebidas, mas que pode manter seu caráter artesanal de produção, tendo em vista a permanência do saber-fazer e a lógica de produção familiar. Adiante será apresentada uma noção mais detalhada.

³ A AFR, ao transformar-se em estratégia de desenvolvimento endógeno, passa a ser estimulada e reproduzida de forma massiva. Neste cenário, observam-se diferentes experiências, principalmente aquelas onde ocorre a mera descentralização industrial, ou seja, um determinado grupo de agricultores passa a processar sua produção, sob a premissa da agregação de valor, sem preocupar-se com os atributos do “saber-fazer”. Trata-se de um processamento com técnicas específicas que não garantem um atributo diferencial ao produto final. Nesse caso

produção industrial baseada em técnicas não exige nenhuma experiência previa ou saber herdado de gerações passadas (SILVEIRA, 2006).

No contexto atual, alguns fatores estimulam a re-valorização da produção artesanal de alimentos, como as transformações que o setor agroalimentar vem experimentando na última década. Um processo onde a agricultura familiar torna-se “pequena produção”, e esta “cada vez mais com a sua vantagem competitiva estratégica na medida em que for associada à tradição, à natureza, ao artesanal, ao local – um conjunto de valores premiado pelo mercado” (WILKINSON, 2003, p. 04).

A produção artesanal, na forma de agroindústrias familiares, vem ganhando espaço político e econômico no cenário nacional. Exemplo disso é o reconhecimento e o apoio, principalmente a partir de 2003, através do Programa Federal de “Agroindustrialização da Produção de Agricultores Familiares”, dentre outros tantos implementados nas unidades federativas⁴. Além disso, a agroindústria familiar também tem sido objeto de estudo de diferentes ciências e alvo de discussão de intelectuais que buscam apreender a dinamicidade e complexidade que abarca a agricultura familiar e, dentro dela, a agroindústria como uma estratégia de reprodução e inclusão socioeconômica para o grupo familiar.

Outro fator, de cunho acadêmico, pode ser expresso na dificuldade de conceituar a atividade: Prezotto (1997) tem utilizado o termo “agroindústria familiar de pequeno porte”; Mior (2005) chama de “agroindústria familiar rural”; Silveira e Heinz (2005) preferem “produção artesanal de alimentos”; Wesz Jr. (2006) refere-se a atividade como “agroindústria familiar”; Fernandes (2000) analisa o processo sob a ótica da descentralização industrial, tratando a atividade como “indústria rural”.

Aliás, Mior (2005) apresenta alguns elementos que diferenciam a agroindústria familiar rural e a produção/processamento artesanal de alimentos. A agroindústria familiar rural seria mais abrangente, como uma “forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização”. Enquanto que “a atividade de processamento de alimentos e matérias-primas visa prioritariamente a produção de valor de uso que se realiza no autoconsumo”, o autor ainda acrescenta outras características, dentre elas, o fato de que o “processamento e a transformação de alimentos ocorre geralmente na

consolida-se uma possível estratégia de desenvolvimento rural que se projeta como mais uma das múltiplas atividades no espaço rural. Instala-se a partir da viabilização da “miniaturização tecnológica” (Wilkinson, 2000b) aliada à noção de disponibilidade de força de trabalho ocioso, principalmente de jovens e mulheres.

⁴ Como exemplo, pode-se citar o Estado de Santa Catarina, que criou os programas PROVE, PROIND e DESENVOLVER, todos com ações voltadas para as agroindústrias familiares.

cozinha das agricultoras (...) atividade artesanal (...) evidencia ainda a existência de aspectos culturais associados aos hábitos alimentares de uma determinada região” (p. 191).

Guimarães e Silveira (2007) também propuseram uma tipologia, a partir da análise das diferentes vertentes e concepções que envolvem a produção artesanal de alimentos e suas condições⁵: “agroindústria caseira”, “agroindústria familiar artesanal” e “agroindústria familiar de pequeno porte”. Os autores analisam a agroindústria familiar rural a partir dos elementos capazes de diferenciá-la inter-setorialmente: as capacidades instaladas (instalações, equipamentos, conhecimentos), capacidades mobilizáveis (capital social), capacidades adquiridas (trocas de experiências, técnicas de manipulação de alimentos e controle de qualidade), capacidades aprimoradas (melhoria nas receitas e nos ingredientes utilizados) e capacidades adicionadas (propiciadas pela ação dos agentes públicos).

A dificuldade de conceituá-la reforça o fato de que a produção, o processamento, o consumo e a venda de produtos, desde alimentos *in natura*, processados ou de bebidas, não se trata de algo novo no modo de vida rural. Não é novo e, muito menos, homogêneo. São diferentes práticas (artes-artistas), diferentes saberes, diferentes condições agroecológicas e conjunturais em que os sujeitos rurais articulam suas estratégias.

Portanto, ao reconhecê-la como elemento integrante do conjunto de práticas da agricultura familiar, passa a ser utilizada como uma estratégia de geração de renda complementar. Para tanto, adentra ao universo das redes de mercado. Nesta, é obrigada a atender uma série de padrões de produção que pretendem garantir a qualidade dos produtos⁶, como expressa Wilkinson (2003, p. 05) ao aludir ao resgate da imagem tradicional de “pequeno produtor”: “como estratégia de mercado, exige tanto uma reinvenção de tradições como a adoção de práticas novas, a medida em que estas tradições agora tenham como aval um exigente consumidor urbano”.

Esse breve panorama aponta alguns dos dilemas vividos pela agroindústria familiar. A AFR passa a representar a possibilidade de agregar valor⁷ aos produtos, gerar renda e oferecer oportunidades de trabalho para a população rural, estimula a geração de inovações tecnológicas e a inserção socioeconômica do grupo familiar. Nas experiências mais promissoras, ela tem estimulado inclusive a articulação dos sujeitos rurais, constituindo

⁵ Escala de produção, tecnologia envolvida, saber-fazer tradicional envolvido, mão-de-obra, localização, origem matéria-prima, etc

⁶ Alguns autores analisam esse processo sob a abordagem dos circuitos curtos e/ou circuitos longos (LEADER, 2000).

⁷ Agregar valor de troca (monetário).

cooperativas de comercialização dos produtos das agroindústrias associadas⁸, consolidando redes de produção-distribuição-consumo e, inserindo-se, inclusive, nas grandes redes de mercados, atendendo, portanto, às demandas contemporâneas colocadas pelo setor agroalimentar.

Observa-se, de modo geral, que, em municípios aonde a AFR vem se fortalecendo, ocorre uma série de mudanças, principalmente quanto a melhorias na qualidade de vida dos sujeitos envolvidos. Empiricamente, mostra-se evidente que a AFR promove uma série de impactos (sociais, econômicos e ambientais) nas escalas da unidade de produção familiar e no entorno comunitário que, em muitos casos, extrapolam as fronteiras regionais. No entanto, quando se trata de avaliar os impactos decorrentes de sua implantação, sejam estes a fim de avaliação da eficácia das políticas públicas ou da própria ação extensionista de apoio aos agricultores, carece-se de instrumentos/ferramentas ou até mesmo de uma matriz de avaliação constituída de indicadores capazes de captar os processos de mudança, sejam eles positivos ou negativos, na vida dos sujeitos envolvidos e na sociedade como um todo.

Além disso, da mesma forma em que as experiências promissoras se acumulam, há também aquelas em que o processo se inverte: onde deveria surgir uma alternativa de organização social ou uma estratégia de produção individual, surge uma experiência inócua que geralmente onera e compromete ainda mais a reprodução econômica e social da unidade de produção familiar. Mesmo nestes casos, há uma série de explicações, mas poucos estudos que possam apontar causas ou indicadores concisos.

Esta perspectiva aponta para a questão levantada pela pesquisa. Afinal, como avaliar o impacto social das AFRs? Quais são as variáveis que podem ser utilizadas e, portanto, são capazes de apontar os impactos sociais provocados pela(s) AFRs na unidade de produção agropecuária familiar (UPA) e no entorno comunitário?

Para realização deste trabalho, utilizar-se-á a noção de Agroindústria Familiar Rural, que passa a ser considerada como uma infra-estrutura locada no espaço rural, com função específica de processamento e/ou beneficiamento de produtos agropecuários (origem animal e/ou vegetal) oriundos da propriedade familiar, cuja relação de trabalho tenha por prioridade o emprego da força de trabalho familiar, onde a escala de produção apresente sincronia entre a capacidade de produção, de processamento e de disponibilidade de força de trabalho familiar. Além disso, é conveniente que o interesse pela viabilização e ampliação da atividade, bem

⁸ Um exemplo desse processo é a Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense (UCAF), criada no final dos anos 1990, que fornece uma base de serviços de apoio como assistência técnica, de contabilidade e de mercado (marketing, código de barras, etc). (MIOR, 2008).

como sua legalização tenha partido do grupo familiar, constituindo-se enquanto uma alternativa endógena, identificada pelos sujeitos sociais locais. Neste universo, a AFR apresenta-se como fruto da interação entre a lógica da produção familiar (da agri-cultura) e certos princípios de outra natureza, que obedecem a uma lógica semelhante à empresarial, ao ajustar-se (e atender) às lógicas/leis de mercado.

1.1. Delimitação do universo de estudo

Esse breve panorama introduz uma das questões centrais da dissertação: a demanda por uma avaliação do impacto social voltada para o universo das agroindústrias familiares rurais. Um aporte metodológico que seja capaz de eleger variáveis (e seus indicadores) e de apresentar os principais impactos decorrentes do processo de consolidação da agroindústria familiar rural.

Após a construção de uma proposta de avaliação de impacto social, a mesma foi testada com algumas agroindústrias no município de Constantina/RS. Cabe destacar que o objeto deste trabalho não é, necessariamente, avaliar o impacto social das agroindústrias no município, por mais que se possa chegar a alguns apontamentos. Tendo em vista os limites deste trabalho e as possibilidades de estudos futuros, a intenção nesse momento é submeter a proposta de avaliação a um confronto com alguns casos de agroindústrias familiares e, especialmente, com a conjuntura municipal a fim de permitir a revisão de seus pontos deficientes.

1.2. Hipóteses

A principal hipótese é que a agroindústria familiar rural tem potencialidades capazes de gerar impactos sociais que fortalecem a agricultura familiar e de desencadear trajetórias de e para o desenvolvimento rural local-regional.

Levantamos também algumas hipóteses específicas, tais quais:

- A agroindústria familiar rural gera impactos sociais, positivos e negativos, principalmente na vida do grupo familiar envolvido, mudanças que nem sempre são percebidas pelos sujeitos rurais (não atribuem causa-efeito);

- Os impactos sociais negativos são dificilmente percebidos pelos sujeitos envolvidos e, principalmente, pelos atores locais, e tendem a ser mais significativos quando a atividade se torna a principal fonte de renda da propriedade familiar;

- A agroindústria familiar rural tem potencial para promover a articulação entre agricultores, entre comunidades e entre escalas de gestão do poder; e/ou revitalização de fluxos, de relações de produção, dentre outros;

- Em Constantina/RS, os impactos sociais positivos são mais expressivos em função do apoio dos órgãos gestores e atores sociais.

1.3. Objetivos

- Objetivo geral

Construir e testar uma proposta de avaliação do impacto social causado pela agroindústria familiar rural na unidade de produção familiar/grupo familiar e no entorno comunitário.

- Objetivos específicos

- Problematizar o processo de consolidação da(s) AFR(s) como estratégia para o desenvolvimento rural;
- Analisar a evolução da avaliação de impacto social e suas possíveis contribuições para o universo da(s) AFR(s);
- Construir uma proposta de avaliação de impacto social da agroindústria familiar rural;
- Testar a proposta de avaliação de impacto social da AFR no município de Constantina/RS, apontando limites e potencialidades;
- Diagnosticar os impactos sociais decorrentes da(s) AFR(s) na unidade de produção familiar/grupo familiar e no entorno comunitário, no município de Constantina/RS.

2. As ferramentas para reflexão metodológica

A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos sobre as quais se arquitetam as reflexões e interações propostas entre os dois eixos centrais da dissertação. Cabe recordar a importância que assume a compreensão dos objetos em estudo sob o olhar da análise escalar, uma vez que esta fornece instrumentos metodológicos para pensar os impactos sociais como difusos no espaço e sob diferentes relevâncias/comportamentos a cada nível escalar, além da sua característica multidimensional.

2.1. Os procedimentos metodológicos da pesquisa

O andamento da pesquisa ocorreu em três etapas: a **primeira etapa** contou com espaços de discussão e definição dos objetivos, constructos teóricos e público alvo/universo de estudo. A construção do corpo teórico priorizou o estudo e pesquisa de literaturas que abarcavam o tema da agroindústria familiar e da avaliação de impacto social. Durante este processo, paulatinamente construiu-se uma proposta de avaliação de impacto social para a agroindústria familiar rural.

De forma concomitante, discutiu-se a delimitação do público alvo/universo de estudo. Entende-se que o universo que envolve a produção artesanal de alimentos e bebidas é amplo e diverso, daí a importância de definir critérios objetivos que serão imprescindíveis na reflexão/construção da proposta de avaliação de impacto social e também na sua posterior aplicação.

Uma das delimitações fundamentais refere-se ao tipo de produto processado pela AFR. Dedicou-se atenção àquelas atividades que mantêm um vínculo direto com a atividade agropecuária, com base na idéia de que a agroindustrialização insere-se como uma atividade complementar às demais exercidas no bojo da unidade de produção familiar.

Este recorte pretende abarcar aquelas AFRs que mantêm integração da cadeia produtiva (produção da matéria-prima, processamento e comercialização), além de apresentarem características tais como: tradição [familiar] na produção/processamentos dos alimentos/bebidas; saber-fazer inter-geracional; relações sociais e de produção que envolvem o grupo familiar e, eventualmente, os vizinhos e parentes próximos, dado que os produtos são frutos de um legado histórico-cultural regional⁹. Destacam-se alguns exemplos que contribuem para ilustração, como a produção de: embutidos em geral (leite - queijos, ricota; suínos e bovinos - salames, charque, etc); processamento de cana-de-açúcar (melado, *schmier*, açúcar mascavo, cachaça, rapaduras); beneficiamento de frutas (frutas passas, sucos, geléias, vinhos, licores) e de legumes (compotas). Entende-se que este conjunto de atividades apresentam quadro diverso e difuso de impactos, em diferentes escalas de análise, contemplando, portanto, as proposições e reflexões teórico-metodológicas.

Cabe destacar que este perfil de unidades de processamento de alimentos e bebidas geralmente é utilizado como referência quando da elaboração de projetos/programas voltados

⁹ Estas características são essenciais dentro do contexto em que compreendemos a AFR como uma estratégia de desenvolvimento rural. Caso contrário, ela acaba sendo colocada de “fora para dentro”.

ao fomento das atividades de agroindustrialização. Fomenta-se o saber-fazer e os produtos historicamente conectados com o modo de vida rural. No entanto, o que se observa é uma discrepância de discursos, pois, nem sempre as atividades têm estas características¹⁰.

Outro critério, que foi considerado para a seleção das unidades de análise, refere-se à escala de produção da AFR, a qual pode indicar a capacidade de interação complementar entre o saber-fazer e as técnicas modernas. Além disso, ela oferece elementos para perceber se ocorre sincronia entre a capacidade de produção-processamento e a disponibilidade de força de trabalho familiar.

A escala de produção é um dos pontos conflitantes na consolidação da AFR, em função das exigências colocadas pelo ambiente institucional. Ao atender às demandas de registro, inspeção sanitária e ambiental, as unidades acabam por fazer necessárias alterações nas estruturas ou mesmo a construção de espaço próprio para o processamento. Estas divergências, somadas à falta de informação ou mesmo orientação adequada à realidade da escala de produção da AFR, comprometem a viabilidade de muitas delas (caso de estruturas mal projetadas – Sperry, 2003). Há um evidente descompasso entre a pequena escala de produção, por vezes ainda doméstica, e aquela que visa atender um mercado de consumo embrionário, mas convencional, exigente em regulamentações, de modo que as relações de confiança produtor-consumidor¹¹, por vezes, perdem validade.

Na pesquisa, deu-se prioridade para aquelas AFRs que ainda mantêm uma escala de produção que prioriza a força de trabalho familiar com eventual auxílio de externos, principalmente durante os períodos de intensificação do processamento¹². Também são preferidas aqui aquelas onde predominam os circuitos curtos de comercialização dos produtos.

O ambiente institucional que envolve a atividade vem sendo amplamente discutido e, em muitos casos, ajustado às demandas. Mesmo assim, ele ainda se coloca como um “divisor de águas” entre o processamento artesanal de alimentos, característico da agroindústria caseira ou agroindústria artesanal como propõe Silveira e Guimarães (2007), e entre a “industrialização” dos produtos, que se refere, exclusivamente, à adição de procedimentos

¹⁰ Um exemplo são os grupos de agricultores, associações ou até mesmo cooperativas criadas com o intuito de usufruir dos recursos públicos, muitas vezes a fundo perdido, voltados para o estímulo a agroindustrialização. No entanto, vários desses casos não se viabilizam, tendo em vista a falta de acompanhamento no planejamento e execução por parte de uma assistência técnica e social qualificada. Sperry (2003) estudou e apresenta casos com esse perfil.

¹¹ As relações de confiança produtor-consumidor são fundamentais nos circuitos curtos de comercialização e, geralmente, garantem mercado inicial e duradouro da produção artesanal de alimentos.

¹² Ocorre nos períodos de colheita (frutas, cana-de-açúcar, etc) ou quando do aumento da demanda de mercado (embutidos em geral).

técnicos desprovidos de um valor cultural e simbólico (saber-fazer), como é o caso da agroindústria familiar de pequeno porte aqui também compreendida de acordo com a definição de Silveira e Guimarães (2007).

É também sob os marcos do ambiente institucional que se constroem os discursos sobre viabilidade da atividade. A viabilidade geralmente é considerada a partir da capacidade da agroindústria em promover a inclusão socioeconômica do grupo familiar, ou seja, a geração de trabalho, renda e melhorias na qualidade de vida. Para tanto, exige-se infraestrutura e um processo de produção mínimos, a fim de garantir a reprodução, tanto da atividade, como do grupo familiar.

Portanto, nas observações e correlações empíricas foi dada atenção para diferentes estágios de legalização, tentando contemplar tanto agroindústrias caseiras e/ou artesanais como aquelas que já se submeteram à lógica do mercado. Ao abarcar esta diversidade o pesquisador pode dispor de dados dos impactos sociais promovidos pelas atividades e como o ambiente institucional pode influenciar neste desempenho.

A reflexão, revisão e re-elaboração da proposta fizeram parte da **segunda etapa** do trabalho. Incluiu-se também, algumas atividades complementares, como a participação em eventos, feiras¹³ e projeto de pesquisa¹⁴, que foram fundamentais para entender as relações que se estabelecem no universo da agroindústria familiar (relações com consumidores, entre agricultores, entre agricultores e suas representações políticas, etc)

A **terceira etapa** contou com duas atividades principais: a vivência a campo a fim de aplicar a proposta de avaliação de impacto social; a análise dos resultados e a reflexão sobre seus limites e potencialidades.

A vivência a campo foi realizada em dois momentos: o primeiro momento ocorreu em novembro de 2008 e teve por objetivo dialogar com informantes-chave a fim diagnosticar a realidade do município de Constantina e a inserção do processo de agroindustrialização. Além disso, esta etapa permitiu uma contextualização preliminar das possíveis agroindústrias a

¹³ EXPODIRETO – 9ª Feira Internacional da Cotrijal, que ocorreu de 10 a 14 de março de 2008 na cidade de Não Me Toque/RS – site: <http://www.expodireto.cotrijal.com.br/>; AGROIND - I Feira Nacional da Agroindústria Familiar Rural: produtos, serviços e equipamentos que ocorreu de 17 a 21 de abril na cidade de Lajeado/RS – site: <http://www.agroindfamiliar.com.br/>; EXPOINTER – Feira Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários que ocorreu de 30 de agosto a 07 de setembro na cidade de Esteio/RS – site: <http://www.expointer.rs.gov.br/siteexpo/index.php?acao=texto&cod=32>; FENAFRA – Feira Nacional da Agricultura Familiar, que ocorreu de 26 a 30 de novembro na cidade do Rio de Janeiro/RJ – site: <http://feira.mda.gov.br/>.

¹⁴ Projeto de Pesquisa “Poluição dos recursos hídricos e edáficos causados por resíduos sólidos e líquidos resultantes do processamento de matérias-primas de origem animal e vegetal em Agroindústrias Familiares Rurais”, (2008-2010) que tem por coordenação os Profs. Danilo Rheinheimer e Paulo Silveira e contou com financiamento do CNPq. Na oportunidade, participou-se da elaboração do diagnóstico da realidade das agroindústrias.

serem visitadas. Foram entrevistados representantes das seguintes instituições: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); EMATER/ASCAR; Cooperativa de Produção Agropecuária de Constantina (COOPAC); Fiscal SIM/Secretaria da Agricultura; Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região LTDA (COOPERAC).

O segundo momento ocorreu em dezembro de 2008 e teve por finalidade a eleição das unidades e a visita às mesmas. Esta etapa do trabalho foi realizada mediante entrevistas abertas e semi-estruturadas¹⁵ individuais, tomando por base a proposta de avaliação de impacto social (Quadro 03 e 04). A seleção das unidades visitadas ocorreu a partir dos dados coletados e da indicação dos informantes-chave (utilizou-se uma amostra intencional, escolhendo algumas agroindústrias, dentre as que existem no município).

2.2. Análise escalar e a teia como ferramentas metodológicas

Os impactos sociais têm como característica seu comportamento difuso no espaço-tempo. Ao refletir sobre o processo de agroindustrialização, tendo em vista as inúmeras oportunidades de dialogar com os seus sujeitos, observou-se que a AFR promove mudanças que desencadeiam outras, seja na unidade de produção familiar (escala local), seja na comunidade ou no espaço urbano, ou ainda nas redes sociais, ou regionais. Associada a esta observação, há o fato de que as variáveis eleitas na avaliação de impacto social não podem ser as mesmas em diferentes escalas. Portanto, tomar a análise escalar como uma ferramenta metodológica pode contribuir para elucidar e entender o comportamento espacial dos impactos.

A utilização da escala geográfica como um método de estudo das relações sociedade-natureza tem se colocado como um desafio aos próprios geógrafos. As escassas discussões

¹⁵ As entrevistas foram gravadas e transcritas, de forma que, nas citações, são utilizados códigos para referir-se aos depoentes. Para transcrição e uso das entrevistas tomou-se por base as sugestões apresentadas por Whitaker et al (2002) sobre a necessidade de uma transcrição em ortografia correta da “fala do homem rural”: “Um dos problemas mais complicados na tarefa de transcrição pode ser enunciado da seguinte forma: como respeitar a fala do entrevistado? Quando o entrevistado pertence às classes privilegiadas, o problema não se coloca. Como num passe de mágica, a transcrição se transubstancia em discurso coerente, sempre reproduzido em ortografia correta, como se os falantes jamais cometessem hesitações ou deslizes fonéticos. Quando o entrevistado pertence a camadas outras, sob pretexto de *respeitar-lhe a cultura*, cometem-se barbaridades do ponto de vista ortográfico, confundindo-se ortografia com fonética. É evidente que a sintaxe de qualquer discurso deve ser respeitada para que uma transição seja fidedigna (...) Transcrever erros de sintaxe não configura, portanto, falta de respeito em relação à fala do outro. Falta de respeito seria corrigi-los. (...) Quando um sujeito fala, ele está falando, não está escrevendo. Não está, assim, cometendo erros ortográficos (...) Usa a pronúncia característica do seu grupo social, e com ela recebe aprovação dos seus pares. (...) Respeitar o entrevistado implica, portanto, reproduzir apenas os *erros* de sintaxe, isto é, as formas peculiares de articulação do discurso. Escrever corretamente o léxico (sem erros ortográficos) nos parece fundamental para reforçar este respeito”. (WHITAKER et al, 2002, p. 115-117 – grifos originais)

sobre o assunto induzem a duas problemáticas: falta de referências para subsidiar trabalhos e o tratamento marginal que a temática acaba recebendo.

Em trabalho pioneiro sobre a análise escalar, Racine et al (p. 124, 1980) ressaltam a necessária diferenciação de escala cartográfica, que se refere à representação das formas geométricas do espaço, e escala geográfica, que representa as relações da sociedade com estas formas. Para eles, a escala exerce um papel mediador entre a pertinência do recorte espacial e o tipo de dados utilizados para análise.

No caso da AFR, as mudanças observadas na qualidade de vida como principal elemento caracterizador do impacto social podem ser diagnosticadas ou nas escalas espaciais da unidade de produção familiar (intimamente ligada ao grupo familiar), da comunidade, do espaço urbano e, possivelmente, do entorno municipal¹⁶; ou na escala social, como foi proposto por Becker (2001), considerando o micro, o meso e o macro social.

No entanto, antes de delimitar a escala espaço-social do objeto em estudo, cabe levar em consideração as contribuições de Castro (1995):

Na realidade, todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise mais apropriada. A escala é também uma medida, mas não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo (CASTRO, 1995, p. 127).

Portanto, nas pesquisas (em geografia), cabe considerar “o fenômeno e o recorte espacial ao qual ele dá sentido”, além da necessária “compreensão da articulação dos fenômenos em diferentes escalas” (CASTRO, 1995, p. 138).

Tomando por base estas considerações, a proposta de avaliação de impacto social da agroindústria familiar rural tomou como escala espacial de análise a unidade de produção familiar e o entorno comunitário. Na escala social, por sua vez, foi considerado o grupo familiar. A Figura 01 demonstra uma das possíveis contribuições da análise escalar na seleção das escalas espaço-social utilizadas neste estudo.

¹⁶ Entende-se como sendo a área de fronteira com outros municípios.

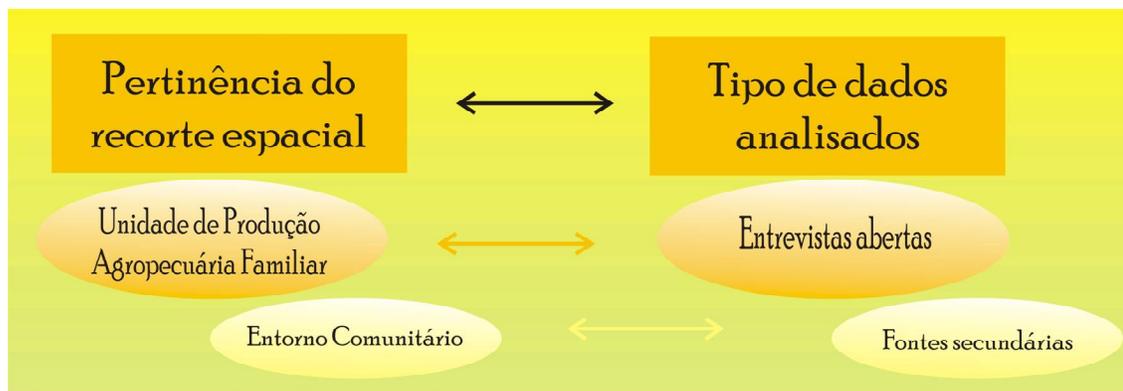


Figura 01 – Representação gráfica da análise escalar como ferramenta metodológica.

Ao construir uma proposta de avaliação de impacto social a partir de variáveis que assumem relevância conforme o recorte espacial precisa-se estar atento tanto às variáveis como aos recortes utilizados. As variáveis, em especial, ao tratarem da dimensão social de um objeto, exigem uma análise que considere também o conjunto: os indicadores de cada variável contribuem para mapear a “mudança em processo”, mas não é possível ponderar sobre o impacto social sem considerar a articulação das diferentes variáveis. Aí insere-se a *teia*, como um modelo gráfico oportuno.

Utilizar-se-á a *teia* como uma ferramenta metodológica ilustrativa, a fim de demonstrar o efeito difuso dos impactos sociais e a relevância que, para este trabalho, assumem escala da unidade de produção e o grupo familiar. Além disso, a teia estimula uma leitura integrada e inter-relacionada das variáveis, fato que pode auxiliar na compreensão de como elas sofrem influência interna ou externa, sendo que, ao mesmo tempo, estão conectadas.

Na figura 02, estão representadas duas escalas de análise: o entorno comunitário e a unidade de produção familiar. Pode-se observar que as variáveis consideradas em cada escala mudam e, no caso da pesquisa, a atenção é voltada para aquelas contidas no universo da unidade de produção familiar e que possuem conexão com o grupo familiar. Além disso, o formato “teia” contribui para ilustrar a relação das variáveis a partir do objeto em estudo (agroindústria) e também a sua interação no conjunto (cada uma contribui para formação do conjunto: a teia). A pergunta recorrente a cada variável seria: como a agroindústria contribui para promover mudanças na “...”? Enquanto que, para o conjunto, a indagação seria: como as mudanças na variável ‘x’ implicam na variável ‘y’?

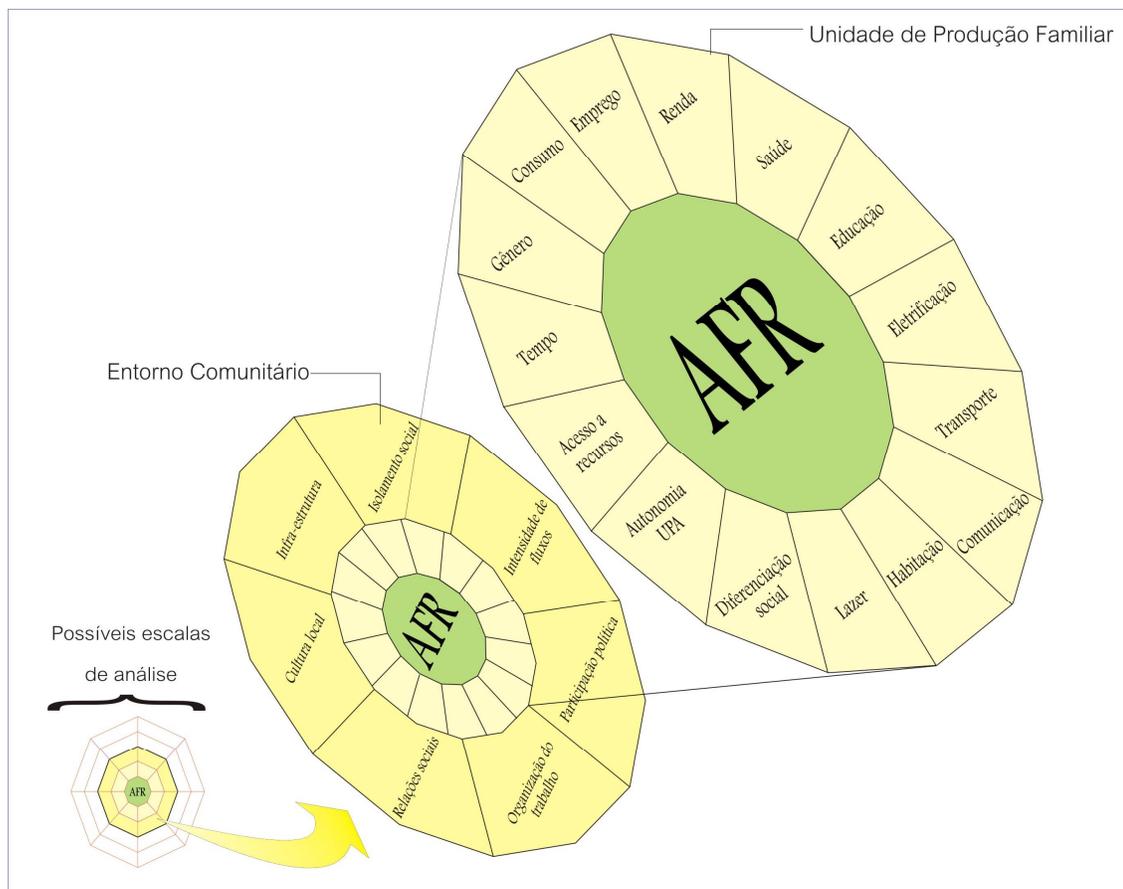


Figura 02 – Representação gráfica das ferramentas metodológicas – primeiro esboço das variáveis a cada nível escalar

CAPÍTULO II – As interfaces entre desenvolvimento e agricultura: a emergência da agroindústria familiar rural

Este capítulo visa lançar-se ao resgate de alguns aportes teóricos acerca da íntima relação entre um modelo de desenvolvimento, enquanto paradigma econômico, e a agricultura brasileira. Ao analisar esta relação sob a perspectiva histórica, busca-se delinear e compreender quais as raízes do processamento de produtos agropecuários¹⁷, seu vínculo com o desenvolvimento e a agricultura e, principalmente, sua (re)criação no espaço rural a partir da consolidação de agroindústrias familiares rurais.

1. No desenvolver da agri-cultura, o “processar” alimentos

Pois o desenvolvimento é muito mais que um simples empreendimento socioeconômico; é uma percepção que molda a realidade, um mito que conforta sociedades, uma fantasia que desencadeia paixões.
(Wolfgang Sachs)

O ato de “processar” alimentos sempre fez parte da agri-cultura¹⁸. No entanto, através dos tempos, as transformações promovidas na cultura do agro também tiveram reflexo nos hábitos e costumes rurais, principalmente daqueles chamados agricultores familiares. Essa seção se dedica a resgatar algumas dessas transformações, buscando tecer relações com a trajetória da produção artesanal de alimentos.

No pensamento econômico, o setor agropecuário foi historicamente considerado como um dos maiores obstáculos à superação do subdesenvolvimento. Esta concepção, difundida em escala mundial, principalmente a partir da década de 1940, justificou uma série de intervenções visando promover o desenvolvimento. Constrói-se um imaginário e uma noção de espaço rural como atrasado e incapaz de promover dinamismo: “as estruturas subdesenvolvidas não se desenvolvem: elas são substituídas por outras com aptidão para

¹⁷ O processamento de produtos agropecuários, durante este trabalho, também poderá ser entendido como “produção artesanal de alimentos” (que qualifica o procedimento *artesanal*) ou “processar alimentos” (que qualifica o ato, portanto, o saber). De forma genérica, todos tratam da mesma realidade: processamento das matérias-primas produzidas pelos grupos humanos, geralmente rurais, que envolvem técnicas artesanais.

¹⁸ Refere-se a “agri-cultura” tomando por base a noção defendida por Silveira e Balem (2004) como a “cultura produzida pelos agentes sociais em sua vivência na atividade agrícola”, ou então como “cultura do Agro”. Quando se trata, em especial, dos agricultores, pode-se compreender como sendo “o conhecimento local do agricultor sobre seu ecossistema”. (SILVEIRA e BALEM, 2004).

desenvolver-se” (FURTADO, 1986, p. 213). Os marcos teóricos em cada forma histórica do desenvolvimento rural tinham em vista processos de adequação da vida campesina às demandas do mercado, ou seja, introduzir “una civilización científica en el campo para hacerlo salir de su atraso” (GUZMAN, 2005, p. 06).

Neste cenário, o desenvolvimento consolida-se como idéia de progresso, indicando, antes de tudo, um caminho evolutivo sempre em direção a algo melhor. Esta evolução linear passa a ser mensurada por critérios indicativos do grau de desenvolvimento, de forma que os países desenvolvidos, em especial a sociedade estadunidense, passam a ser um modelo a ser seguido. Na coletânea organizada por Wolfgang Sachs¹⁹, que se propõe a fazer uma discussão crítica pós-desenvolvimentista, Esteva (2000) frisa que o discurso norte-americano inaugurou em 1949 a “era do desenvolvimento” onde “a ciência e a tecnologia passaram a ser os atores mais importantes no cenário mundial” (Ullrich, 2000, p. 339), isto é, tornaram-se os elementos-chave da superioridade dos países desenvolvidos²⁰.

Desta forma, ao definir os critérios “de eficiência” para estimar o grau de desenvolvimento, a ciência moderna forneceu as bases para a consolidação do paradigma desenvolvimentista. A eficiência passa a ser mensurada e estereotipada na indústria como elemento da modernidade. Neste padrão, povos, sociedades e a própria natureza estavam “atrasados” porque lhes faltava “a ciência”, regiões inteiras eram classificadas de “atrasadas” simplesmente porque não tinham fábricas²¹ (ÁLVARES, 2000).

Além disso, a ciência também contribuiu para a mudança dos modelos alimentares, como comenta Azevedo (2006, p.03):

A ciência desenvolvida a partir do século 19 influenciou o sistema agroalimentar e os conceitos de qualidade alimentar. Pesquisas nos campos da física e da química se intensificaram a partir de 1840, com a descoberta dos nutrientes e de seu valor nutritivo. A caloria foi escolhida como unidade termodinâmica e iniciou a análise quantitativa dos nutrientes. O conhecimento da função dos nutrientes direcionou as primeiras pesquisas de desenvolvimento de adubos químicos. As dietas definidas pelo perfil geográfico e cultural, bem como as teorias sobre qualidade alimentar abrigadas em livros sagrados, foram gradativamente substituídas por orientações nutricionais baseadas na abordagem calórico-quantitativa.

Seguindo nessa linha, um desses casos refere-se a substituição da produção do açúcar tipo *gur* pela produção do açúcar branco da Índia, analisado por Álvares (2000)²². O

¹⁹ Ver Dicionário do Desenvolvimento: conhecimento para poder (2000).

²⁰ A concepção de desenvolvimento é apropriada e adaptada à cultura ocidental como modelo de sociedades avançadas. Assim ela “adquiere una fuerte dimensión etnocentrista al identificarse la mayor plenitud o superioridad con la trajetória histórica desplegada por la identidad sociocultural occidental y las formas de producción y consumo por ella elaboradas” (GÚSMAN, 2005, p. 05).

²¹ A fábrica é até hoje um símbolo concreto dos novos processos desenvolvidos pela ciência (Álvares, 2000).

²² Numa análise crítica, o autor propõe uma comparação dos dois tipos de açúcar mostrando que “enquanto o *gur* contribuiu de forma positiva para o bem-estar humano, o mesmo não acontece com o açúcar branco”. No

desenvolvimento é o açúcar branco (Álvares, 2000), portanto, o incentivo para a substituição da produção artesanal por complexos agroindustriais foi articulado de forma a enquadrar toda cadeia produtiva,

Políticas de crédito para produtores nas vizinhanças das grandes usinas estipulam que se esses produtores obtêm empréstimos das instituições financeiras governamentais para plantar cana-de-açúcar, estarão obrigados a vender toda sua cana para as grandes refinarias (...) (ALVARES, 2000, p. s/p).

O desenvolvimento da ciência das técnicas, a tecnologia, ou seja, a aplicação da ciência ao processo produtivo transformou-a numa condição essencial para o “crescimento”. No pensamento de Santos (1985) os países que detêm a mais adiantada tecnologia são também os mais “desenvolvidos”. As indústrias ou atividades servidas por uma tecnologia desenvolvida estão assim dotadas de um maior dinamismo.

A busca por um “maior dinamismo”, baseado na intensiva utilização de tecnologias norteou, também no Brasil, as políticas desenvolvimentistas. Diferentes autores se dedicaram a elaborar propostas e a analisar as conseqüências das ações implementadas voltadas para a promoção do crescimento econômico, da modernização, da industrialização e da especialização produtiva – ideais do moderno/desenvolvido. A idéia predominante era a necessidade de promover a modernização a partir da industrialização, garantindo a injeção de capitais internacionais no país, processo que teria reflexos “em cascata” para os demais setores e, em especial, na melhoria da qualidade de vida da população.

Esse processo foi vivenciado pela sociedade brasileira na medida em que as políticas desenvolvimentistas nortearam diretrizes, metas e ações voltadas para o desenvolvimento do país, baseados na premissa da substituição de uma economia rural por uma estrutura urbano-industrial, símbolo da modernidade, como explica Montenegro Gómez (2006, p. 02):

A Revolução Verde, modernização agrícola de base industrial dos anos 1950 e 1960, foi promovida como uma forma de incorporar os países pobres na trilha da alta e eficiente produção agropecuária (...). Em consonância com a teoria da modernização, que era o modelo de desenvolvimento próprio desses anos, a Revolução Verde identificava no Terceiro Mundo uma série de carências que deviam ser satisfeitas, à base de aumentar qualitativamente os bens e os serviços.

entanto, pelo critério utilizado pela ciência moderna, a eficiência na conversão de energia, o último se torna mais eficiente. Conclui-se, portanto, que a questão “se é ou não válido produzir uma mercadoria que é prejudicial à saúde humana e danifica o meio ambiente (desperdício de calor e de derivados) não faz parte do debate sobre eficiência” (ÁLVARES, 2000, p. 47).

O setor agropecuário representava significativa parte dessas carências e, portanto, foi considerado como um “setor marginal” ao desenvolvimento²³.

Esse cenário só começa a mudar mediante a luta da sociedade civil organizada, representada pelos movimentos sociais, sindicatos, dentre outros. Dentre os resultados, em 1996, é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Somente uma década depois, em 2006, é criada a Lei da Agricultura Familiar²⁴, onde a atividade finalmente passa a ser reconhecida como um setor produtivo que desempenha funções importantes, como manter população ocupada (função social), produção de alimentos (função econômica) e preservação ambiental (função ambiental).

Este reconhecimento político contribui para um novo olhar, tanto para a agricultura, como para o espaço rural: reconhece-se a diversidade de agri-cultura(s) (como exemplo pode-se citar as ampliações no leque de atividades financiáveis pelo PRONAF) e essa diversidade passa a ser estimulada como estratégia de desenvolvimento rural²⁵. Neste cenário, o processamento de produtos agropecuários aparece como “algo novo”. No entanto,

(...) o caráter inovador desta estratégia produtiva não está na sua exploração no seio da agricultura familiar, mas a sua legitimação política enquanto estratégia produtiva e econômica para a agricultura familiar a ponto de serem implementadas ações governamentais específicas para o seu desenvolvimento (RAUPP, 2005, p. 03).

O reconhecimento político das diferentes estratégias produtivas que os grupos familiares utilizam(vam) para garantir sua reprodução socioeconômica, trouxe, também, a possibilidade de concessão de crédito rural tanto para o financiamento como para o custeio de empreendimentos agropecuários. Cabe mencionar alguns marcos temporais, como a criação do PRONAF em 1996, que em 1998 passa a incorporar a modalidade Pronaf Agroindústria, atentando em especial para o processamento de produtos, de origem animal e vegetal, no espaço rural.

Este “novo” olhar para o espaço rural como um lugar de diversidades contribuiu para diferentes leituras e a construção do debate entre o agrícola e o não-agrícola. Para Wilkinson e Mior (1999), a agricultura é uma atividade que incorporou, historicamente, a produção e o

²³ Neste cenário, ao setor agropecuário são delegadas algumas funções, elencadas por Ramos (2007) como: de provisão de alimentos e matérias-primas; de geração e ampliação da disponibilidade de divisas em dólar, através da exportação; de transferência de capital ou recursos financeiros para outros setores; de ampliação do mercado interno para os outros setores e; de liberação de mão-de-obra. Na avaliação proposta pelo autor, em grande parte estas funções foram cumpridas adequadamente.

²⁴ Lei 11.326/06 estabelece a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e passa a reconhecer a agricultura familiar como segmento produtivo.

²⁵ A agri-cultura ganha legitimidade política e seu leque de ‘diversidade’ passa a ser utilizado como estratégias de desenvolvimento rural.

processamento de seus produtos²⁶. Em especial, o processamento, que nos trabalhos sobre o “novo mundo rural” vem sendo incluído como o “não-agrícola”, é uma atividade tão antiga quanto a própria agricultura.

A classificação do processamento de alimentos como uma atividade “agrícola” ou “não-agrícola” trouxe fervorosas discussões no âmbito acadêmico. Não se pretende fazer este resgate. Porém, torna-se de fundamental importância deixar claro que se concebe, a fim de realização desta pesquisa, o processamento de produtos agropecuários como uma atividade que sempre esteve intrínseca ao universo agrícola²⁷. Dentre os argumentos²⁸ que respaldam esta opção cita-se a Lei nº 8.171/91 que dispõe sobre a política agrícola e define o universo das atividades agrícolas:

(...) entende-se por atividade agrícola a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais.

Art. 2º A política fundamenta-se nos seguintes pressupostos:

I. a atividade agrícola compreende processos físicos, químicos e biológicos, onde os recursos naturais envolvidos devem ser utilizados e gerenciados, subordinando-se às normas e princípios de interesse público, de forma que seja cumprida a função social e econômica da propriedade;

II. o setor agrícola é constituído por segmentos como: produção, insumos, agroindústria, comércio, abastecimento e afins, os quais respondem diferenciadamente às políticas públicas e às forças de mercado (MAPA, 2007, p. 9/10).

Ainda, com o intuito de elucidar a discussão acerca desta dualidade entre o agrícola e o não-agrícola, Wilkinson e Mior (1999) alertam sobre o surgimento, a partir de uma racionalidade “ante porteira”, de um novo tipo de valorização do espaço rural, o qual deve ser levado em conta nas políticas locais e regionais.

Esta (re)valorização passa a atentar para a “pequena produção” como um elemento estratégico. Um processo, pautado no resgate de valores como a tradição, o artesanal, a natureza e o local, que passa a ser estimulado por uma série de fatores, dentre os quais, as

²⁶ Por exemplo, Meneguetti (2000, p. 49) analisou a relação dos agricultores familiares com as indústrias processadoras de carne e salientou que “muitos foram excluídos dos circuitos das grandes cadeias e mercados, obrigando-os a buscar fontes alternativas e/ou marginais de renda (...) aqui encontram-se, por exemplo, os produtores que abatem para consumo e vendem parte dos produtos para obter renda para as famílias”. Em seguida, o autor ainda destaca “o Estado do Rio Grande do Sul possui uma rede de abatedouros e frigoríficos que retardaram e amenizaram, ao longo do tempo, o processo de exclusão de pequenos agricultores. Sob o aspecto social, esse ‘atraso’ no processo de integração da produção foi ‘benéfico’ para a agricultura familiar”, afinal, muitos continuaram processamento seus produtos de forma independente.

²⁷ Entende-se que, seja sob os domínios da pecuária ou da agricultura, como atividades de cada formação sócioespacial, em ambas o processamento dos seus subprodutos (seja para consumo, venda ou troca) sempre esteve presente, num primeiro momento atendendo as demandas do grupo familiar e, após, na comercialização de excedentes.

²⁸ A atividade agrícola não esteve somente restrita ao cultivo da terra, fazia parte também, ao modo de vida no espaço rural, o processamento de alimentos. Elementos que serão discutidos na próxima seção.

transformações nas grandes cadeias de mercado e no setor agroalimentar em específico (WILKINSON, 2003).

Neste sentido, a produção artesanal de alimentos passa a ser valorizada a partir de suas características do passado, mas atendendo a necessidades modernas. Aliás, para Maluf (2004, p. 304), as tendências recentes do sistema agroalimentar caracterizam-se pela “coexistência de processos de padronização e de diferenciação no consumo dos alimentos, cujos reflexos vão até a etapa da produção agrícola” (MALUF, 2004, p. 304).

Diferenciação, padronização e alimentos parecem ser as palavras-chave que envolvem a lógica da produção alimentar contemporânea. Neste embate, a indústria busca atributos funcionais e a agricultura familiar investe em produtos artesanais com apelo social, reforçando atributos territoriais e visando novas fronteiras.

Observa-se, portanto, realidades convergentes que apontam, por um lado, para o fortalecimento de determinado “padrão de alimento”, referendado pelas transformações no setor agroalimentar, inseridas num cenário marcado pela mudança nos hábitos alimentares²⁹ e, por outro lado, tem-se o resgate (para consumo) de atributos ligados ao modo de vida (camponês/colonial) no espaço rural.

Desta forma, o sistema alimentar passa a ser orientado por essa demanda, promovendo uma busca acelerada pelo produto diferenciado, onde o laboratório aproxima-se cada vez mais da cozinha caseira sob a tentativa de buscar a elaboração de alimentos funcionais (GOODMAN, SORJ, WILKINSON, 1990). A persistência da cozinha caseira reforçou os valores superiores da produção do alimento artesanal (WILKINSON, 2002).

Se, por um lado, esta persistência, demarcada pela (re)valorização da produção artesanal de alimentos da agricultura familiar, aproveita-se de redes de relações sociais e de comercialização locais e, também, de nichos de mercados³⁰, por outro lado, vem se constituindo como uma resistência à exclusão do modelo de desenvolvimento [estritamente] agrícola. Interage com uma demanda (global) por produtos funcionais, com forte apelo cultural, ambiental, social e com as possibilidades locais, que congregam saber-fazer tradicional com paulatino incremento de técnicas de produção e de redes de comercialização baseadas na relação mais próxima entre produtor-consumidor. A implementação destas leva

²⁹ A razão global incita o setor agroalimentar a caminhar em busca de produtos industrializados que possam agregar valores relacionados com a boa nutrição (fibras, menos açúcar e menos gordura) e funcionais a saúde como uma estratégia de comercialização. Uma das questões que conduz a este processo é a construção social de que a qualidade do alimento é associada mais à produção artesanal do que à industrial (WILKINSON, 2002; NEUMANN, 2006).

³⁰ Nos nichos de mercado há uma ampla apropriação e exploração dos atributos/valores simbólicos implícitos na produção artesanal. Neste ambiente, o produto ‘colonial’ tem um custo adicional.

em consideração a necessidade de se manter produto diferenciado, com qualidade e, na medida do possível, atendendo ao ambiente institucional legislativo.

Portanto, no processo de desenvolvimento implementado no Brasil, a agricultura familiar assumiu um papel estratégico, até então pouco reconhecido, apesar de lhe serem atribuídas funções complementares. Sua revalorização a partir da década de 1990 ocorre a partir da convergência de uma série de fatores, em escala nacional e internacional. Se, por um lado, os sujeitos rurais passam a buscar estratégias ligadas ao seu modo de vida, através do processamento dos produtos agropecuários e, portanto, por meio da agregação de valor ao que antes era comercializado *in natura* para a indústria processadora, por outro lado, observa-se uma tendência que demanda produtos imbuídos de simbologia conectada com a cultura rural, produtos de qualidade diferenciada, vinculados a cozinha caseira e que atualmente vem incorporando o “atributo territorial”. O setor agroalimentar vem adequando-se as novas demandas colocadas pelos consumidores cada vez mais exigentes por produtos com atributos funcionais e nutricionais, colocados pela demanda de “vida saudável”³¹.

O paradigma desenvolvimentista se adequou a estas demandas. Já no findar da década 1980, outras perspectivas passam a considerar as dimensões sociais e ambientais, extrapolando a exclusividade econômica. Outros adjetivos são vinculados a noção de desenvolvimento como os enfoques voltados para o endógeno, o capital social e o sustentável (ambiental). A agricultura familiar é tida como foco de investimento, de forma que se passa a estimular atividades voltadas para a agregação de valor, para o turismo rural, para o resgate de saberes. Uma revalorização que é o próprio resgate da diversidade historicamente ligada à agricultura colonial³² ou à produção de subsistência. Em paralelo, valorizam-se também os produtos orgânicos e, assim, consolidam-se progressivamente alguns nichos de mercado que passam a reconhecer e a resgatar memórias coletivas de um rural um tanto carregado de um tom bucólico. Froehlich (2002) analisa esse processo à luz da multifuncionalidade que o espaço rural passa a assumir:

Uma crescente heterogeneidade social (demográfica e ocupacional) apresenta-se correlata à multifuncionalidade do rural: o rural da agricultura intensiva, produtora de commodities e integrada ao agribusiness; o rural da agricultura sustentável ou ecológica, produtora de alimentos ‘limpos’; o rural residencial (secundário ou não); dos sítios de lazer e fins de semana; dos esportes radicais e do turismo eco-rural; da

³¹ Não se pretende prolongar este debate, mas cabe frisar os esforços por parte de agricultores, agentes de extensão rural, gestores públicos e, inclusive, empresas privadas no sentido de consolidar a produção de alimentos sob princípios agroecológicos.

³² Entende-se como “uma agricultura baseada na própria força de trabalho familiar (...), pelo desenvolvimento de uma gama variada de atividades (cultivos) nas unidades de produção, pelo processamento de grande parte dos produtos agrícolas na própria unidade de produção ou na comunidade local (os moinhos e alambiques) e pelo estabelecimento de uma vasta rede de casas comerciais no âmbito local/regional” (NEUMANN, 2003, p. 129).

sociabilidade convivial do mundo rural (festas, quermesses, passeios etc.); do rural ambiental, com seus parques naturais e áreas protegidas. São estes diferentes papéis, sucessivamente atribuídos aos espaços rurais por diferentes estratos sociais e possibilitados pelos condicionamentos do processo de globalização, que fazem do rural um espaço estratégico no âmbito das transformações globais em curso (FROEHLICH, 2002, p. 183).

Enfim, observa-se que o paradigma desenvolvimentista continua a exercer significativa influência nas arenas de decisões acerca dos caminhos a seguir. Neste sentido, a agricultura familiar passou a ser um segmento de reconhecida importância para promoção do desenvolvimento rural. E, como estratégia para promoção da diversificação na geração de renda e emprego no espaço rural, estimula-se a produção artesanal de alimentos como uma atividade capaz de promover a inclusão socioeconômica do grupo familiar (PREZOTTO, 1997; 1999).

Se os critérios da ciência moderna e da tecnologia estimularam a negação da produção artesanal de alimentos como estratégia, na contemporaneidade, tal produção passa a resgatar seu espaço e a mediar o diálogo no sentido de redefinir critérios de eficiência, e, principalmente, de técnicas de processamento. Resta concordar acerca da incapacidade histórica do capital industrial em transformar o sistema agroalimentar da produção agrícola até o consumo final do alimento, como um todo unificado (GOODMAN, SORJ, WILKINSON, 1990).

2. O processar alimentos como objeto de construção social

O processar alimentos é objeto de construção social³³. São saberes, práticas e técnicas, que coevoluem na relação sociedade-natureza e são, portanto, frutos do processo de evolução da sociedade. Nesta seção, pretendemos situar o processamento de produtos agropecuários como parte do hábito alimentar de cada tipo de formação sócioespacial, tendo em vista seu processo de evolução social³⁴. Para tanto, sugere-se a análise do processo sob o seguinte eixo de reflexão:

³³ Os alimentos constituem-se como referencia identitária esencial: “Desde la cocina familiar hasta las comidas regionales, los alimentos forman parte de la construcción de las identidades de individuos y sociedades” (MUCHNIK, 2006, p. 91).

³⁴ Não é intenção discorrer de forma exaustiva sobre uma sociologia da alimentação e sua relação com a formação sócioespacial das comunidades. Pretende-se apenas apresentar alguns aspectos que contribuem para a sua inter-relação.

a) a construção social dos hábitos alimentares como fruto da relação sociedade e natureza – fundamento da formação sócioespacial;

b) o [ato de] processar de alimentos como participante do processo de construção e diferenciação dos hábitos alimentares mundiais, tomando por base a conjugação entre os saberes (artes e técnicas);

c) a formação de identidades territoriais que passam a ser consideradas como “ativos específicos” na promoção do desenvolvimento rural.

Entende-se a noção de “formação sócioespacial” a partir da definição de Milton Santos: a fim de suprir as necessidades de produção, o homem, mediado pelo trabalho, interage com a natureza. Esta mediação ocorre através de técnicas e instrumentos de trabalho, criando formas espaciais. Ao estabelecer um processo produtivo, bem como a organização dos meios de produção, supõe-se uma determinada produção e transformação do espaço, compreendida com formação sócioespacial (SANTOS, 1996).

A formação socioespacial é também um espaço de valores e identidades, onde parte delas pode ser conhecida através dos tipos de alimentos e técnicas de uso e preparo. Muchnik (2006, p. 90) argumenta que “los alimentos han sido historicamente un componente esencial en la construcción de las identidades de individuos y sociedades” e, portanto, tem uma relação direta com “o lugar”, simbolizam o pertencimento a um lugar, a uma sociedade e a uma forma de comer (MUCHNIK, 2006, p. 90).

O alimento e o “alimentar-se” são processos que caracterizam cada cultura e fazem parte da arte de produzir³⁵. O conhecimento sobre os alimentos, também fruto de construção social, vai moldando hábitos alimentares³⁶:

Os povos antigos conheciam empiricamente as plantas medicamentosas, venenosas e alimentares. O alimento escolhido por eles respondia plenamente à sua demanda nutricional. Para processar e conservar os alimentos excedentes foram desenvolvidos métodos naturais de baixo impacto sobre o valor nutricional. Por mais diferentes que fossem as dietas desses povos, todas tinham como base a manutenção da biodiversidade, da forma natural dos alimentos, além de serem definidas a partir da sazonalidade e da cultura local (AZEVEDO, 2006, p. 02).

³⁵ Ou seja, que vai sendo aperfeiçoado a medida que se desenvolvem os novos saberes e técnicas na relação entre sociedade-natureza. Ou, até mesmo, o incremento de novas técnicas oriundas de outras experiências.

³⁶ Entende-se o hábito alimentar de acordo com as definições apresentadas por dois trabalhos: os “hábitos alimentares dependem de fatores não somente relativos ao indivíduo, mas também sociais, culturais, econômicos e ambientais” (Vaandrager & Koelen, 1997 apud RADAELLI e RECINE, 2004, p. 268); que complementa(m) a noção de hábito alimentar, entendendo-o “como atos concebidos pelos indivíduos em que há seleção, utilização e consumo de alimentos disponíveis” (Mezomo, 2002 apud PINHEIRO, 2005, p. 174). Cabe frisar que o processo evolutivo das civilizações tende a aprimorar os processos produtivos (inclusive com novas técnicas) que vão estimulando uma (re)construção dos hábitos alimentares. Somam-se a isso, as possibilidades de trocas/interações entre grupos populacionais.

Duas questões se apresentam fundamentais na construção social de hábitos alimentares: o papel da cultura, que sempre foi um elemento orientador das opções dietéticas (Azevedo, 2006) e a importância da natureza, na oferta de produtos como um pré-requisito na distribuição regional de alimentos (Garcia, 1995 apud ABREU, 2001). Em seguida, surge a possibilidade de invenção de novos produtos através de contatos entre diferentes povos, ampliando as possibilidades alimentares (Id, 2001).

Ao atentar para a história da alimentação mundial, Abreu (2001) destaca algumas influências que contribuíram para a construção e diferenciação dos hábitos alimentares:

Os hábitos das pessoas de todas as partes do mundo têm sido influenciados por convicções e valores culturais, religião, clima, localização regional, agricultura, tecnologia, situação econômica, etc. Conseqüentemente, os hábitos alimentares variam de país para país e de região para região dentro de um mesmo país (Medved, 1981 apud ABREU, 2001, p. 11).

Como parte de um determinado hábito alimentar, o processamento artesanal de alimentos também congrega essa diversidade. Diversidade que é (re)construída no interior de cada formação sócioespacial e, portanto, desenvolve-se no passo da influência dos fatores ou de ordem externa (social, cultural, econômica e ambiental) ou de ordem interna (indivíduos na seleção, utilização e consumo de produtos). Enfim, o processamento artesanal, constitui-se como uma atividade que perpassa a história humana, evoluindo numa contraposição dialética entre o velho e o novo, entre saberes e técnicas.

É neste cenário que a produção artesanal de alimentos se firma dentro das unidades de produção familiar e passa a ser um fator de diferenciação territorial. Arquetam-se especificidades dentro de cada formação sócioespacial (e, portanto, nas unidades de produção familiar daquele circuito), em função das quais Silveira (1994)³⁷ distinguiu o que ele chama de “fatores suporte” da prática cotidiana dos agricultores: meio físico, de produção (terra, capital, trabalho), técnicos (modo de organização dos outros fatores para produzir) e de desenvolvimento (condições de mercado, políticas públicas e demais fatores do ambiente regional).

Mesmo diante das mazelas vividas em função das políticas de modernização da agricultura³⁸, são as especificidades territoriais de cada formação sócioespacial que passam a

³⁷ Silveira (1994) tomou por base os fatores de suporte para caracterizar e diferenciar os sistemas de produção adotadas nas unidades de produção agrícola em Silveira Martins-RS.

³⁸ Outros estudos já analisaram o processo, conseqüências e a inviabilidade da especialização produtiva baseada nas *commodities*, estratégia fomentada pelas políticas baseadas no ideal do desenvolvimento agrícola e que tinham por foco a modernização da agricultura familiar. Ver em Caporal e Costabeber (2004), Silva Neto e Frantz (2001), Neumann e Silveira (2000), Brum (1985).

ser resgatadas e revalorizadas sob uma “nova” leitura do mundo rural³⁹: as especificidades locais como capazes de galgar uma identidade territorial, propulsora de novos itinerários de desenvolvimento territorial rural⁴⁰. Pesquisas recentes vêm tratando dessas questões:

(...) na atualidade, tem-se enfatizado principalmente os bens imateriais, as tradições locais, as maneiras de ser e de fazer e as relações sociais que dão vida ao território. Este patrimônio antes visto somente como uma despesa para as administrações municipais, agora pode ser vislumbrado como oportunidade de consumo e desenvolvimento, sendo muitas vezes valorizado e preservado por toda a comunidade (DULLIUS, FROELICH, VENDRUSCOLO, 2008, p. 05).

Para Froehlich (2002), esse processo ocorre porque as preocupações ambientais da nossa época “constituem-se na principal matriz de novos sentidos para o rural contemporâneo”. Esse “novos sentidos” passam a representar parte da pluralidade do mundo rural:

Hoje, já não seria mais possível pensar o mundo ou o espaço rural sem admitir que um mesmo espaço é sempre **um espaço plural**, onde há diferentes formas de se afiliar ou se identificar com um território (produção, emprego, patrimônio, residência, residência secundária, lazer e turismo etc.). Não há mais a superposição quase imutável de um grupo com um espaço, o que conforma o chamado fenômeno da ‘desterritorialização’ ou ‘deslocalização’. Todavia, este fenômeno não anula o espaço, antes instaura uma forma de concorrência entre espaços locais ou regionais que devem e se tornam **jogadores dentro de uma série de jogos sócio-políticos e sócio-econômicos**, fazendo valer suas **potencialidades**, em que as heranças ecológica, cultural, paisagística, social, ambiental acabam **constituindo a diferença valorizada**. E, embora estes processos toquem também ao urbano, às pequenas cidades, o mundo rural tornou-se predisposto atualmente a constituir o pólo do passado histórico, da herança, dos valores seguros, da sociabilidade convivial, em suma, a constituir o apoio dum imaginário e de práticas de realocização⁴¹ (**grifos nossos**).

É também sob essa lógica que a agroindústria familiar rural passa a ganhar espaço na formulação de políticas públicas e nos estudos teóricos. Um exemplo desse processo é a abordagem dos Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL), que vem sendo utilizada por autores da América Latina e da França como modelo para estudo da agroindústria familiar rural. Os SIAL seriam

³⁹ “(...) noções de **diversidade** e de **diferença**, que são introduzidas e passam a ser referenciais importantes na análise da sociedade e da cultura contemporânea, permite-se visualizar, por exemplo, a reelaboração e os novos sentidos dos elementos tradicionais da denominada ‘cultura camponesa’ e do rural, sob os reflexos contemporâneos do fenômeno social da modernização globalizada. Aspectos que, até bem pouco tempo atrás, eram considerados indesejáveis, atrasados e indícios de estagnação social, passam agora a ser resgatados sob um prisma mais positivo” (FROELICH, 2002, p. 09).

⁴⁰ Veiga (2002, p. 17) aponta algumas considerações sobre o uso desta terminologia: “o uso mais frequente da noção ‘DT: desenvolvimento territorial’ (...) tende a substituir a tradicional expressão ‘desenvolvimento regional’, pois permite uma referência simultânea ao desenvolvimento local, regional, nacional e até continental (...). A retórica do ‘DT’ é certamente melhor que a do ‘desenvolvimento local’, mas ambas estão longe de engendrar uma ‘teoria & prática’ que venha, de fato, superar as divisões setoriais (primário, secundário e terciário) e também permitir um tratamento integrado da divisão espacial (cidade e campo)”.

⁴¹ Froehlich (2002, p. 55). O autor toma por base discussão de Mormont (1996).

(...) sistemas constituidos por organizaciones de producción y de servicio (unidades agrícolas, empresas agroalimentarias, empresas comerciales, restaurantes, etc) asociadas, mediante sus características y su funcionamiento, a un territorio específico. El medio, los productores, las personas, sus instituciones, su saber-hacer, sus comportamientos alimentarios, sus redes de relaciones; se combinan en un territorio para producir una forma de organización agroalimentaria en una escala espacial dada (Muchnik y Sautier, 1998 apud GÓMEZ, BOUCHER, REQUIER-DESJARDINS, 2006, p. 18).

Os SIAL tomam por base a capacidade de articulação entre os diferentes setores e atividades que arquitetam as características específicas de determinada formação sócioespacial. A articulação teria capacidade de mobilizar recursos “específicos” referentes àquele território a fim de participar do jogo sócio-político e socioeconômico, onde as potencialidades do espaço em questão são colocadas como fatores de competitividade territorial⁴² (Dallabrida, Siedenberg, Fernandez, 2004) ou ainda como especificidades múltiplas do território⁴³ (FROEHLICH, 2002).

A base epistemológica do SIAL tem por noção chave a integração. Por vezes, há recursos no território que deixam de ser potencializados em função da falta de integração inter-setorial (portanto, a ênfase da dimensão territorial do desenvolvimento) e do reconhecimento destes recursos. Uma das alternativas que vem sendo utilizadas refere-se ao uso de “marcas” com aditivos qualitativos como “colonial”, “da terra”, “natural”, dentre outros.

A consolidação do SIAL exige necessariamente o reconhecimento dos seus elementos formadores, de sua “qualidade natural”. Sob a lógica do desenvolvimento territorial rural, estes seriam os possíveis “ativos específicos” ou aqueles atributos que podem ser mobilizados, como identificou Froehlich (2002) e, portanto, potencializados a fim de promover “o desenvolvimento”. Como parte de uma qualidade natural de determinado espaço

⁴² Essa conjugação imprime um ‘padrão de competitividade territorial’ que é fruto da “síntese dialética, da especificidade com que nesse território se integram o conhecimento tácito enraizado no tecido sócioprodutivo local com o conhecimento codificado filtrado do exterior. As sinergias resultantes destes fatores revertem-se em inovações territoriais, sendo estas resultantes da intensidade qualitativa dos fatores locais de suporte a competitividade...” (DALLABRIDA, SIEDENBERG, FERNANDEZ, 2004, p. 54)

⁴³ “...a valorização da diferença, tão presente na lógica cultural contemporânea, a qual tem conduzido à possibilidade de, neste horizonte, afirmar-se as especificidades múltiplas dos territórios, sua heterogeneidade ocupacional, econômica, cultural e social, sejam eles urbanos ou rurais, desvalorizando-se (ou relativizando) antigas oposições e antagonismos” (FROEHLICH, 2002, p. 78). Para Moreira (2007) essa discussão envolve a complexidade do espaço rural, que o autor se propõe a compreender a partir de três constructos teóricos: (1) o processo homogeneizador da modernidade ocidental, que teria feito desaparecer o campo e o rural, em função da industrialização e urbanização do campo; (2) a postulação de culturas híbridas, oriundas das especificidades sócio-históricas da periferia mundial; (3) o universo das ruralidades contemporâneas foi visualizado a partir do pensamento sobre relações entre o local e o global da pós-modernidade e da globalização.

geográfico, incluindo a interação entre saberes e técnicas, a agroindústria passa a ser considerada como estratégica no desenvolvimento “territorial”.

Nesse sentido, a vinculação de uma marca que tenha condições de identificar os produtos de um SIAL a um território estaria sintonizada com uma demanda crescente por alimentos considerados superiores⁴⁴ pelo consumidor, devido as suas características diferenciadas (MUCHNICK, 2006). No entanto, tal vinculação produto-território nem sempre tem sido alcançada como fator de potencialização e consolidação dos SIAL, mesmo quando o saber-fazer característico da produção artesanal está presente (GÓMEZ, BOUCHER, REQUIER-DESJARDINS, 2006).

Silveira et al (2008)⁴⁵ analisou essa situação a partir de uma aproximação da realidade da Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS:

Os estudos sobre os Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs) na América latina têm demonstrado que o estímulo à implantação das Agroindústrias Familiares Rurais (AFRs) como estratégia de desenvolvimento de regiões deprimidas, está normalmente associado com a perspectiva de consolidação de uma Identidade Territorial para seus produtos (...). No entanto, observa-se que nem sempre tal objetivo tem sido alcançado, devido à dificuldade de obter-se o reconhecimento por parte dos consumidores de uma tipicidade específica a um determinado território (SILVEIRA et al, 2008, p. 01).

As diferentes formas de se “afiliar” a um território perpassam o processo de revalorização do espaço rural. As diversidades que surgem, tomando por base um olhar analítico que reconhece as “multi-funcionalidades”, aderem-se aos lugares e passam a torná-los diferenciados no contexto regional. Por fim, resta deixar algumas indagações: qual impacto dessa “valorização da diferença” no espaço rural? E, principalmente, qual o impacto social, em cada território, decorrente do desenrolar dessas estratégias?

⁴⁴ Considera-se, aqui, produtos de qualidade superior aqueles que possuem atributos positivos em relação à saúde (naturais ou orgânicos), ao meio-ambiente (produtos da agricultura ecológica ou orgânica, provenientes de projetos de desenvolvimento local sustentável), ao aspecto social (produtos oriundos da agricultura familiar ou assentamento de reforma agrária) e ao aspecto cultural (alimentos artesanais ou de gastronomia típica regional), baseando-se em Wilkinson (2006) e Hernandez (2005).

⁴⁵ A proposta do trabalho é analisar o “...caso da chamada Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, onde se desenvolve um projeto de desenvolvimento regional calcado no patrimônio histórico-cultural existente, materializado na gastronomia típica, com forte vínculo à produção artesanal de alimentos e bebidas, na preservação das paisagens naturais e na tradição religiosa de inspiração católica. Tendo assumido ainda na década de 1980, o turismo como eixo central do desenvolvimento regional teve no fortalecimento das atividades de processamento de matérias-primas de origem animal e vegetal, articulando as atividades agrícolas com o saber-fazer herdado das gerações passadas, um elemento fundamental na constituição de um SIAL” (SILVEIRA et al, 2008, p. 02).

Por fim, no decorrer deste capítulo podem-se apresentar alguns elementos que ditam sobre como o paradigma desenvolvimentista influenciou a evolução do espaço rural. Se, por um lado, esse processo permitiu alcançar avanços e incrementos na produtividade, por meio da conhecida “modernização da agricultura”, por outro lado, houve um considerável impacto social e ambiental. Na conjuntura da reflexão deste trabalho, a questão que segue refere-se à necessidade de criar condições para compreender e mensurar os impactos, na sua dimensão social, tendo em vista que a valorização da produção artesanal de alimentos e o seu reconhecimento enquanto estratégia de desenvolvimento rural na forma da agroindústria familiar pode promover transformações que sejam, em muitos casos, indesejáveis, como o é a especialização produtiva das unidades de produção familiar.

Sendo esta especialização desejável ou não, segue-se para a discussão sobre a avaliação de impacto social e suas possibilidades de contribuição na análise da agroindústria familiar rural.

CAPÍTULO III – A avaliação de impactos sociais

Este capítulo tem por objetivo resgatar o processo histórico da avaliação de impactos, atentando em especial para a avaliação de impacto social. Inicia-se com uma delimitação espaço-temporal: recorre-se ao resgate histórico do processo de construção da avaliação de impactos na escala mundial, em especial a partir de 1950, relacionando-o com a desenvoltura deste processo no Brasil e, em particular, com o caso da Agroindústria Familiar Rural.

Algumas considerações iniciais merecem ser feitas. “Avaliar” exige saber “o quê” e, em seguida, também exige saber “o como”. No âmbito destes dois saberes, a arena da avaliação é recheada de intermináveis discussões e raríssimos consensos. Quaisquer que sejam as dimensões (econômica, social ou ambiental), a temática de “o que avaliar” e “como avaliar” gera polêmica.

No imaginário popular, a avaliação remete, geralmente, aos bancos escolares ou a processos seletivos. Este espaço historicamente tem vivenciado a problemática de “o que avaliar” (competências, comportamentos, participação, eficiência, etc) e de “como avaliar”. Tanto nos espaços formais como informais de educação, a problemática da avaliação é contundente e, dentre os fatores da dificuldade de alcançar sua plenitude, está o fato de ela ocupar-se de aspectos qualitativos relativos às habilidades/comportamento humano. Afinal, como chegar a um denominador comum, num espaço onde se congrega uma diversidade de situações e de sujeitos envolvidos? Talvez, uma das possíveis saídas para a problemática seja não buscar um denominador comum.

Esta problemática nos conduz a outro fator intrínseco ao ato de avaliar: seu imperativo de fornecer parâmetros confiáveis e comparáveis. Este último é o que se apresenta como o mais apreensivo.

Dentre as alternativas postas, está a possibilidade de compreender a avaliação como um processo que, longe de ser estático, é dinâmico e sistêmico. O processo de avaliação não é um procedimento único e fechado em si mesmo. Contrariamente, entende-se que deva ser capaz de captar as transformações. Para tanto, tem-se a necessidade de criar mecanismos que tenham competência para mensurar a evolução e gestar os resultados, tanto positivos quanto negativos. Avaliar é, antes de tudo, um modo de testar a eficácia das ações e rever métodos. Neste sentido, diferentes autores tem trabalhado com indicadores chaves, adequados às especificidades dos locais e das ações que são projetadas (VANCLAY, 2002; BECKER, 2001).

1. A avaliação de impactos e a construção de indicadores

*Hacer utilizables los indicadores
constituye una enorme responsabilidad.
Piotr Trzesniak*

Pode-se considerar que a avaliação de impacto passou a ser um tema relevante a partir das conseqüências dos projetos de desenvolvimento implementados no país, principalmente aqueles voltados ao espaço rural. Afinal, fazia-se necessário estipular critérios capazes de mensurar os impactos dos projetos/programas voltados à modernização (um dos eixos centrais das políticas desenvolvimentistas). Os critérios de eficiência contribuíram para mensurar o impacto e avaliar a evolução das nações em busca do ideal de desenvolvimento.

De imediato, uma das questões que se apresentou problemática, e ainda hoje é polêmica, refere-se a dificuldade de conceituar “impacto” e de delimitá-lo no tempo-espaço. Chris Roche⁴⁶ (2002, p. 36) define impacto como “mudanças significativas ou permanentes nas vidas das pessoas, ocasionadas por determinada ação ou série de ações”. E complementa:

A primeira dessas análises é a relação entre os recursos investidos em determinado projeto ou programa e os resultados e efeitos alcançados (...) O impacto é então avaliado ao se analisar o grau até onde os resultados de uma intervenção conduziram a mudanças nas vidas daqueles que se pretendia beneficiar (ROCHE, 2002, p. 37-38).

Percebe-se uma significativa preocupação com a função social dos impactos, delimitados pela mensuração da “mudança nas vidas”. Ao considerar a “mudança” como um fator decisivo, a avaliação assume um caráter de continuidade, de processo: “a avaliação de impacto é a análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas – positivas ou negativas, planejadas ou não – nas vidas das pessoas e ocasionadas por determinada ação ou série de ações” (ROCHE, 2002, p. 37). A avaliação ainda pode ser definida, como prefere Becker (2001), como o processo de identificação das conseqüências futuras de uma ação proposta.

Uma análise das mudanças, que para se tornar efetiva e legítima, acaba prezando pela capacidade de sua mensuração. Historicamente, a abordagem econômica sempre assumiu relevância pioneira na avaliação do processo de desenvolvimento dos países. No entanto, ao adentrar às dimensões social e ambiental, a questão torna-se mais complexa, uma vez que envolve indicadores qualitativos com grande dificuldade de serem mensurados. Além disso, a

⁴⁶ A autora estuda a avaliação de impacto dos trabalhos das Organizações Não-Governamentais (ONGs).

fragmentação entre o “social” e o “ambiental” coloca as diferenças entre eles em uma linha muito tênue: muitos elementos estão intimamente entrelaçados.

Numa escala temporal, as primeiras abordagens voltadas para a avaliação de impactos podem ser demarcadas a partir da década de 1950 e vinculadas, intimamente, com as agências de desenvolvimento (ROCHE, 2002). O intuito era prever as prováveis consequências dos projetos de desenvolvimento. Dentre as abordagens, está a

Avaliação de impacto ambiental (environment impact assessment – EIA), avaliação de impacto social (social impact assessment – SAI), análise de custo-benefício (cost-benefit analysis – CBA) e análise de custo-benefício social (social cost-benefit analysis – SCBA) (ROCHE, 2002, p. 33).

A abordagem com ênfase na dimensão econômica foi pioneira na delimitação do “que” e do “como” avaliar. Porém, não foi sem dificuldade que os economistas tentaram desenvolver métodos que permitissem avaliar e mensurar o desempenho das atividades econômicas, principalmente quanto à riqueza gerada. Tradicionalmente conhecidos como indicadores econômicos em escala internacional, o Produto Interno Bruto (PIB)⁴⁷ e o Coeficiente de Gini passaram a ser os mais utilizados. O primeiro tem por objetivo mensurar o desempenho econômico do país, usando como indicadores os valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos, incluindo gastos com a depreciação. Ao dividir o PIB pelo número de habitantes (PIB per capita) tem-se um indicador que supostamente representa o que seria o padrão de vida da população. No entanto, a simplória divisão da renda total do país pelo número de habitantes mascara a desigualdade de renda interna e, para suprir esta lacuna, o Coeficiente de Gini passou a ser utilizado para mensurar a desigualdade de distribuição de renda e/ou desigualdade de riqueza.

Na tentativa de considerar outras variáveis, além da renda, foi instituído o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴⁸ como um indicador de bem-estar e acesso aos serviços públicos, utilizando-se como variáveis a renda (mensurada pelo PIB per capita -em dólar- “paridade do poder de compra”, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países), a longevidade (considera a expectativa de vida ao nascer) e a educação (índice de analfabetismo e taxa de matrícula em todos os níveis de ensino). Para Torres (*et al* 2003) a inclusão da melhoria nas condições de saúde e educação como parte fundamental do processo de

⁴⁷ Além do PIB, que é mais utilizado, há também o PIB nominal, o PIB real, o Produto Nacional Bruto (PNB) e o Produto Interno Líquido (PIL).

⁴⁸ Criado por Mahbud ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen. O IDH é mensurado a partir das três variáveis (renda, longevidade e educação) e varia de zero a um, sendo de zero a 0,499 baixo; de 0,500 a 0,799 médio e; 0,800 a 1,0 alto. (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2008)

desenvolvimento constituiu-se como uma conquista, promovida a partir de um debate internacional sobre a importância da dimensão social.

Enquanto isso, a abordagem da avaliação de impactos sob a dimensão ambiental começa a tomar vulto quando das primeiras consequências ou quando já podem ser sentidos os primeiros impactos decorrentes da corrida desenvolvimentista. Algumas mudanças começam a ser sentidas nas estruturas políticas, mas somente na década de 1970 os Estados Unidos criam os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) como um pré-requisito à aprovação de empreendimentos potencialmente poluidores. Na década seguinte, foi formalizado o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA), juntamente com uma série de “leis regulamentando a atividade industrial no tocante à poluição” (MOURA, 2002, p. 06). Estes dois documentos, conhecidos como EIA/RIMA são os mais significativos quando da avaliação de impacto ambiental.

No Brasil, a relevância da dimensão ambiental emerge apenas na década de 1980, oportunidade de grande efervescência popular em torno das consequências da modernização da agricultura que “acarretou impactos ambientais e transformações sociais em magnitudes tão amplas que, por si só, justificam a revisão de todo o modelo de desenvolvimento imposto ao setor agrícola” (CAPORAL e COSTABEBER, 2007, p. 07).

A dimensão social começa a assumir importância a partir da preocupação ambiental. Isso ocorre especialmente a partir da década de 1970, marco temporal da criação, nos Estados Unidos, da National Environmental Policy Act (NEPA) instituindo oficialmente a Environmental Impact Assessment (EIA). Para a NEPA, as questões sociais estavam incluídas na definição de “meio-ambiente” já que os impactos ambientais conduziam, impreterivelmente, ao questionamento de qual seria sua influência na vida das pessoas.

No entanto, a partir das deficiências quanto à definição de impacto social, formação dos profissionais avaliadores e de indicadores sociais, gera-se uma demanda por abordagem teórico-metodológica específica para a avaliação de impactos sociais (AIS). Esse processo culminou, em 1989, na criação do Committee on Guidelines and Principles for Social Impact Assessment⁴⁹ (CGPSIA) (VANCLAY, 2006, p. 05).

No Brasil, ainda está latente a dificuldade de delimitar a abrangência do “social” e do “ambiental”. Sua sobreposição e/ou oposição no âmbito da avaliação de impactos tem gerado intensos debates no universo acadêmico.

⁴⁹ Fazia parte do Comitê, um ou dois membros da ampla Organização das Ciências Sociais, sendo a base da sociedade nos EUA. Além disso, parte dos membros também participavam da International Association for Impact Assessment (IAIA).

Para Rodrigues (1998), a maior dificuldade para incorporação da avaliação social de projetos nas avaliações de impacto ambiental (EIA) é a “brecha teórica” entre os dois lados da equação que têm fundamentos teóricos muito diversos. Segundo o autor, para uma consideração adequada de aspectos ambientais em avaliações sociais, “há que se valorar o ambiente, enquanto provedor de três serviços com claro valor econômico, mas de difícil mensuração: 1. Fonte de recursos; 2. Assimilador de resíduos; e 3. Sistema de suporte à vida” (RODRIGUES, 1998, p. 13).

Neste contexto, emergem discussões acerca da avaliação de impactos ambientais, incorporando, posteriormente, a demanda social:

A emergência da questão do ambiente na agenda social e, em grande parte, conseqüência da extensão em que a humanidade hoje se apropria dos recursos naturais, às vezes muito além da capacidade regenerativa da natureza. Dessa forma, todos os compartimentos ecológicos são atingidos, modificando fluxos e processos naturais em tal medida que a mudança se diz global (RODRIGUES, 1998, p.06).

Ainda na análise de Rodrigues, a dimensão social na avaliação de impactos ambientais deveria dedicar atenção especial a aspectos fundamentais como: “a) capacidade organizacional do grupo receptor do projeto ou tecnologia; b) nível de ilustração (ou cultura) do grupo; c) relações sociais e de poder; d) desenvolvimento humano e demográfico na área de intervenção; e) padrão de saúde” (RODRIGUES, 1998, p. 12).

No Brasil, a dimensão social começa a tomar vulto a partir da década de 1980, promovida pela crescente relevância dos estudos e pesquisas sobre a situação de pobreza, indigência e exclusão social no país. Costa (2003) discorre sobre este processo:

Embora essas temáticas já viessem sendo tratadas nas universidades e figurassem como objeto de investigação e análise nos órgãos ligados ao planejamento público desde o final dos anos 60, foi com a crise e a estagnação econômica de diversos segmentos sociais – que elas começaram a comparecer com maiores frequências e profundidade na literatura acadêmica e na agenda política. Assim, passaram a disputar a centralidade do debate social com os estudos sobre a distribuição de renda e constituição do mercado de trabalho urbano (...) (COSTA, 2003, p. 144).

A pobreza, suas definições e métodos de mensuração, foi um dos temas polêmicos que, ainda hoje, permanece nos debates entre pesquisadores e entre a universidade e sociedade. Dentre as perspectivas de análise propostas nos estudos deste fenômeno social, citam-se algumas: pobreza como insuficiência de renda, pobreza como ausência na satisfação de necessidades básicas monetárias e não-monetárias (privação de patamares mínimos – como acesso a água potável, alimentação, dentre outros); pobreza como um fenômeno de privação relativa de renda e outras dimensões socioeconômicas (refere-se à desigualdade de acesso a

bens ou serviços ou de disponibilidade de renda – permite avaliar como se distribuem os recursos públicos e privados pela sociedade). A autodeclaração de pobreza também vem sendo aceita, considerando-se, para além da satisfação das necessidades básicas, também aquelas necessidades e aspirações socioculturais (COSTA, 2003).

Outro aspecto problematizado na dimensão social é a natureza qualitativa das variáveis a serem utilizadas. Siedenberg (2003) ao analisar esta situação, comenta:

(...) a maior parte dos indicadores de desenvolvimento social (aspectos relacionados à educação, saúde, bem-estar, direitos, cidadania, etc) não é diretamente mensurável nem há uma definição consensual sobre o uso dos mesmos, sobre o modo de obtenção destes dados, sobre as relações que se estabelecem, sobre os valores (éticos) embutidos e sobre os (pré)conceitos teóricos que os fundamentam (SIEDENBERG, 2003, p. 54).

Os indicadores sociais, atualmente utilizados nas diferentes esferas públicas e privadas, abarcam temas como a qualidade de vida da população, a esperança de vida ao nascer, leitos hospitalares, acesso à água potável, o acesso à educação, a taxa de alfabetização ou a quantidade média de anos na escola, a oportunidade no mercado de trabalho, mortalidade infantil, fome, pobreza, gênero, renda, mortalidade materna, saúde, nutrição, epidemias, saneamento básico, etc. No entanto, esta gama de “indicadores” são, antes, grandes conjuntos de variáveis, sendo que a eleição dos seus indicadores torna-se ainda mais delicada, uma vez que envolve processos de decisão e de interesse nem sempre voltados para a dimensão social⁵⁰.

Para Armani (2001) os indicadores são um instrumento de medição, utilizados para “indicar mudanças na realidade social, demonstrar variações”:

Os Indicadores dão evidências das mudanças ocorridas num fenômeno, mas não são as mudanças propriamente ditas nem são as suas causas. Eles são apenas os sintomas das mudanças, funcionando como instrumentos de aproximação para captar processos complexos de mudança (ARMANI, 2001, p. 61).

Seguindo nesta linha, o mesmo autor alerta para a diferença entre os tipos de indicadores, quantitativos (aquelas variações quantitativas que utilizam unidades de medidas, como número de pessoas, percentuais, volume de recursos) e qualitativos (que expressam variáveis ou dimensões que não podem ser colocadas em números, como participação, valores e atitudes, articulação, liderança, etc). Estes últimos tenderão a expressar a mudança nas relações de poder existentes (ARMANI, 2001).

⁵⁰ Os fenômenos elencados são antes processos que caracterizam uma “mudança social”, como alerta Vanclay (2002, p. 191), “many social changes are not in themselves ‘impacts’”. A mudança social impulsiona a geração de impactos sociais que podem ser detectados a partir de indicadores.

Por outro lado, Roche (2002) prefere falar em “áreas de mudança” e “indicadores específicos” para cada área. Como áreas de mudança, a autora analisa três categorias⁵¹: riqueza material; medidas de bem-estar social ou capital humano; medidas de apoderamento ou capital político, e, a partir destas, elenca alguns indicadores. Além disso, neste mesmo trabalho, Roche (2002) explora algumas “características desejáveis” para os indicadores: ser específico, mensurável, tangível, relevante e comprometido com tempo: elementos que conduzem a um padrão mínimo possível de ser comparável ao longo do tempo.

Sendo assim, consideram-se as variáveis como processos sociais que podem ser monitorados através de indicadores. Os indicadores, no caso da pesquisa, serão os sintomas que apontam e permitem comparar ou mensurar mudanças nas condições de vida da população em estudo.

Ao atentar para o objeto de estudo em questão pode-se adiantar que alguns indicadores não são adequados para o tipo de abordagem analítica que este estudo se propõe explorar. Neste contexto, torna-se importante pensar os indicadores sociais como um conjunto muito amplo, o qual apresenta, porém, para cada objeto de estudo, especificidades que orientam a seleção e exclusão daqueles indicadores menos representativos. A seleção de variáveis e seu conjunto de indicadores atende ao princípio da relatividade e do poder de decisão, ou seja, para cada situação (espaço-tempo) haverá condições que podem ser mais ou menos relevantes, alterando a dinâmica local, de forma que ao pesquisador é necessário buscar meios para abarcar a totalidade dos processos.

Ao lançar-se na seleção de alguns indicadores que possam fornecer subsídios na discussão sobre a dimensão social nas AFRs, encontrou-se algumas dificuldades, que também são compartilhadas com Vanclay (2002). A mais saliente delas refere-se a própria definição do social (?), seguida de outras como a seleção da escala de análise ideal⁵², seja para análise do social (micro, meso, macro), seja para a análise das implicações espaciais (os impactos podem ser irradiados no espaço-tempo?) desta dimensão. Acrescenta-se, ainda, a dificuldade na eleição dos indicadores. O recorte do social, seja no seu plano analítico (das variáveis e dos seus indicadores), seja no seu plano espacial (o lugar), acaba por constituir-se, inevitavelmente, em uma decisão guiada por interesses.

Cabe lembrar que, ao adentrar à arena política, os indicadores passam a ser considerados como importante ferramenta, seja no planejamento, seja nas relações destas

⁵¹ Estas três categorias foram eleitas a partir de pontos em comum entre estudos de casos discutidos por Roche (2002).

⁵² Roche (2002) prefere chamar de unidades de observação.

esferas com a opinião pública⁵³. Utilizar indicadores, principalmente aqueles sociais, como ferramentas de gestão e planejamento público, exige pensar sua aplicabilidade e sua expressão espacial e temporal, em função da escala temporal dos mandatos governamentais (TORRES *et al*, 2003).

Portanto, utilizar indicadores a fim de realizar procedimentos de análise incide necessariamente numa opção ideológica. Principalmente quando se utiliza dados estatísticos de fontes secundárias ou mesmo de fontes diretas, estas não estão livres das opções teórico-metodológicas. Um dos possíveis caminhos para fugir desta lacuna, ou ao menos, amenizá-la, refere-se à consideração e análise dos indicadores em um processo sistêmico, explorando suas inter-relações e possíveis hipóteses ao correlacionar com o objeto de estudo em questão. Vanclay (2002) também enfatiza essa questão:

As variáveis que são importantes devem ser definidas localmente, e pode haver considerações locais que uma lista genérica pode não representar adequadamente. Além disso, uma lista é um produto da concepção de seus autores sobre quais impactos incluir e como eles podem ser descritos. Um fator chave é o nível de detalhe para descrever os componentes de impactos (VANCLAY, 2002, p. 200/201, tradução livre da autora).

Ao atentar para a realidade da AFR pode-se inferir algumas questões como, por exemplo, a necessidade de delimitar indicadores adequados à escala de atuação e de difusão dos impactos. Um caso típico seria a geração de emprego: este parece ser um indicador que apresenta condições de ser mensurado, no entanto as relações de produção na AFR não permitem medir diretamente os empregos diretos, fixos ou temporários, gerados pela atividade, por duas questões: a) as relações de produção geralmente são familiares e, portanto, todos beneficiam-se indiretamente, recebendo geralmente em forma de produtos e serviços e raras vezes em forma de “salário”; b) fora do grupo familiar, as demandas por trabalho geralmente são suprimidas com relações que se enquadram numa racionalidade tipicamente familiar de produção, usando-se de troca de serviço e/ou ajuda mútua.

Portanto, a AFR pode potencializar a “ocupação da força de trabalho rural” antes de mover qualquer décimo nos indicadores de emprego, ou seja, não aumenta nem diminui o número de pessoal ocupado, apenas oferece possibilidades de intensificar o uso da mão de obra na propriedade e estimular relações de trabalho (típicas) da racionalidade de produção

⁵³ A eleição de determinados indicadores pode manipular [discretamente] resultados. É o caso típico das matrículas escolares que são utilizadas para justificar melhorias no atendimento à educação, no entanto, geralmente não expressam a real qualidade do serviço prestado e, muito menos, em que condições ele vem sendo oferecido.

familiar na comunidade, fatos que merecem ser considerados na avaliação de impacto social da atividade. Esta discussão, porém, será retomada mais adiante.

A polêmica que permanece refere-se aos métodos para mensuração dos processos de mudança que geram impactos, especificamente na dimensão social.

2. Como valorar dimensão social na avaliação de impactos?

Uma das primeiras considerações a serem destacadas é a concepção da “mudança social” como propulsora do “impacto social”. Estes, por sua vez, são compreendidos como frutos de projetos ou planos de intervenção.

Vanclay (2002) faz alguns alertas no sentido de atentar para esta diferença basilar no processo de avaliação de impacto social, uma vez que muitas mudanças sociais por si mesmas não constituem impactos. Além disso, o autor acrescenta que impactos sociais indiretos são resultantes de mudanças no ambiente biofísico, enquanto que os impactos sociais diretos resultam daquele processo de mudança social que eleva o bem-estar social (VANCLAY, 2002, p. 191/192/193, tradução livre da autora). Neste marco teórico, a

Avaliação de Impacto Social é o processo de análise (previsão, avaliação e reflexão) e gestão das conseqüências intencionais e não intencionais no ambiente humano fruto das intervenções planejadas (políticas, programas, planos, projetos) além de qualquer processo de mudança social envolvido com essas intervenções a fim de trazer um ambiente humano mais sustentável e equitativo biofísicamente (VANCLAY, 2002, p. 388, tradução livre da autora).

No entanto, definir a dimensão social da avaliação de impacto transformou-se numa tarefa difícil de ser realizada. Dentre as dificuldades, ressalta-se a impossibilidade de identificar todos os processos de mudança social que poderiam acontecer em função de algum projeto *versus* aqueles que acontecem na sociedade. Outra questão é definir com clareza o que seria processo de mudança social e o nível de detalhe ou a escala de análise a ser considerada (VANCLAY, 2002).

Além disso, existe uma significativa variedade de possibilidades e fatos que podem ser considerados como impacto social. Neste detalhe, concentra-se a dificuldade de estipular modelos, uma vez que, provavelmente, os impactos sociais significativos variarão de lugar para lugar, de projeto para projeto, sendo que o peso para cada impacto social variará de comunidade para comunidade e entre os diferentes grupos dentro de uma determinada comunidade (VANCLAY, 2002, p. 184, tradução livre da autora).

Algumas propostas vem sendo elaboradas no sentido de definir categorias, indicadores e até matrizes de avaliação de impacto social. Constituem-se como tentativas no sentido de suprimir deficiências ou lacunas em um campo de pesquisa tão vasto.

Vanclay (2002) discute a possibilidade de utilizar uma matriz de avaliação de impacto social e aponta duas perspectivas: uma favorável, já que pode ser utilizada para nortear as avaliações e contribuir com os investigadores que em geral tem subestimado os possíveis impactos sociais nas comunidades. Noutra ótica, uma matriz poderia direcionar as respostas e não levantar o que realmente se passa na comunidade. Além disso, geralmente *lists of social impacts* consideram apenas os impactos negativos dos projetos, não levando em consideração os objetivos e benefícios alcançados.

O mesmo autor ressalta que impactos sociais podem referir-se a variáveis com indicadores quantitativos, e também qualitativos⁵⁴, tais quais: impactos culturais envolvendo mudanças nas normas da população, valores, convicções e percepções sobre a sociedade em que vive (VANCLAY, 2002, p. 184-185, tradução livre da autora). Acrescenta que os especialistas em impacto social costumam destacar a impossibilidade de detalhar todas as dimensões dos impactos sociais (mudanças sociais acabam gerando outras mudanças). Inevitavelmente, estas dependem de vários fatores, tais como o contexto social, econômico, político, cultural das comunidades envolvidas.

Vários cientistas sociais tem tentado criar uma tipologia de impactos sociais. Nesta empreitada, é muito difícil fugir de uma matriz. Dentre as propostas, destaca-se Becker (2001, p. 316), que apresenta uma tipologia baseada em níveis escalares (sociais): Tipo 1 – avaliação de impacto micro-social, focado nos indivíduos e no seu comportamento; Tipo 2 – avaliação de impacto meso-social, focado nas organizações e nas suas redes sociais (incluindo comunidades); Tipo 3 – avaliação de impacto macro-social, focado no sistema social nacional ou internacional.

Armour⁵⁵ propõe uma tipologia baseada em variáveis com indicadores qualitativos:

- modo de vida das pessoas;
- sua cultura;
- sua comunidade.

Vanclay (2002) propõe o acréscimo das seguintes variáveis:

⁵⁴ Armani (2005) discorre sobre a diferença entre os indicadores quantitativos e qualitativos.

⁵⁵ 1990 apud Vanclay, 2002.

- o sistema político (como as pessoas estão habilitadas a participar das decisões que afetam sua vida);
- seu ambiente (qualidade do ar e água que a população usa; a disponibilidade e qualidade de alimento para seu consumo, o nível de perigo ou risco, poeira e barulho a que estão expostos; segurança física; saneamento básico; acesso e controle de seus recursos);
- sua saúde e bem-estar (“saúde” entendida a partir da Organização Mundial da Saúde: o estado físico, mental, e de bem-estar social, não somente ausência de doenças ou enfermidades);
- seus direitos pessoais e de propriedade (economicamente afetadas ou que estão em desvantagem nas experiências pessoais, incluindo a violação dos direitos civis);
- seus medos e aspirações (sua percepção sobre sua segurança, seus medos sobre o futuro e de sua comunidade e suas aspirações quanto a seu futuro e de seus filhos).

O Quadro 01 apresenta uma síntese das considerações dos três autores, sobre as variáveis e indicadores que poderiam ser considerados:

Autores	Variáveis	Indicadores
Becker	Tipo 1 - avaliação micro-nível, focada nos indivíduos e seus comportamentos	Análise de impactos no comportamento de grande número de indivíduos. Ex.: estudos demográficos
	Tipo 2 – avaliação meso-social focada nas organizações e suas redes sociais	Análise de impactos no comportamento de atores coletivos, tais como organizações e movimentos sociais
	Tipo 3 – avaliação macro-social focada nas relações nacionais e internacionais.	Análise de impactos em macro-sistemas sociais, tal qual política nacional ou internacional, no sistema legislativo, etc.
Armour	Modo de vida das pessoas	Como vivem e trabalham
	Cultura	Costumes, valores e convicções
	Comunidade	Coesão, estabilidade, característica dos serviços e facilidades
Vanclay	Sistema político	Democracia/gestão dos recursos
	Ambiente	Qualidade do ar, disponibilidade de alimentos
	Saúde e bem-estar	Bem-estar psicológico e mental
	Direitos pessoais e de propriedade	Violação das liberdades civis
	Medos e aspirações	Percepção sobre segurança, medos e aspirações para o futuro da comunidade e de seus filhos.

Quadro 01 – Proposta de variáveis e indicadores de Becker, Armour e Vanclay.

Obs.: Vanclay (2002) apresenta outra série de variáveis e indicadores para a avaliação de impacto social.

De fato, ainda não há uma metodologia universal para a avaliação de impacto social (AIS). Vanclay (2002) observa isso como fruto da deficiência de uma agência reguladora da definição de AIS e de uma revisão séria para nortear o profissional na melhoria de sua prática. De fato, consensos sobre a definição de AIS e uma indicação genérica sobre as variáveis mínimas necessárias poderiam aumentar a qualidade dos estudos (VANCLAY, 2002, p. 189, tradução livre da autora).

No Brasil, algumas experiências vem sendo realizadas no sentido de propor refletir e criar suporte teórico-metodológico para avaliar os impactos sociais em seus diferentes âmbitos e setores produtivos. Cabe ressaltar que a dimensão social começa a ter relevância a partir das metodologias de avaliação de impacto ambiental, preocupação latente da sociedade contemporânea. Nestes casos, a dimensão social sempre foi considerada como um indicador chave nos indicadores de sustentabilidade.

Yegianantz & Macedo (2002)⁵⁶ realizaram estudos buscando avaliar os impactos sociais decorrentes do uso de tecnologias agropecuárias. Os autores ressaltam a carência de uma metodologia científica para avaliar “tanto ex ante como ex post as implicações sociais, econômicas e ambientais das novas tecnologias que não cabem dentro da análise socioeconômica convencional que exclui as externalidades tanto positivas quanto negativas” (YEGANIAN TZ & MACEDO, 2002, p. 08). Na geração de tecnologias agropecuárias, as mudanças mais significativas ocorreram em variáveis como emprego, saúde e nutrição, problemas relativos a gênero, dependência tecnológica, desperdícios, imperativos éticos da tecnologia, impactos essencialmente econômicos, otimismo tecnológico, educação e treinamento, distribuição de renda, redução de conflitos, entre outros. Mais uma vez, as necessidades sociais são colocadas sob a ótica da melhoria da qualidade de vida e bem-estar da sociedade.

Outro estudo que cabe ser colocado refere-se à Pesquisa de Condições de Vida (PCV), concebida no final da década de 1980 e desenvolvida pela Fundação SEADE. Os objetivos visavam suprimir a ausência de fonte primária de dados sobre as características demográficas e socioeconômicas, consideradas como determinantes para a compreensão das condições de vida da população das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas não-metropolitanas de maior concentração em São Paulo (COSTA, 2003). Dados que pudessem monitorar as mudanças nas variáveis demográficas e socioeconômicas foram utilizados, em tal pesquisa, para averiguar a magnitude e distribuição da pobreza urbana.

⁵⁶Avaliação de Impacto Social de pesquisa agropecuária (2002). Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Novamente, a pobreza entra no debate. De fato, ela sempre assumiu centralidade nas discussões quanto à qualidade de vida, ou melhor, à falta de qualidade. No entanto, delimitá-la acaba sendo uma tarefa que pondera entre o acesso a determinados recursos até a extrema falta deles. Definir um padrão de indicadores para definir a pobreza ainda é uma lacuna, apesar de haver algumas propostas que vem sendo utilizadas para mensurá-la na sociedade. No caso da PCV, foram utilizados como indicadores informações sobre habitação, patrimônio familiar, frequência à escola, inserção no mercado de trabalho, rendimentos e utilização de serviços de saúde, com o objetivo de ir além da investigação tradicional baseada na renda. No eixo central do estudo, consideraram-se os indicadores sintéticos de carência em moradia, instrução, emprego e renda (COSTA, 2003).

Ainda no encaixe da qualidade de vida, cita-se o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) que foi criado em 2000 com o intuito de estimar o desenvolvimento e a qualidade de vida dos municípios paulistas. A proposição colocada baseava-se na premissa de que a “mensuração da qualidade de vida pressupõe considerar vários aspectos não transferíveis entre si”, ou seja, nenhuma dimensão poderia substituir outra e nem hierarquizá-las (TORRES *et al*, 2003, p. 83). Para tanto o SEADE passou a considerar a qualidade de vida como multidimensional. Isso representou dois problemas: o primeiro deles refere-se ao fato de que não existe uma teoria universal que indique quais componentes são essenciais para a mensuração da qualidade de vida; o segundo diz respeito à multidimensionalidade, que implica tornar impossível a elaboração de um único indicador ordenável de condições de vida. Como alternativa, o estudo partiu para a criação de uma “tipologia que permita distinguir as diferentes situações que configuram as condições de vida de uma população”.

Considerar a qualidade de vida numa abordagem multidimensional parece ser uma aproximação interessante e prática para analisar o caso das AFRs. Primeiro, porque permite explorar as interações entre as variáveis e entre seus indicadores, favorecendo uma análise sistêmica. Também, enfrentam-se, entretanto, as problemáticas postas pelos autores ao analisar o caso do IPRS (TORRES *et al*, 2003).

Ao analisar a possibilidade de fazer uma avaliação de impacto social da educação, Avila e Avila (2008, p. 05) consideram que deveriam ser levados em conta critérios ou fatores que permitam avaliar os impactos em “termos de melhorias no emprego, na saúde e nutrição, na redução dos desequilíbrios regionais, na minimização das desigualdades sociais e na redução de conflitos” ao longo do tempo.

Para encaminhar a questão, Vanclay (2002) sugere a separação dos processos de mudança social daqueles que são variáveis de impacto social. Para tanto, o autor sugere com

ressalvas uma “lista simples e indicativa como exemplo de processos de mudança social” (p. 193, tradução livre da autora), composta pelos seguintes agrupamentos⁵⁷:

- (A) Processos demográficos (mudanças no número e na composição da população)
- (B) Processos econômicos (como as pessoas ganham a vida e exercem atividades econômicas na sociedade);
- (C) Processos geográficos (mudanças no uso da terra);
- (D) Processos legais e institucionais (eficiência e eficácia das estruturas institucionais, incluindo as governamentais e não-governamentais);
- (E) Processos de emancipação e apoderamento (influência crescente nos processos de tomada de decisão);
- (F) Processos socioculturais (cultura da sociedade)
- (G) Outros processos

Para impacto social, Vanclay (2002) propõe uma lista com sete categorias a fim de contribuir para a reflexão sobre as possibilidades de impacto. Aliás, o autor reforça questões como a importância de que a lista seja ampla, tendo em vista que impactos sociais abrangem uma ampla variedade de questões⁵⁸:

- (A) Indicadores de Impactos na Saúde e Bem-Estar Social;
- (B) Indicadores de Impactos na Qualidade do Ambiente Vivido;
- (C) Indicadores de Impactos Econômicos e de Bem Estar Material;
- (D) Indicadores de Impacto Cultural;
- (E) Indicadores de Impacto na Família e na Comunidade;
- (F) Indicadores de Impacto no Ambiente Institucional, na Legislação, na Política e na Equidade;
- (G) Indicadores de Impacto nas Relações de Gênero⁵⁹.

A partir dessas considerações e tomando-as como norteadoras, segue-se a reflexão sobre a dimensão social no universo da agroindústria familiar rural.

⁵⁷ Na obra, o autor analisa, para cada grupo, um conjunto de indicadores que podem influenciar nas mudanças sociais.

⁵⁸ Vanclay coloca que os impactos sociais (isto é, todos os impactos nos seres humanos) são sentidos ao nível de um indivíduo, outros ao nível da unidade familiar ou doméstica, outros pelas organizações sociais, instituições, ou comunidade, etc. Alguns, ainda, são físicos, outros são perceptivos ou emocionais. Alguns impactos podem até estar para além da população, como no meio físico, mas ainda assim são impactos sociais.

⁵⁹ Nos anexos estão descritos cada conjunto de indicadores referente a cada variável.

3. A dimensão social e a agroindústria familiar rural

Nesta última seção deste capítulo tem-se em vista abordar algumas questões que aproximam o tema da agroindústria familiar rural de sua dimensão social.

No intuito de sondar alguns indicadores que podem ser utilizados para avaliar o impacto social nas AFRs, destaca-se de imediato a necessidade de pensar numa relação escalar: os efeitos da consolidação de uma AFR tem consequências diretas, indiretas e difusas no espaço-tempo, ou seja, reflete diretamente na dinâmica do espaço social em que está inserida (social, econômico, político e ambiental). Ao sistematizar experiências de adoção de tecnologias agropecuárias, Yeganiantz & Macedo (2002, p. 11) também ressaltam que o impacto social, econômico e ambiental envolve não só os que adotam a tecnologia, mas também todas as instituições e ambientes onde os resultados da pesquisa estão presentes. Além disso, acresce-se a capacidade dos impactos sociais positivos gerarem estímulos para a expansão da adoção das tecnologias em outros sistemas produtivos.

Na arena de discussão sobre a agroindústria familiar rural, a dimensão social pode ser considerada como um dos eixos centrais. Na análise de pesquisas, programas e/ou projetos realizados neste universo de estudo, percebe-se a ampla ênfase dada a questões como a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social, promovidos em função da “inserção” de uma AFR numa dada realidade. Como já alertou Vanclay (2002), seria suficiente considerar qualidade de vida e bem-estar social como impactos sociais que podem ser atribuídos a AFR? Quais poderiam ser as demais variáveis e indicadores que forneceriam uma avaliação de impacto social de forma mais ampla?

Ao avaliar o nível de “qualidade de vida”, Torres *et al* (2003) acrescentam que uma das questões refere-se ao “como fazê-lo”(?), seja quanto às informações a serem selecionadas ou quanto aos critérios a serem utilizados. Mensurar a qualidade de vida implica, necessariamente, considerar diferentes aspectos para além das condições econômicas, como informações sobre saúde, conhecimentos e habilidades, relações sociais, condições de trabalho, qualidade dos serviços médicos, educação, dentre outros. Apesar de constituir um processo em construção, muitas destas variáveis já são consideradas, pelo menos indiretamente, quando se analisa de forma detalhada os discursos em torno da AFR.

Dentre as iniciativas pioneiras no estudo da AFR, algumas delas já apontavam para os potenciais na geração, direta e indireta, de novos postos de trabalho e de renda aos agricultores familiares, promovendo a sua (re)inclusão social e econômica (PREZOTTO, 1997), os quais configurariam uma das atividades com capacidade de reversão das

conseqüências⁶⁰ do processo de modernização da agricultura. A partir de meados da década de 1990, a AFR passa a ser considerada como uma das atividades capazes de promover o desenvolvimento rural sustentável, através do “(re)início da construção da cidadania, bem como da oportunidade de resgate de valores e saberes” (PREZOTTO, 2002a, p. 138).

No estudo realizado por Wesz Junior (2006)⁶¹, observa-se uma série de impactos gerados a partir da consolidação de agroindústrias familiares. O autor analisa o uso da mão-de-obra familiar, o caráter artesanal da produção, a diversificação na linha de produção⁶², a agregação de valor e as relações de proximidade e de confiança entre produtor e consumidor, as quais conferem competitividade e legitimação dos produtos junto à sociedade:

Mas, além de trazer renda e qualidade de vida para os dependentes deste processo, a agroindustrialização rural começa a ser reconhecida como uma atividade que segura o agricultor no seu espaço de origem, além de fomentar toda a economia local, pela relação de proximidade que existe tanto na contratação de mão-de-obra como no fornecimento da matéria prima pelos vizinhos, bem como, na comercialização dos produtos, que se realiza numa escala estreitamente regionalizada (WESZ Jr., 2006, p. 25).

A relação de proximidade pode ser demarcada pela significativa interação na circulação de matérias-primas e produtos (como a própria mão-de-obra) entre as UPAs na escala local (comunidade) ou regional. Neste sentido, Vieira (1998) também reforça o papel “social” da agroindústria familiar e a importância de fomentá-la como uma estratégia para a geração de empregos:

Pela sua importância social, como fonte geradora de empregos em um ambiente cada vez menos intensivo em mão-de-obra e como fator de interiorização, interessa, porém, criar condições para a constituição e o desenvolvimento da agroindústria familiar de pequena escala, seja ela urbana ou rural (VIEIRA, 1998, p. 13).

Ao analisar sob o lócus da verticalização ou de agregação de valor, Wilkinson (2000) destaca alguns elementos que contribuíram para o desenvolvimento e a considerável expansão da atividade no espaço rural, tais como a miniaturização tecnológica, a segmentação de mercados e a persistência de mercados de proximidade⁶³. As conseqüências desta expansão

⁶⁰ Leia-se, impactos negativos sociais e ambientais.

⁶¹ O estudo tomou por objeto as agroindústrias familiares que trabalhavam com derivados de cana-de-açúcar (melado, cachaça, licores, mandolate, açúcar mascavo) nas microrregiões de Santa Rosa, Santo Ângelo e Cerro Largo no Estado do Rio Grande do Sul. Como objetivo, buscou caracterizar as propriedades que tinham agroindústrias familiares e visualizar se a pluriatividade (como o processamento) acabava por fortalecer ou por desestimular a perda de vínculos e semelhanças com a agricultura familiar monoativa.

⁶² “Geralmente quem produz cachaça também faz licor, quem faz melado ainda produz açúcar e rapadura e quem se ocupa com esse último aproveita para fazer mandolate. Desta forma, essas estreitas ligações entre os produtos acabam por dinamizar grande parte das propriedades (...)” (WESZ Jr., 2006, p. 44).

⁶³ Um dos possíveis motivos para a persistência de mercados de proximidade coloca em evidência a busca por relações de confiança entre produtor-consumidor, que tomam por base a inexistência de riscos alimentares

podem ser visualizadas na elaboração de políticas específicas (WILKINSON, 2000a) para as AFRs, dentre elas o Pronaf Custeio/Investimento – linha especial Agroindústria Familiar.

Além destes, há outros trabalhos que vem atentando para algumas especificidades da AFR, tais como: as relações de confiança produtor-consumidor como garantias da “qualidade artesanal” (ZIMMERMANN, 2006); a importância do reconhecimento do saber-fazer, por parte do consumidor, para uma otimização na agregação de valor aos produtos artesanais (GÓMEZ, BOUCHER e REQUIER-DESJARDINS, 2006); a concentração geográfica de algumas atividades em função de determinada identidade territorial, que acaba por contribuir para um processo de especialização produtiva do espaço, através da geração de um ambiente de qualificação da mão-de-obra, relações de confiança, difusão do conhecimento técnico (REQUIER-DESJARDINS, 1999; SILVEIRA *et al*, 2008). Além dessas, outras especificidades se agregam as anteriores, sejam elas: as relações de gênero (BONI, 2006; MALUF, 1999); os efeitos da descentralização agro-industrial como fator dinamizador da economia local (MALUF, 1999), aproveitando a base familiar e a tradição no processamento de alimentos e/ou bebidas; as limitações colocadas pelo ambiente institucional para legalização (GUIMARÃES, 2001); o controle de qualidade e as exigências legais como um espaço para a construção de ações sob uma abordagem sócio-ambiental (SILVEIRA e HEINZ, 2005; SILVEIRA e GUIMARÃES, 2007).

Ao acompanhar o processo de constituição de AFRs, Duarte e Grigolo (2006) elaboram uma coletânea que apresenta as reflexões dos agricultores familiares sobre suas práticas baseadas na vivência familiar, associativa, agroindustrial e comunitária. Os autores atentam para a importância de entender qual a concepção e o papel da agroindústria para a agricultura familiar “enquanto parte da diversidade e da policultura” das UPAs e da vida familiar, em contraponto com a “noção de agroindústria-empresa”, que transforma o agricultor em empresário, subordinando-o aos ditames do mercado (DUARTE e GRIGOLO, 2006, p. 05).

Esta discussão é deveras pertinente já que significativo conjunto de AFRs, após a legalização, acaba por ser “engolido” pela lógica mercantil, sendo um dos exemplos deste processo a auto-exploração exarcebada da força de trabalho familiar. Afinal, a reflexão posta pelo Duarte e Grigolo parece tocar numa questão fundamental: “É viável para a agricultura familiar um tipo de agroindústria que exija dedicação exclusiva?” Nesta questão, estão postas

(SILVEIRA, 2006), percepção que dota os consumidores dos produtos com atributos “coloniais” de uma imunidade subjetiva (GUIVANT, 1999).

algumas faces dos limites da AFRs e, possivelmente dos seus impactos negativos principalmente nas escalas da vida familiar e na unidade de produção⁶⁴.

Por fim, para o Programa de Agroindustrialização da Produção da Agricultura Familiar 2007-2010, a agroindústria familiar “pode favorecer um modelo de desenvolvimento rural sustentável”, especialmente nos municípios pequenos, apontando, como consequência imediata, o “surgimento e/ou fortalecimento do comércio local, estimulado pelo aumento no consumo” de bens não-duráveis e duráveis (como aqueles usados na produção e processamento da AFR) (MDA, 2008, p. 10).

Dentre os atributos considerados pelo relatório “Pronaf Agroindústria 2003-2006” para a avaliação do desempenho dos programas, estão: o número de famílias beneficiadas, as agroindústrias criadas, os empregos gerados no setor primário e no agroindustrial, o acréscimo de renda, o crédito rural aplicado e os treinamentos realizados (técnicos e produtores), os manuais técnicos, os perfis agroindustriais, os seminários e as feiras. Estes são indicadores que podem traçar um panorama genérico do alcance do programa, mas que se tornam insuficientes para captar as mudanças sociais decorrentes das ações desenvolvidas e das atividades que, de fato, foram implementadas.

Por fim, nesta seção, pode-se discutir sobre a avaliação de impacto e, especialmente, a ênfase na sua dimensão social. Esta questão se coloca como um tema relativamente novo no ambiente acadêmico sendo, portanto, de fundamental importância a discussão e ponderação acerca dos limites e potencialidades. Além disso, cabe considerar a necessidade e o desafio de buscar, nos limites da ciência, uma aproximação entre as dimensões (social, ambiental e econômica) da avaliação de impacto.

Tratando-se da agroindústria familiar, a apresentação de uma breve relação de estudos que apontam alguns impactos auxilia na fundamentação e levantamento de hipóteses acerca de quais variáveis são relevantes e quais indicadores são mais significativos, a fim de mapear os impactos sociais, negativos e positivos, da AFR, nas escalas da UPA e do entorno comunitário. A partir de agora, parte-se para uma discussão pontual, em cada escala, de cada variável e indicador, a fim de tecer considerações que poderão auxiliar na construção de uma proposta de avaliação de impacto social.

⁶⁴ Os trabalhos de Silveira e Heinz (2005) e Silveira e Guimarães (2007) analisam com propriedade as consequências que a aplicação da legislação traz para as AFRs. Aliás, Silveira e Guimarães (2007) dedicam-se, também, a apontar os limites das políticas públicas quando não atentam para a delimitação do público alvo, em especial neste tipo de atividade onde a diversidade é tão ampla.

CAPÍTULO IV – Agroindústria familiar rural e os possíveis impactos sociais

Neste capítulo tem-se por objetivo construir a proposta de avaliação de impacto social. Para tanto, serão listadas as variáveis e os indicadores das mesmas, tomando por base tanto as questões levantadas em relação à dimensão social da avaliação de impacto quanto algumas hipóteses relacionadas com o universo da agricultura familiar e/ou da agroindústria.

1. Os impactos na escala de análise da unidade de produção agropecuária

A AFR pode ser considerada como fruto de um processo de desenvolvimento no espaço rural (e agrícola) que une dialeticamente a razão local e a razão global. Para a Lei Nº 8171/91, que dispõe sobre a política agrícola, o processo de desenvolvimento agrícola deve proporcionar ao homem do campo o acesso a serviços essenciais como saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e outros benefícios sociais (MAPA, 1991, p. 10). Como ponto de partida, considera-se este leque de “serviços essenciais”, delimitados pela política agrícola.

Ao analisar alguns dos principais estudos até então desenvolvidos no universo das Agroindústrias Familiares Rurais, suas discussões e percepções, pode-se inferir, de imediato, duas questões complementares: a primeira delas em relação à “mudança” como um processo marcado por (des)continuidades - transformações e permanências; a segunda refere-se à “qualidade de vida” associada a geração de trabalho e renda.

No entanto, a “simples” percepção da mudança⁶⁵ não pode ser utilizada como uma variável capaz de expressar a essência do processo. Afinal, mudanças ocorrem, sob o jogo e interação entre fatores externos e (re-ações) internos. Para tanto, faz-se necessário lançar mão de ferramentas que possam mostrar algumas faces que envolvem as mudanças nas escalas de análises propostas referentes, diretamente, à agroindústria familiar.

Sob estas condições é que se faz relevante compreender a qualidade de vida. É unânime, nos trabalhos referentes às AFRs, que a atividade relacionada a estas tem capacidade de promover melhorias na qualidade de vida, expressas principalmente pela

⁶⁵ A mudança como processo, como alteração em relação às condições anteriores aponta para um fenômeno que é comum na interação natureza x sociedade, nas teorias de evolução, supõe-se que esta é o processo de alteração para formas mais evoluídas.

geração de emprego e renda⁶⁶. No entanto, serão estas variáveis suficientes para abarcar a noção de “qualidade de vida”?

Para tentar ir além, construiu-se um conjunto de variáveis que podem ser sensíveis à mudança na qualidade de vida dos sujeitos rurais envolvidos com as AFRs. A este primeiro conjunto de dados, chamar-se-á de “proposta de avaliação de impacto social para agroindústria familiar rural”: emprego, renda, saúde, educação, energia, transporte, comunicação, habitação, lazer, diferenciação social, autonomia, acesso a recursos, tempo, gênero, consumo, grupo familiar e segurança alimentar. Cabe lembrar que a consideração das mudanças em cada variável precisa tomar por base a sua interação com as demais.

Ao partir para a análise das mudanças observadas e sentidas no nível escalar da unidade de produção familiar, não há como negar que as primeiras variáveis a serem consideradas referem-se à capacidade da AFR de promover a geração de trabalho e renda. Estas duas variáveis devem ser analisadas de forma combinada, uma vez que o êxodo de jovens rurais e/ou do grupo familiar, por exemplo, parece se explicar não somente pela falta de oportunidades de trabalho, mas também pela possibilidade de uma renda fixa e de acesso a bens e serviços que a saída do campo possa criar. Para averiguar estas questões, basta questionar os agricultores sobre os motivos que os levam a manter-se integrados aos complexos agroindustriais como suínos, leite ou aves.

No entanto, sob o reverso da questão, cabe pensar que o fato da agroindústria gerar trabalho e renda pode resultar numa maior pressão sobre o grupo familiar ou gerar outros tipos de comportamentos como a diferenciação social entre famílias na comunidade. Como indicadores a serem considerados na capacidade de gerar trabalho, pode-se fazer um comparativo entre a força de trabalho empregada antes da criação da AFR e a posterior, força de trabalho *versus* demanda por serviço, custo do trabalho *versus* preço pago, oferta de emprego *versus* força de trabalho disponível.

Na variável “renda” pode-se estimar a variação na renda familiar mensal, a aquisição de equipamento e a mudança nas condições de endividamento.

A saúde, em especial do grupo familiar⁶⁷, é uma das variáveis que pode ser explorada na escala de análise da UPA. Para tanto, faz-se necessário atentar para mudanças referentes ao comportamento dos indivíduos quanto a sua saúde física (dores musculares, excesso de

⁶⁶ Duas problemáticas são pertinentes neste sentido: a geração de trabalho e renda podem causar impactos negativos, comprometendo ou piorando a qualidade de vida do grupo familiar; é fundamental pensa-las a partir da interação delas com outras que também tem importância fundamental neste cenário.

⁶⁷ Atenta-se em especial ao grupo familiar, pois usou-se como recorte aquelas AFR que ainda utilizam, basicamente, a força de trabalho familiar. Para suprir as eventuais demandas, a racionalidade deste estrato, utiliza-se das relações de vizinhança/compadrio ou ajuda mútua (Oliveira, 1999).

esforço físico, cansaço) e/ou saúde mental e de bem-estar subjetivo (perspectivas, ansiedade, felicidade, depressão, desânimo). Além destes, pode-se considerar questões referentes ao acesso a serviços de saúde, tais como postos de saúde, tratamentos especializados, sistemas de saneamento básico, etc.

Atentar para a variável saúde no seio do grupo familiar implica reconhecer as mudanças que a AFR promove na divisão do trabalho familiar e, necessariamente, como esta (re)organização pode afetar a vida destes sujeitos. Tomando por base algumas experiências empíricas, junto aos grupos familiares que se dedicam à atividade⁶⁸, pode-se observar que há consideráveis mudanças no comportamento e nas próprias percepções sobre a sua qualidade de vida. Para os sujeitos rurais⁶⁹, destacam-se considerações como, no caso de associação, se por um lado, os momentos de descontração e sociabilidade (contam histórias, piadas, brincadeiras), favorecidos pela atividade que instiga o trabalho coletivo e, por outro lado, o desânimo ou a fadiga pelas dificuldades de tomar decisões no coletivo, pela quantidade de reuniões, dentre outros (SULZBACHER, 2007). Já no caso daquelas atividades individuais (um grupo familiar), a divisão de trabalho interna pode sobrecarregar alguns membros da família, como acontece em muitos casos onde mulheres e jovens dedicam-se as atividades da UPA e ao processamento, enquanto que os homens responsabilizam-se pelos negócios, comercialização, financiamentos, dentre outros (BONI, 2006). Esta divisão tem significativa influência sobre as condições psicológicas de cada membro, em função da intensidade do trabalho e das concepções de trabalho produtivo e não-produtivo⁷⁰. Cabe pensar esta relação com as questões de gênero, analisadas logo adiante.

Outra variável a ser considerada no universo da política agrícola refere-se à educação. No entanto, aqui aparece um descompasso entre a concepção de educação formal (Estado) e a realidade rural. Se, para averiguar as mudanças quanto à educação promovidas pela AFR, tomando-se por base aqueles indicadores colocados pelo Estado como nível de instrução, repetências, etc, a AFR não teria nenhum tipo de impacto na educação do grupo familiar. No entanto, cabe extrapolar também esta perspectiva limitada de concepção da educação restrita aos bancos escolares. Em Sulzbacher e David (2008b), discutiu-se acerca da importância da AFR na promoção da construção de novos conhecimentos no espaço rural, seja ao analisar a UPA no “ante” ou “pós” porteira, percebendo-se que a AFR estimula a participação em cursos de qualificação, viagens para troca de experiências, participação em exposições e/ou feiras de

⁶⁸ Considera-se aqui os trabalhos que vem sendo desenvolvidos junto a AFRs desde 2006 (Sulzbacher, 2006a; 2007; 2008a; 2008b; 2008c)

⁶⁹ Considera-se os sujeitos rurais como homens e/ou mulheres e/ou jovens e/ou idosos.

⁷⁰ Ver em Boni (2006).

produtores, além das visitas recebidas na propriedade com a finalidade de conhecer a atividade⁷¹. Portanto, os reflexos na educação, entendida aqui, de modo mais amplo, como construção do conhecimento, ocorrem principalmente a partir da ampliação das interações com a sociedade, promovendo espaços de construção (constante) do conhecimento. Para tanto, podem ser considerados como indicadores a participação em feiras, exposições locais e regionais, cursos de qualificação e as próprias visitas recebidas na UPA voltadas para a AFR.

A quarta variável⁷² é energia, que pode ser mensurada a partir das fontes de energias utilizadas na UPA, sua qualidade e demandas geradas a partir da instalação da AFR. Nesta variável, podem ser questionadas outras relações indiretas, decorrentes da capacidade de articulação com entidades públicas, como, por exemplo, o auxílio da Prefeitura Municipal na instalação de novos transformadores ou reformas na rede de energia⁷³.

O transporte é outra variável a ser analisada. Apesar de não dispor-se de dados concisos, a vivência empírica fornece subsídios para diagnosticar a precariedade das redes vicinais que conectam o espaço rural e este à cidade. É raro encontrar um município gaúcho que não apresente problemas quanto à manutenção destas rodovias e, em muitos casos, estas são praticamente intransitáveis com veículo automotivo. De modo geral, a fluidez da comercialização na AFR é influenciada, de forma direta, pelas condições das vias de acesso, distância em relação aos centros consumidores e, principalmente, pelo tipo de transportes utilizado (que interfere também na qualidade com que o produto chega ao consumidor). Além disso, outra questão é quanto à demanda por um veículo próprio e adequado para o escoamento da produção na AFR. Portanto, este pode ser considerado como um indicador capaz de apontar, inclusive, as perspectivas (otimistas) futuras, visando expansão da produção-comercialização. Além disso, a existência de parcerias pode ser outro fato recorrente nestas situações.

As redes de transporte também têm relação direta com o acesso a determinados recursos e com qualidade da comunicação da UPA com a comunidade, o município e, como já frisado, com o mercado consumidor. Além disso, dispor de meios que facilitam a comunicação favorece a construção de novos conhecimentos, o acesso à informação e a agilidade na resolução de eventuais problemas, tais como a falta de algum produto (como embalagens) ou, principalmente, a interação com os clientes e fornecedores (sejam estes na

⁷¹ Neste leque de visitas, incluem-se principalmente aquelas voltadas para a troca de experiências (outros agricultores vêm visitar) e aquelas onde os consumidores vão conhecer a unidade de processamento e comprar produtos.

⁷² A terceira variável seria segurança pública, que para a escala de análise em questão não se apresenta relevante.

⁷³ O papel da Prefeitura Municipal, neste caso, funciona através da interlocução ou mesmo pressão política junto as empresas que prestam este tipo de serviço.

pessoa física ou jurídica). A comunicação é uma das variáveis que consegue conectar diferentes elos, como a educação, o transporte, a qualidade, o mercado e, assim sendo, interferem diretamente sobre todo este conjunto. Logo, os indicadores “meios de comunicação” e “frequência e uso” podem apontar para as alterações, especialmente quanto à aquisição de novos equipamentos e ao uso de estratégias de marketing para promoção da agroindústria/produtos e da unidade de produção (uso de atributos como colonial, rural, familiar, etc).

A habitação, na maioria das caracterizações que tratam do espaço rural, é considerada como um indicador de qualidade de vida, considerando-se, geralmente, a estrutura física da residência (alvenaria/madeira). Aqui, cabe enfatizar que, em muitas propriedades que fazem um planejamento da AFR e pretendem, além do processamento, explorar também o turismo rural, as habitações tem sido restauradas ou reconstruídas seguindo os padrões arquitetônicos próprios da época em que foram fundadas (as UPAs). Ocorre também, em muitos casos, que a habitação não é colocada como prioridade no conjunto de demandas por investimentos da unidade de produção. A questão fundamental nesta variável é captar se a mudança na infraestrutura (que vai implicar diretamente na vida do grupo familiar) também foi possível a partir da renda gerada pela AFR.

Por fim, o lazer passa a ser considerado a partir da participação ou dedicação do grupo familiar em atividades sociais, em especial aquelas extra-propriedades como festas, visitas a amigos e familiares, viagens de turismo. Pode-se averiguar sobre os indicadores frequência e intensidade⁷⁴ com as quais ele tem se dedicado a estas atividades. Tomando-os como eixos centrais na consideração da variável “lazer”, pode-se apontar, de imediato, como o grupo familiar passa a estabelecer suas relações com o entorno social. Pode-se verificar também se, de fato, estas são ampliadas e trazem inclusive reflexos positivos para a comunidade ou então, noutro extremo, podem incitar a sentimentos de antipatia, decorrentes da diferenciação social.

Cabe destacar que, além destas variáveis consideradas pela política agrícola como condições essenciais no espaço rural, existem ainda outras que precisam ser consideradas e que podem apontar para impactos sociais diretos no grupo familiar e na UPA. Trata-se de refletir sobre as relações de poder em torno da consolidação da AFR em determinada propriedade rural.

⁷⁴ Questionar acerca da frequência e intensidade traz outro contexto para a análise, uma vez que, por exemplo, pode aumentar a frequência de visita aos vizinhos. No entanto, estas visitas podem se resumir a assuntos comerciais (como compra-venda de matéria prima) e, não, portanto, como atividade de lazer.

Dentre estas variáveis, a diferenciação social, como reflexo direto da consolidação e expansão da AFR, promove inevitavelmente sentimentos de diferença entre os que antes eram “comuns” (os indivíduos, as famílias, etc). Esta diferença pode incitar ou ao afastamento/recolhimento (que não é exclusão, porque continuam participando, mas de forma mais restrita, possivelmente pela falta de tempo em função da sobrecarga de atividades) ou, noutra possibilidade, a supremacia/liderança⁷⁵. Alguns indicadores podem ser demarcados na frequência e intensidade de participação nas entidades locais (comunidade) e municipais e/ou regionais, além das festas, celebrações, outras atividades relacionadas com representação política, etc.

Além disso, outra variável a ser considerada são as relações de dependência da UPA frente às necessidades de financiamentos, empréstimos financeiros e/ou de equipamentos para com terceiros. Cabe considerar que existe uma linha tênue entre relações de “ajuda mútua” e a dependência dos equipamentos alheios (dependência esta explorada em valores monetários). Portanto, a questão que se coloca é se a AFR tem promovido a autonomia da UPA em relação às demandas financeiras e de equipamentos/maquinários que eventualmente são exigidos nas demais atividades agropecuárias.

Continuando neste leque, o acesso a recursos (públicos ou privados) para prestação de assistência técnica, para participação de feiras/exposições e, até mesmo, para o encaminhamento de financiamentos é outra variável de fundamental importância. Além de demonstrar a capacidade de articulação dos sujeitos rurais com as demais entidades municipais e/ou regionais, também denota a confiança depositada na AFR e, portanto, o reconhecimento da capacidade da UPA em cumprir seus honorários.

Tratando-se da correlação com questões de gênero⁷⁶, cabe chamar a atenção para esta variável. Boni (2006) explora o uso da força de trabalho de mulheres, jovens e crianças no universo da AFR e traz algumas considerações que merecem ser reproduzidas:

(...) em relação às mulheres, o trabalho que antes era feito na lavoura, passa a ser realizado próximo à casa ou dentro dela, o que lhes permite compatibilizar melhor tais atividades com o trabalho doméstico. Tal possibilidade, porém, tem um lado negativo. A proximidade entre os dois tipos de trabalho acaba por confundi-los, fazendo com que as tarefas ligadas à agroindústria sejam consideradas quase como uma extensão do trabalho doméstico, e, portanto, trabalho não produtivo (BONI, 2006, p. 03).

⁷⁵ A AFR estimula a geração de novas redes, novos vínculos comerciais e a possibilidade de trabalhar como “atravessador, sem falar na representação política a fim de galgar melhorias para a comunidade e que possam beneficiar a expansão da AFR.

⁷⁶ Tomando por base a obra de Boni (2006, p. 04) consideramos gênero as diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres.

Além de ser considerado frequentemente como trabalho não produtivo, muitos dos tipos de processamento (saber-fazer) que as AFRs passam a desenvolver são oriundos das práticas na cozinha doméstica (queijos, geléias, doces, etc), sendo que, quando começam a ser comercializadas, a administração dos recursos e fluxos de venda geralmente passam para “as mãos dos homens” (BONI, 2006). O que, de fato, pode acabar reforçando relações de poder/subordinação na UPA ou, então, estimular a participação dos jovens e idosos no processo de produção, mesmo que seja em atividades de jardinagem ou de recepção de fornecedores e clientes.

O grupo familiar também merece ser considerado em seu conjunto. Afinal, as primeiras mudanças ocorrem na família e, a partir dela, para as outras esferas da unidade de produção. Portanto, como indicador, sugere-se atentar para as mudanças na relação familiar, na participação de parentes no processo de produção-processamento-comercialização e no resgate de saber-fazer familiar. Empiricamente, a tendência aponta para a união do grupo familiar na medida em que a atividade se mostra promissora, a qual acaba por agregar principalmente os parentes mais próximos (em alguns casos, os parentes passam a ser representantes comerciais). Outra questão refere-se ao resgate do saber-fazer familiar na busca de formas de re-elaboração e adequação das receitas às tecnologias disponíveis na agroindústria, além da criação de novos produtos, tomando-se por base os conhecimentos tradicionais da família sobre alimentos⁷⁷. Quando isso ocorre, observa-se uma revalorização do saber dos idosos e, com o resgate do saber, também um resgate de memórias e auto-estima.

Por fim, a variável segurança alimentar. Como indicadores, pode ser considerada a situação nutricional da família (que é dada pela qualidade e diversidade de alimentos disponíveis, além dos hábitos alimentares), a variedade de alimentos que são produzidos e o acesso aos mesmos. Quando os alimentos não são produzidos ou então não estão disponíveis (pela característica zonal), cabe indagar sobre as condições de acesso. Outra questão são as oportunidades para novos aprendizados quanto à elaboração e preparo dos alimentos, espaço geralmente dedicado às mulheres, mas cuja participação está relacionada ao tempo disponível e motivação. Aliás, não basta saber-fazer se não há tempo disponível para preparo ou mesmo auto-estima para se dedicar ao mesmo.

Por fim, se a tentativa de inserir este conjunto de variáveis naquelas categorias propostas por Vanclay (2002) for válida, poder-se-ia explorar a combinação apresentada no Quadro 02.

⁷⁷ Isso ocorre particularmente sobre as propriedades degustativas/palatáveis e de conservação.

Categorias propostas por Vanclay	Variáveis propostas pela pesquisa	
(A) Indicadores de Impactos na Saúde e Bem-Estar Social;	- Saúde - Educação	- Segurança alimentar - Diferenciação social
(B) Indicadores de Impactos na Qualidade do Ambiente Vivido;	- Energia - Transporte	- Habitação - Comunicação
(C) Indicadores de Impactos Econômicos e de Bem Estar Material;	- Renda - Emprego - Autonomia	- Habitação - Acesso a recursos
(D) Indicadores de Impacto Cultural;	- Segurança alimentar - Diferenciação social	- Grupo familiar
(E) Indicadores de Impacto na Família e na Comunidade;	- Lazer - Gênero - Diferenciação social	- Renda - Participação Jovem - Participação Idosa
(F) Indicadores de Impacto no Ambiente Institucional (...);	- Autonomia - Acesso a recursos	- Transporte - Energia
(G) Indicadores de Impacto nas Relações de Gênero.	- Gênero - Grupo familiar	- Segurança alimentar

Quadro 02 – Relação entre categorias propostas por Vanclay e variáveis propostas pela pesquisa.

Além disso, a Figura 03 tenta expressar a interação e inter-relação entre as variáveis. Em seguida o Quadro 03 apresenta um resumo-síntese das variáveis e indicadores que serão considerados para o trabalho de campo.

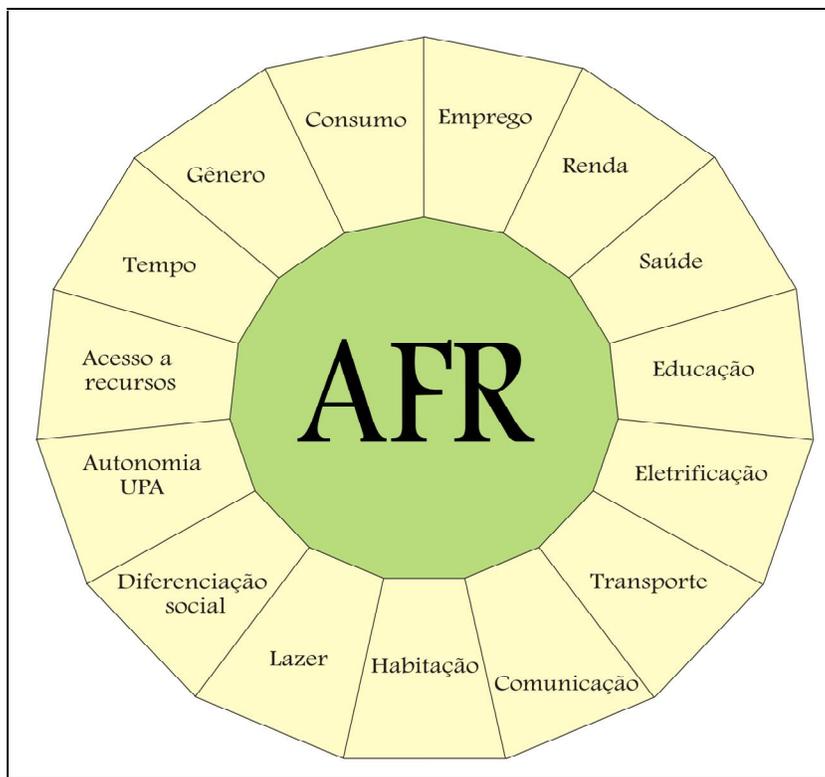


Figura 03 – Representação gráfica das escalas de análise espaciais com ênfase nas variáveis a serem consideradas na avaliação de impacto social na UPA.

Variáveis	INDICADORES?	Efeito/Consequência	
		Positivos	Negativos
Emprego	- emprego formal e informal - horas de trabalho dos empregados - horas de trabalho dos membros da família - frequência de troca de serviço	Aumento de horas de trabalho, contratação de funcionários Parcerias com vizinhos para suprir demanda	Êxodo rural
Renda	- renda familiar - aquisição de equipamentos - dívidas	Aumento na Renda Líquida	Diminuição Renda Líquida Perda de bens Endividamento
Saúde	- frequência de doenças, viroses, etc - insônia	Menor utilização de insumos químicos; Cursos de Qualificação podem melhorar alimentação/dieta da família – saúde alimentar	Aumento na incidência de doenças ou nos efeitos subjetivos (cansaço, insônia, etc)
Educação	- frequência de participação em cursos de formação - ministrou cursos de formação? - liderança política e/ou de articulação social (sindicatos) - visitas recebidas na propriedade	Ampliação dos laços de relações sociais	Fobia social Saber egoísta e autoritário (visitas) Sentimento de “invasão da privacidade, tranquilidade”
Energia	- fontes de energia utilizadas - energia alternativa	Invenção ou utilização de fontes alternativas. Reutilização dos resíduos	Aumento na dependência por energia elétrica e fóssil
Transporte	- vias de acesso - meios de locomoção da UPA	Melhorias Aquisição ou reforma dos veículos de locomoção Parcerias para transporte de produtos (matéria-prima, produto final, etc)	Mais custos
Comunicação	- meios de comunicação	Aquisição de novos equipamentos Estratégias de marketing Informação (canal rural e previsão de tempo)	
Habitação	- moradia do grupo familiar - equipamentos domésticos	reformas ou aquisição	
Lazer	- atividades de lazer	Manutenção ou ampliação da rede de atividades de lazer	Ausência de atividades de lazer ou drástica redução

Diferenciação social	- participação nos espaços públicos	Mudanças qualitativas na UPA que podem promover incentivo para articulação com outras UPAs (produção de matéria prima, outras AFRs)	Mudanças qualitativas na propriedade que podem incentivar a um afastamento intencional da UPA para com a comunidade
Autonomia	- recursos financeiros disponíveis para UPA - recursos financeiros disponíveis para AFR	Geração de renda que garanta capital de giro para tocar todas atividades	Falta Dependência demasiada de recursos externos, como os financiamentos
Gênero	- divisão de trabalho na UPA - divisão de trabalho na AFR - sobrecarga de tarefas	Divisão equitativa de tarefas Inversão de tarefas	Sobrecarga de trabalho para alguns membros da família Inversão de tarefas
Acesso a recursos	- facilidades ou dificuldades para acessar recursos públicos e/ou privados - acesso a informações		
Grupo familiar	- união ou desunião da família? - dificuldades de relacionamento? - divisão do trabalho	Atividades agregam grupo familiar	Desunião, acirramento das relações críticas pelo confronto de idéias na organização da produção
Participação dos jovens	- número de jovens envolvidos no processo de produção	Capacidade de resiliência	
Participação dos idosos	- idosos na propriedade (o que fazem ou como participam da AFR?)	Idosos incluídos na organização da propriedade (recepção aos visitantes, jardinagem)	Nenhuma alteração
Segurança Alimentar	- consumo de bens duráveis e não-duráveis - variabilidade dos alimentos e acesso	Aquisição de bens para desfrute da família, produção de outros alimentos	Falta de tempo para produzir outros alimentos Aumento da dependência da aquisição de alimentos
Percepção das mudanças pelo grupo familiar	- O que você considera que mudou na sua vida? O que você considera que mudou na propriedade?		

Quadro 03 – Proposta das variáveis e indicadores dos possíveis impactos sociais na escala da unidade de produção familiar

2. Os impactos na escala de análise do entorno comunitário

O entorno comunitário comporta diferentes escalas espaciais: poder-se-ia considerar apenas a comunidade a qual pertence a UPA ou, ainda mais restrito, os vizinhos no entorno da UPA. O entorno comunitário poderia englobar outras comunidades, inclusive de municípios vizinhos, pois não seria estranho encontrar AFRs com alguma relação de produção⁷⁸ com comunidades que extrapolam o limite municipal.

No entanto, o entorno comunitário delimitado para esta pesquisa será aquele que está de alguma forma, envolvido com a unidade de produção dentro dos limites da extensão territorial municipal. Para seleção dos informantes considerar-se-á os fluxos de compra de matéria-prima e/ou contratação de mão-de-obra, além dos agentes de desenvolvimentos⁷⁹. A seleção destes se justifica pela importância que ambos exercem na consolidação da AFR, nos efeitos diretos na economia local e na reconversão produtiva (SULZBACHER, 2007), inclusive de outras UPAs.

Além disso, o alerta a outras questões faz-se importante: a consideração da *social networks* e a criação de *social division*, tensões ou hostilidades (VANCLAY, 2002), na comunidade a partir das mudanças sociais decorrentes de algum projeto de intervenção. Roche (2002) reforça, alertando para “o perigo dos processos de avaliação de impacto exarcebarem os atuais conflitos de interesse dentro das comunidades” ou ainda, para o fato de que “o processo de avaliação pode muito bem conduzir ao surgimento de pontos de vista conflitantes, que desencadeiam mais conflitos e gerem riscos para as populações locais...” (ROCHE, 2002, p. 54).

Tomando por base estas questões, segue-se para as possibilidades de impacto na variável segurança alimentar. Dentre as possibilidades, a segurança alimentar pode ser avaliada a partir de indicadores relacionados com a oferta e o acesso aos alimentos, em especial aqueles ligados à identidade territorial local. Contribuições nesse sentido já foram colocadas por Maluf (1999, p. 02):

Uma característica importante das iniciativas voltadas para a viabilização da produção agroalimentar oriunda da agricultura familiar (...) é a de que elas possibilitam, simultaneamente, tanto enfrentar a necessidade de criar oportunidades de trabalho e de apropriação de renda, quanto ampliar e melhorar a oferta de alimentos em âmbito regional e nacional.

⁷⁸ Isso é mais comum na compra de matéria-prima, principalmente em municípios com pequena extensão territorial.

⁷⁹ Os informantes-chave serão selecionados levando-se em consideração tempo de residência na comunidade (pessoas idosas) e os atores sociais que conhecem a realidade (por exemplo, os agentes de extensão rural).

Para tanto, os indicadores que poderiam ser considerados na variável segurança alimentar seriam pontos de oferta e diversidade de produtos oferecidos. O primeiro abarca os postos de comercialização (feiras de produtores ou espaços comerciais); o acesso/ingresso nas redes de comercialização (mercados); facilidades no acesso aos produtos (uso de diferentes canais de comercialização). O segundo refere-se basicamente às alterações na diversidade de produtos que passam a ser produzidos e comercializados no município.

Estes indicadores também permitem compreender quais as estratégias que as agroindústrias vem utilizando para chegar ao consumidor e/ou efetivar a comercialização dos produtos. No caso dos postos de comercialização, geralmente trata-se de uma estratégia coletiva⁸⁰, enquanto que o ingresso nas redes de comercialização “convencionais” denota uma estratégia individual que aponta para a capacidade de atender aos padrões exigidos (especialmente o de manter escala de produção e um produto padrão, durante o ano todo).

Especialmente no caso de alterações na diversidade de produtos, estas podem indicar um movimento de *turn of quality* (SILVEIRA e GUIMARÃES, 2008), visando agregar qualidade diferenciada, num processo onde os atributos coloniais contribuem para o resgate da memória vivida, isto é, dos “sabores” do campo, que adentra ao movimento de valorização da identidade territorial (SAQUET, 2007). Outros indicadores indiretos⁸¹ podem ser considerados, como a opinião do consumidor acerca da qualidade dos produtos, o preço pago e o prazer ao consumi-lo (sabor/aroma/cheiro como revitalizante do imaginário e os prazeres em si ligados ao ato alimentar); o estímulo para a diversificação noutras UPAs, tendo as AFRs como exemplo propulsor, fato que contribui tanto para a oferta de alimentos quanto para o incentivo a realização de festas e/ou eventos ligados aos hábitos alimentares comunitários.

As tradicionais festas comunitárias, frequentes no espaço rural, contribuem também para a mobilização social dos agricultores. Além da festa, que é uma atividade de lazer coletiva, pode-se considerar a AFR em seu potencial de promover a articulação política e social da comunidade. Atividades coletivas como mutirões de limpeza das áreas públicas ou afazeres particulares (plantio ou colheita) incluem-se entre as atividades que, geralmente, são corriqueiras nas comunidades rurais e podem ser sensíveis em função da inserção de novas atividades econômicas.

⁸⁰ Algumas iniciativas tem criado postos de comercialização específicos para os produtos das agroindústrias.

⁸¹ Não é intenção deste trabalho explorar os indicadores indiretos, mas cabe mencioná-los, uma vez que eles podem aparecer durante as pesquisas a campo. Entendemos como indicadores indiretos aqueles aspectos subjetivos, de opinião, dos informantes.

Esta conjuntura organizacional pode ser diagnosticada a partir das possíveis mudanças nas formas de mobilização social ou então na diferenciação social da UPA em relação ao entorno comunitário. As formas de mobilização social podem ser indicadas pela conjuntura das relações sociais intra-comunitárias, tais como as alterações tanto no estabelecimento de parcerias e/ou associações, quanto no estímulo para a participação política, ou ainda no exercício de algum cargo de representação política e/ou liderança comunitária por parte dos sujeitos diretamente envolvidos com a AFR.

Além do universo social, cabe atentar para as possíveis alterações na infra-estrutura comunitária. Entende-se a infra-estrutura como toda a obra de domínio público, desde redes de transporte e comunicação até aquelas de espaço de lazer (como pavilhões de eventos). Indicadores de mudanças referentes ao acesso logístico, à rede telefônica, ao fornecimento de água e à rede de energia elétrica são alguns exemplos de serviços que podem receber atenção especial, geralmente sob articulação política dos atores sociais diretamente interessados. Estes serviços, mesmo sendo públicos, por vezes não são de acesso universal a todas as famílias e/ou propriedades rurais. Neste sentido, a AFR pode assumir influência indireta, principalmente na organização social e na mobilização no sentido de exercer pressão política.

No entanto, como nos lembra Vanclay (2002), os impactos sociais na comunidade podem induzir ou a diferenciação social e a injustiças, indicadas pela criação de percepções ou diferenças entre os vários grupos na comunidade ou a diferenciação nos níveis de acesso a certos recursos, como por exemplo, às melhorias nas infra-estruturas. O autor também destaca outros impactos sociais que se tornam pertinentes para o objeto e a escala de análise em questão, como: a existência de tensão social e violência, indicados pelos conflitos ou divisões dentro da comunidade; as rupturas na rede de relações sociais que geram impactos na interação social e entre os membros familiares com outras pessoas da comunidade; e a identidade comunitária e suas relações, demarcadas pelo sentimento de pertencimento (ligação/identidade com o lugar). Desta forma, a organização social dos agricultores pode pender para uma articulação que promove a integração da comunidade em prol dos interesses coletivos, mesmo que mediados pelas necessidades individuais.

Porém, ela pode pender também para a diferenciação social, quando a AFR acaba por incitar, seja por falência ou por prosperidade, o isolamento do grupo familiar voltado para estratégias próprias, desconectadas das redes sociais de produção. Por isso, a variável diferenciação social torna-se pertinente, mesmo admitindo, desde já, a dificuldade de ser diagnosticada. Os possíveis indicadores podem ser: participação nas atividades comunitárias (alterações na frequência da participação em festividades, encontros, celebrações, etc); redes

sociais extra-comunitárias, via novos contatos para compra/venda de produtos; bens de consumo e comercialização, especialmente no caso onde a agroindústria passa a oferecer produtos para o consumo das famílias na comunidade ou então nos eventos organizados pela mesma - além das possibilidades de troca-troca de produtos-; diferenciação entre comunidades via especialização produtiva (pode haver também um processo de especialização espacial, onde uma comunidade passa a se dedicar à produção de matéria-prima ou a dispor de algumas agroindústrias que atuam em diferentes ramos).

A participação e/ou articulação política também é um indicador pertinente em ambas variáveis (seja de mobilização ou de diferenciação social) para avaliar os impactos sociais da AFR para o entorno comunitário, em especial, nas relações sociais. Ela pode ser indicada a partir da participação em conselhos/diretorias ou em outras atividades que exijam liderança política e tenham, para tanto, algum membro do grupo familiar da AFR envolvido. Dessa forma, cabe refletir sobre algumas questões: como presença das agroindústrias ou de projetos de agroindustrialização contribui para a alteração da participação da comunidade nos processos de decisão (participação em conselhos municipais, programas, obras, etc)?

Outra variável que merece atenção refere-se à interação socioespacial⁸². As mudanças na intensidade de fluxos de pessoas/mercadorias para a AFR podem influenciar a rotina da comunidade sob duas perspectivas: de forma positiva, quando o fluxo de pessoas estimula um processo embrionário de “turismo rural”, em que tanto os hábitos e costumes, como a paisagem passam a agregar valores simbólicos para o local, gerando outras possibilidades de renda⁸³ ou de ampliação das relações sociais⁸⁴. Entretanto, os fluxos também podem trazer impactos negativos, quando alteram profundamente a rotina das famílias, acabando com a “tranquilidade” e o “ritmo temporal” rural ou com a liberdade de ação (sensação de ser vigiado). Ainda podem colocar em evidência sentimentos de marginalização cultural, que seriam o “sentimento” de estar sendo excluído de um processo promissor (Vanclay, 2002). A perda da linguagem local ou do dialeto também poderá, eventualmente, acontecer.

Além disso, há possibilidade de organização de novos fluxos ou a revitalização dos já existentes. Estes fluxos podem ser observados a partir da criação de mecanismos de

⁸² Considera-se como a circulação de pessoas, mercadorias e informações.

⁸³ Nas outras possibilidades de renda são consideradas as possibilidades de comercialização de produtos coloniais nos estabelecimentos vizinhos. Produtos diferentes daqueles que a agroindústria processa, mas que geralmente tem forte apelo de compra pelo consumidor urbano, como os ovos de galinha, leite, nata, frutas em geral, etc (Neumann, 2006). Zimmermann (2006) analisou este ‘apelo de compra’ no reconhecimento destes produtos como sendo de qualidade superior, por parte do consumidor (Silveira, 2006; 2007 e Silveira *et al*, 2008).

⁸⁴ A indicação do caminho, por parte dos vizinhos, até a AFR, pode ser considerada como um exemplo. O deslocamento do consumidor até a AFR já assinala para algumas mudanças no comportamento alimentar.

comercialização⁸⁵ que desenvolvam novos circuitos diretos e/ou indiretos, curtos e/longos, de produção-distribuição-consumo. Para compreender esse processo, pode-se tentar avaliá-lo a partir de algumas questões como: se o ingresso dos produtos da AFR nas convencionais redes de comercialização, como feiras de produtor e os mercados locais, provocou mudanças na dinâmica de organização do espaço e de produção dos outros agricultores; se ocorreram rupturas na interação social; se houveram disputas político-partidárias pelos espaços; ou ainda, se houve ações e decisões de comum acordo.

Por fim, cabe considerar as mudanças na densidade institucional⁸⁶, já que é nesta escala de poder que vem se concentrando considerável parte das discussões que envolvem a produção artesanal de alimentos/bebidas e suas lutas para adquirir legitimidade legal⁸⁷ frente à sociedade. Portanto, na relação desta dimensão com a agroindústria familiar, podem ser consideradas três variáveis: as instituições financeiras, a sociedade civil organizada e a administração pública.

As mudanças nas instituições financeiras geralmente ocorrem a partir da pressão por parte de agricultores e atores locais para facilitar o acesso aos financiamentos, principalmente às linhas especiais do Pronaf. A variável “sociedade civil organizada” refere-se aos processos de organização social que passam a ser formalizados com a criação de associações, cooperativas ou até mesmo ONGs voltadas para as problemáticas que envolvem o processamento de produtos de origem animal e vegetal no espaço rural⁸⁸. No reverso da questão, a desestruturação das organizações existentes pode se colocar como um impacto social negativo, tendo em vista que provoca o afastamento e o receio quanto a processos coletivos. Um papel mediador nesse sentido cabe à administração pública. Por isso, as ações desta passam a ser consideradas como indicadores da postura das ações públicas locais em relação às agroindústrias, tais como concessão de equipamentos, estruturação de uma equipe

⁸⁵ Construídos pelos próprios agricultores ou com apoio das entidades públicas ou privadas. Em especial, as empresas privadas passam a desempenhar papel de fornecedoras e, em alguns casos, de geração de tecnologia a fim de atender às demandas de processamento em pequena escala das AFRs (exigências quanto ao padrão no processo de processamento que demanda máquinas, equipamentos, saberes técnicos que passam a ser explorados como um promissor mercado consumidor da indústria).

⁸⁶ Fernández (2003) define densidade institucional como uma sólida presença institucional (formal), representada através da presença de firmas, associações empresariais, instituições financeiras, ONGs, agências de desenvolvimento, escolas, centros de serviço, institutos tecnológicos e universidades, etc. Além disso, há o desenvolvimento de formas de cooperação entre os autores, a partir da consolidação entre esse complexo de atores, de uma consciência de pertença mútua a uma dinâmica territorial e ao padrão de coalizão representativo dos interesses locais.

⁸⁷ Geralmente as agroindústrias já tem legitimidade social por atuar em circuitos curtos de comercialização.

⁸⁸ Podem ser consideradas também a aproximação com iniciativas extra-municipais, tendo em vista que às vezes o município não oferece serviços de assessoria para a consolidação deste tipo de entidade ou a esta torna-se estrategicamente mais interessante aliar-se com aquelas existentes no entorno regional.

para assistência técnica, qualificação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM), estímulo para participação em eventos comerciais e para melhoria da qualidade dos produtos, dentre outros.

A seguir, a Figura 04 ilustra a relação escalar e a interação das variáveis com a agroindústria, enquanto que o Quadro 04 sistematiza as variáveis e os indicadores, bem como os possíveis impactos sociais positivos e negativos, referentes ao entorno comunitário.

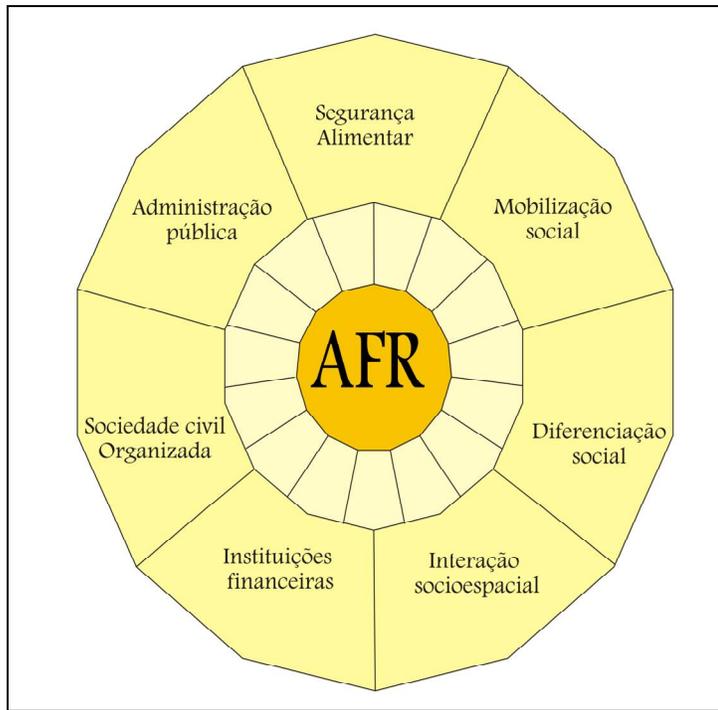


Figura 04 – Representação da escala e interação das variáveis referentes ao entorno comunitário

Variáveis	Impactos Diretos	Efeito/Conseqüência	
		Positivos	Negativos
Segurança Alimentar	<ul style="list-style-type: none"> - circulação dos produtos - pontos de comercialização - produtos oferecidos e frequência - acesso aos produtos pelos consumidores 	Novas redes ou pontos de venda	
Mobilização Social	<ul style="list-style-type: none"> - infra-estrutura comunitária - pressão política 	Aumento na capacidade de auto-organização da comunidade	
Diferenciação Social	<ul style="list-style-type: none"> - afastamento intencional das atividades comunitárias - afastamento por falta de tempo - criação de outras redes sociais extra-comunitárias - novos bens de consumo/diferenciação entre comunidades 	<p>Criação de outras redes extra-comunitárias e manutenção daquelas locais</p> <p>Diferença entre comunidades no município como incentivo para diversificação</p>	Acirramento das disputas e divergências intra-comunitárias
Interação socioespacial	<ul style="list-style-type: none"> - circulação de pessoas - circulação de produtos - circulação de capital 	<p>Alteração no fluxo de pessoas (tanto moradores quanto visitantes) circulando no município</p> <p>Alteração no fluxo de produtos, aumento na quantidade e intensidade dos pontos de comercialização, troca, etc.</p> <p>Aumento na circulação de capital nos estabelecimentos comerciais.</p>	
Instituições financeiras	<ul style="list-style-type: none"> - financiamentos - participação na organização dos projetos/agricultores 	<p>Oferta de financiamentos</p> <p>Aumento na organização dos agricultores para pressionar pela aprovação de projetos</p>	
Sociedade civil organizada	<ul style="list-style-type: none"> - associações, firmas, institutos, ONGs, cooperativas 	Criação de novas entidades	
Legislação	<ul style="list-style-type: none"> - legislação municipal voltada para AFR - atividades da câmara de vereadores voltadas para AFRs 	<p>Criação de legislação específica</p> <p>Aprovação de projetos voltados para AFRs</p>	

Quadro 04 – Proposta de variáveis e indicadores dos impactos sociais na escala do entorno comunitário

3. No tecer dos pontos...

Ao longo deste capítulo foram lançadas hipóteses e questões que objetivam contribuir para a reflexão acerca da dimensão social na agroindústria familiar rural. A partir delas, percebe-se que a atividade tem potencial de promover inúmeros processos em diferentes níveis, seja na escala espacial, na social ou, até mesmo, na escala das percepções (questões subjetivas). Esse cenário implica uma tarefa ainda mais sinuosa, que se refere ao “como fazer” para diagnosticar, tendo em vista a preocupação com a revisão do conjunto de variáveis e indicadores colocados.

Portanto, o andar da pesquisa exige uma presença *in loco*, a fim de averiguar se as reflexões e hipóteses aqui levantadas conferem com o que vem sendo vivido, sentido, percebido no espaço rural, plural e contraditório.

Portanto, longe de traçar regras e definir molduras, apresentam-se, a seguir, as experiências/observações a campo que darão suporte e as devidas ponderações sobre o divagar teórico.

CAPÍTULO V – A formação sócioespacial no coser da Agroindustrialização

Esta unidade tem por objetivo principal testar a proposta de avaliação de impacto social, tomando como objeto de estudo as agroindústrias no município de Constantina/RS. Para tanto, o capítulo subdivide-se em três seções: a primeira delas é a contextualização do município, tomando como eixo principal a inserção dos processos de agroindustrialização; a segunda trata da correlação entre as variáveis e indicadores levantados pela pesquisa e aqueles que foram possíveis de observar a campo; por fim, a terceira seção aborda a correlação entre variáveis e indicadores do entorno comunitário.

Desta forma, pretende-se correlacionar e problematizar as variáveis e indicadores utilizados no contexto da pesquisa, visando avançar na construção de uma proposta de avaliação de impacto social.

1. As agroindústrias familiares em estudo: o caso de Constantina/RS

A título de contextualização, Constantina se emancipou em 1959, a partir da Lei 3736/59, e conta atualmente com uma área de 203 km² e população de 9997 mil habitantes (FEE, 2008). Localizado na porção norte do Estado do Rio Grande do Sul, como mostra a Figura 05, o município apresenta um processo de formação sócioespacial que congrega colonização dos descendentes dos imigrantes italianos e alemães, com características agroecológicas marcadas pelo relevo ondulado, frequência pluviométrica entre 80 e 150mm e temperatura média anual de 23°C.

Para Lima e Hennig (2008), o espaço rural do município de Constantina pode ser dividido em cinco microrregiões (Figura 05): a microrregião de agricultura familiar mecanizada (localizada ao sul do município); a de agricultura familiar com mecanização incompleta (localizada na porção central); a de agricultura familiar com diversidade (porção norte, na qual aparecem atividades como agroindústria, fruticultura e suinocultura integrada); a de agricultura familiar descapitalizada (localizada nos extremos noroeste e nordeste); e a microrregião de agricultura indígena (porção nordeste, em verde). As agroindústrias concentram-se na porção norte e nordeste.

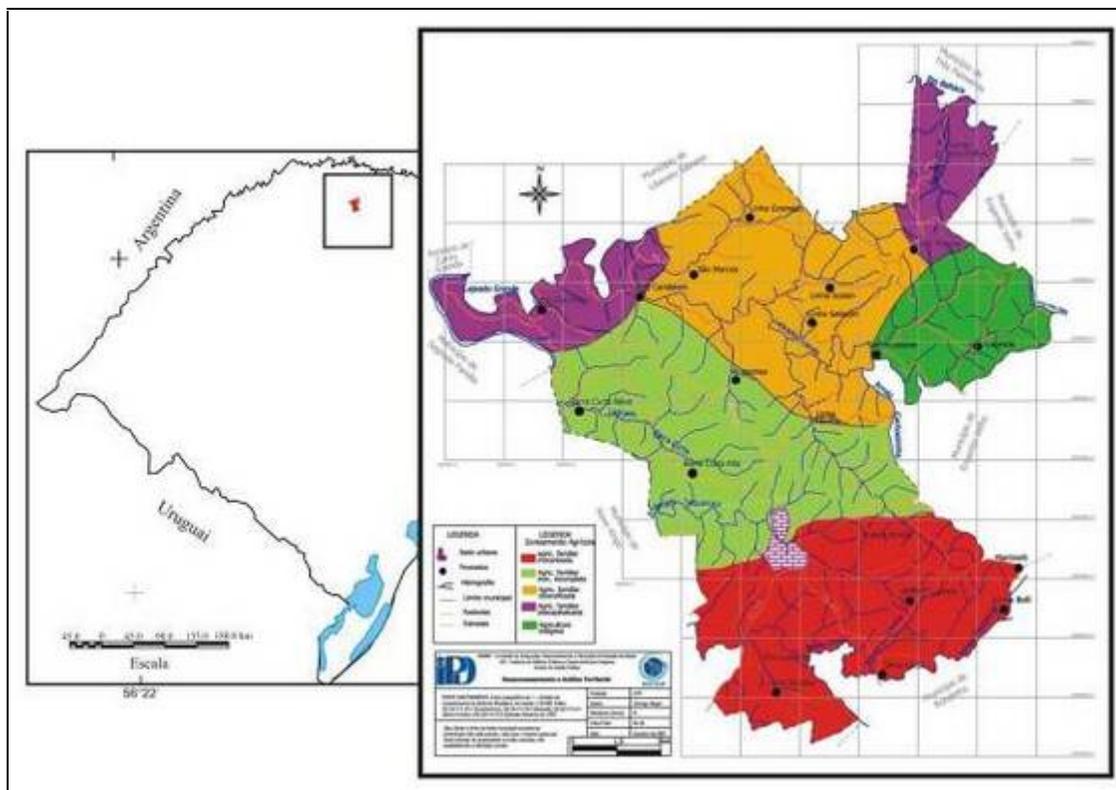


Figura 05 – Representação gráfica do município de Constantina/RS.

Fonte: Lima e Hennig (2008)

A dinâmica populacional no município apresentou decréscimo de 16% da população, no período entre 1990 e 2008, como mostra a Tabela 01. A fim de estipular um parâmetro para comparação, utilizaram-se dados referentes ao município de Crissiumal/RS, que também vem articulando suas políticas públicas e os atores locais em prol dos processos de agroindustrialização. Nesse sentido, pode-se observar que o decréscimo na população rural foi menor em Crissiumal, com -20%, enquanto que em Constantina observou-se -52%.

Tabela 01 – Variação da população em Constantina e Crissiumal/RS

Constantina	1990	1995	2000	2005	2008	Variação 1990-2008
Rural % variação	10340	6811 (-34,1)	5865 (-13,8)	3753 (-36)	3235 (-13,8)	-68,7%
Urbana % variação	4862	5103 (4,9)	5802 (13,7)	6127 (5,6)	6762 (10,3)	39,08%
Total % variação	15202	11914 (-21,6)	11667 (-2,07)	9880 (-15,3)	9997 (1,18)	-34,2%

Crissiumal	1990	1995	2000	2005	2008	Varição 1990-2008
Rural % variação	11967	10482 (-12,4)	9056 (-13,6)	8863 (-2,1)	8324 (-6,1)	-30,44%
Urbana % variação	6340	6201 (-2,1)	6124 (-1,2)	6037 (-1,4)	6612 (9,5)	4,29%
Total % variação	18307	16683 (-8,87)	15180 (-9,0)	14900 (-1,8)	14936 (0,2)	-18,41%

Fonte: FEEDADOS, 2009.

Obs.: os percentuais de variação sempre tomam por base o ano anterior.

A diminuição da população rural, em Constantina, foi mais significativa entre anos de 2000 e 2005, quando cerca de 2000mil pessoas abandonaram o campo. Esse dado se coloca como um importante ponto problematizador: a re-criação das agroindústrias foi motivada como estratégia para manter a população no espaço rural?

Antes de dedicar-se a estas questões, cabe acompanhar um pouco do processo histórico do município.

A história agrária de Constantina/RS, diagnosticada por Lima *et al* (2008), aponta para cinco períodos marcados por diferentes sistemas de produção: até 1920 com agricultura de coivara; entre 1920-1965, o desenvolvimento e a crise da agricultura colonial; 1965-1985, modernização da agricultura; 1985-1995, crise da agricultura familiar; 1995-2007, diversificação e intensificação da matriz produtiva.

Nesta pesquisa, cabe atentar para o período posterior a 1920, quando se estabelecem os primeiros colonos, e, com eles, um sistema de produção que tinha o processamento artesanal de alimentos e bebidas como um de seus eixos principais:

Adotando o sistema de pousio dos índios e dos caboclos, a nova colônia se consolida mediante uma policultura colonial, com produção de milho, mandioca, feijão, batata, para consumo da família e a banha como principal produto comercial. O excedente da produção era comercializado em troca de mantimentos no comércio local (bolichos e moinhos) e para municípios vizinhos (LIMA, *et al*, 2008, p. 15).

Esta organização sócioespacial entra em crise com as partilhas das terras por herança, a perda de fertilidade dos solos e a progressiva diferenciação social entre os colonos, exigindo a utilização de crédito rural subsidiado e/ou, em situação extrema, obrigando o abandono das atividades. O ingresso nos sistemas “modernos” de produção agrícola com integração à indústria e produção de soja/trigo mostra-se como uma das alternativas postas para a

agricultura familiar. Este cenário estende-se até meados de 1985, quando, de fato, a atividade entra em crise.

Na escala regional e estadual, a crise pós modernização da agricultura foi sentida por grande número de produtores familiares, representada principalmente pelas dificuldades de reprodução socioeconômica das unidades de produção. Isso gerou uma série de consequências e impactos no espaço rural. Muitos deles já foram explorados por outros autores como Brum, 1988; Caporal e Costabeber, 2007; Montenegro Gómez, 2006; dentre outros.

Em Constantina, a crise vivida pela agricultura familiar motivou a busca por alternativas. A organização dos agricultores e a discussão de novas estratégias para o espaço rural motivaram a criação de um plano⁸⁹ de mudança da matriz produtiva, com a retomada da diversificação dos sistemas produtivos. A partir de 1995, a introdução da produção integrada aos complexos agroindustriais de suínos, leite e fumo, associados à citricultura, vitivinicultura e a agroindustrialização familiar foram as estratégias que caracterizaram a diversificação e a intensificação dos sistemas produtivos⁹⁰.

O processo de agroindustrialização, no seio da agricultura familiar constantinense, consolidou-se como fruto da conjugação destes processos e também das forças propulsoras destes. O marco temporal data do ano de 1999, oportunidade em que foi formalizada uma das primeiras agroindústrias de beneficiamento de cana-de-açúcar para a produção de açúcar mascavo. Esta agroindústria foi construída a partir do associativismo.

Politicamente esse processo começa a ser construído alguns anos antes, em 1985, oportunidade em que foi eleita nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). A partir disso foram adotadas estratégias de gestão voltadas para as demandas dos agricultores, vinculadas a um significativo incentivo para a formação de grupos e/ou associações no espaço rural. O processo de disputa pela direção do sindicato foi um dos processos que contribuiu para a articulação de diferentes atores sociais e, na avaliação de Picolotto (2006), a mudança da direção do Sindicato marcou o início do movimento de agricultores em Constantina,

A partir da estruturação de vários grupos de jovens no interior do município e a constatação destes de que o STR de Constantina não representava os interesses dos pequenos agricultores, mas somente ajudava a reproduzir as políticas modernizadoras e excludentes do Estado, estes grupos decidiram disputar a direção do Sindicato. A disputa do Sindicato visava 'tomar' a entidade para resolver os

⁸⁹ O plano tinha por objetivo ampliar as possibilidades de reprodução das unidades de produção e seus dependentes. As instituições locais se encarregaram de criar as condições de financiamento, comercialização e assistência técnica aos agricultores. Ver Lima, Hennig, Grossmann, 2008.

⁹⁰ Estratégia que vinha ao encontro daquilo que vivia a agricultura familiar na região.

‘graves’ problemas enfrentados pelos pequenos agricultores em meados dos anos 80⁹¹.

O Sindicato⁹² estimula uma nova organização social e política, com a formação de associações, grupos de cooperação agrícola e com o envolvimento dos agricultores inclusive na realização de estágios, visando à busca por tecnologias alternativas. Esta conjuntura conduziu a relações de produção coletivas e à adoção de outras estratégias para reprodução das unidades de produção⁹³.

Dentre as estratégias, o STR constituiu internamente o Grupo de Cooperação Agrícola, que passa a articular as diferentes ações voltadas para a agricultura familiar⁹⁴ que, dentre os resultados, mobilizou 320 famílias na constituição de 32 associações que participavam de um processo constante de discussão e de melhoria do seu processo produtivo. No auge desta organização foi realizado o Seminário Municipal (1988), a fim de traçar novos rumos, oportunidade em que a produção leiteira é tomada como prioritária e em que a criação da Cooperativa de Produção Agropecuária de Constantina (COOPAC) oficializa-se, em 1990. Nestas condições, o STR forneceu suporte jurídico e financeiro⁹⁵ para a cooperativa, que no início de suas atividades contou com 320 produtores (agricultores que começaram a atividade a partir da iniciativa da cooperativa), recolhendo aproximadamente 95 mil litros de leite (AD⁹⁶04, 2008).

Em 1998, através de uma ação coordenada entre o STR e a COOPAC, foi formada, em nível local, uma unidade da Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (CRESOL) visando facilitar o acesso dos agricultores familiares aos recursos públicos: “O intuito da

⁹¹ Picolotto (2006, p. 142) se dedica à análise deste processo: “Esta relação de vínculo com as comunidades, o apoio da Igreja e de outras lideranças do movimento de oposição sindical da região e a situação de desgaste da direção tradicional do STR, fizeram com que a oposição obtivesse vitória em um processo eleitoral acirrado”.

⁹² Ao lado do Sindicato, outras entidades também contribuíram para a mobilização e organização dos agricultores, como a Igreja Católica (através das Comunidades Eclesiais de Base) e o MASTER, que contribuiu “na formação de associações de produtores, de cooperativas, na organização de sindicatos e assentamentos de reforma agrária visando melhorar as condições de reprodução dos agricultores (colonos e caboclos) e, ao mesmo tempo, ativar uma representação política a este setor social” (PICOLOTTO, 2006, p. 129)

⁹³ Ver Picolotto (2006, p. 147). Dentre as estratégias documentadas pelo autor cita-se a realização da colheita coletiva de sementes de milho, a utilização de adubação verde, criação de suínos ao ar livre, etc. Neste sentido, as parcerias do STR com outras entidades (como CETAP) foram fundamentais para garantir assistência técnica aos agricultores, inexistente até então. Além disso, a atuação do STR também atendeu para melhoria nos serviços de saúde do município.

⁹⁴ As ações, em 1986, referiam-se à organização dos agricultores em associações, à formação de um banco de sementes, à organização das comunidades em associações de produção ou comercialização, à contratação de um técnico para acompanhar os agricultores, às lavouras comunitárias, etc.

⁹⁵ Esta reorganização interna do STR para atender as novas demandas, em especial administrativas da COOPAC, provocou uma ruptura no caminho da discussão que vinha sendo construída pelo Grupo de Cooperação Agrícola (que agora se dedica, em parte, para atender a cooperativa). Noutra sentido, a COOPAC passa atuar junto ao STR buscando novas iniciativas para o município como a comercialização, pela cooperativa, de laranja e açúcar mascavo.

⁹⁶ Sigla utilizada para referir-se aos informantes-chave, como “agente de desenvolvimento”.

cooperativa era incluir aqueles agricultores mais fragilizados, que estavam excluídos do sistema bancário oficial” (PICOLOTTO, 2006, p. 171).

Além disso, a parceria entre STR e COOPAC estimula os agricultores a buscar alternativas baseadas no processamento de alimentos e/ou bebidas. Começam a se estruturar experiências de comercialização de outros produtos, já que “... várias dessas associações passam a industrializar seu produto”. Neste contexto, a emergência de agroindústrias ocorre a partir da articulação das entidades e dos atores locais: “... foi uma seqüência, primeiro se discute a questão política, organizativa, de produção e depois se passa a fazer então o processo industrial artesanal” (AD04, 2008).

A partir de 2001, a Prefeitura Municipal⁹⁷ se agrega às entidades (Emater, STR, Coopac, Cresol), intensifica as ações e, além da produção artesanal, passa a incentivar a construção de estrutura própria (das agroindústrias) com inspeção municipal. Dentre as iniciativas da Prefeitura, estão as Leis Municipais: N°. 1.875/02, que autoriza o Município a repassar equipamentos para as agroindústrias; N°. 2.332/07, que autoriza o Poder Executivo a conceder o uso de imóvel e bens móveis do Município; N°. 2.361/07, que autoriza o Poder Executivo a repassar equipamentos do Município para a COOPERAC.

Portanto, à Prefeitura cabia a articulação inicial e a concessão dos equipamentos até então ociosos e, noutro lado, a Cresol garantia o suporte financeiro. A Emater e o STR organizavam os cursos de formação e qualificação dos agricultores e o incentivo para participação em viagens e feiras a fim de comercializar, conhecer e trocar experiências⁹⁸.

⁹⁷ A partir do ano de 2001, a nova administração municipal passou a contar com prefeito que vinha trabalhando junto com os agricultores através da CRESOL. Este fato provocou uma mudança radical na forma de conduzir as ações municipais, descentralizando os recursos e equipamentos, como relatam os depoentes: “Até o ano 2000 nós tinha apoio só das entidades, que nos ajudam a ter uma visão diferente, com a Prefeitura Municipal (PM) do nosso lado passamos a conseguir mudas de cana, equipamentos, etc. Até então tinha a idéia de montar uma grande agroindústria no município, onde os agricultores iriam produzir a cana. Com a nova gestão na PM, começou incentivo ao agricultor (...) PM cedeu alguns equipamentos para agroindústrias. Foi um pontapé inicial muito importante” (AD01, 2008).

⁹⁸ Relato dos informantes-chave.

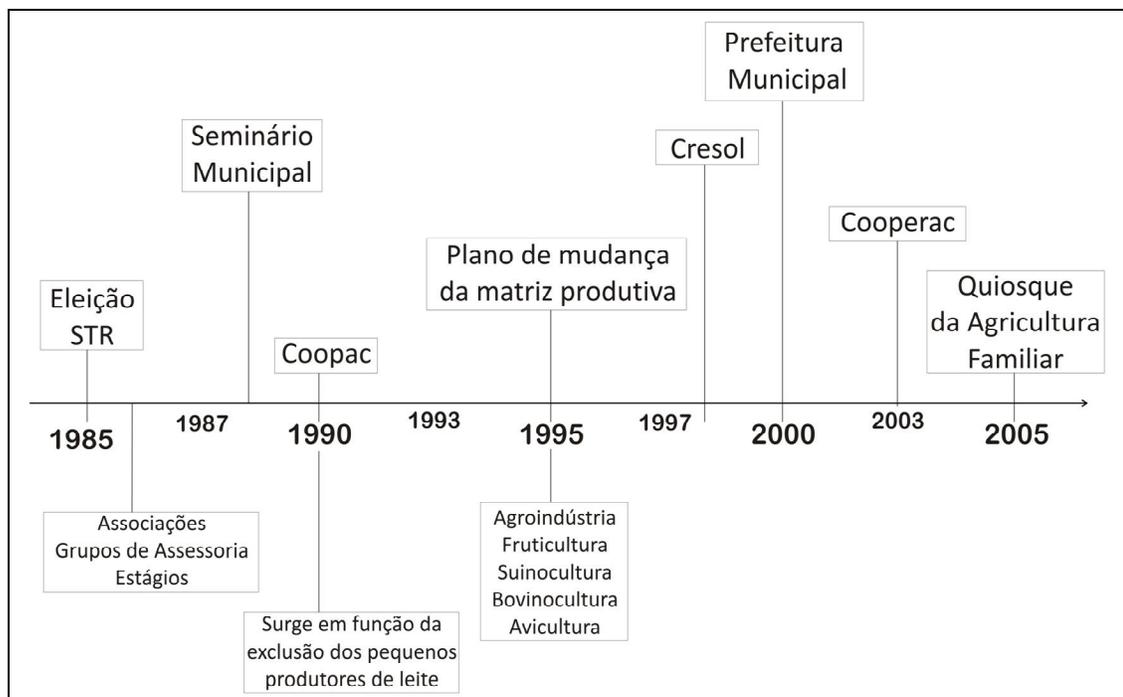


Figura 06 – Representação gráfica da evolução temporal das ações políticas no município

Em 2003, fundou-se a Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região Ltda (COOPERAC), que contava, na época, com 10 agroindústrias associadas. A criação da cooperativa viabilizou a comercialização regional dos produtos, se consolidando como uma estratégia que deu vazão para aquelas agroindústrias que não tinham mercado consumidor suficiente no município. Além disso, a cooperativa surgia como um papel de abarcar todas as iniciativas de agroindustrialização de Constantina e região, como relata um dos depoentes: “Ela tinha uma idéia de ser um grande guarda-chuva de todo o processo de agroindustrialização (...) então toda agroindústria nova ou então que fosse ampliada iria para baixo do guarda chuva” (AD03, 2009).

Dentre os objetivos de fundação da COOPERAC estava a necessidade de buscar uma estratégia para simplificar os processos de legalização das agroindústrias, especialmente a fiscal⁹⁹. Desta forma, as agroindústrias associadas passaram a utilizar o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da cooperativa. Além disso, organizou-se a qualificação e padronização dos rótulos, visando, em longo prazo, construir um padrão de qualidade dos produtos. Nas Figuras 07 e 08 estão representados alguns produtos com os rótulos utilizados pelas agroindústrias para a comercialização.

⁹⁹ Agricultores familiares perdiam direito da seguridade especial do INSS ao atuar em atividades empresariais.



Figura 07 – Queijos das agroindústrias em pontos de comercialização

Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2008.



Figura 08 – Salames das agroindústrias em pontos de comercialização

Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2008.

Esta estratégia simplifica a legislação trabalhista e previdenciária; fiscal e tributária; e de conselhos de classe. No entanto, ainda permanecem aquelas voltadas à licença ambiental e sanitária. Nesse sentido, a administração municipal vem se esforçando no sentido de se enquadrar ao Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA), a fim de

qualificar e simplificar o serviço de inspeção sanitária e ambiental¹⁰⁰. Essa preocupação também se estende às agroindústrias:

Todas as agroindústrias que tem o registro no sistema de inspeção municipal hoje, elas tão dentro de um padrão, ou seja, tem uma estrutura, um padrão de higiene que a gente acompanha, não do jeito que deveria, porque estamos mais preocupados hoje com as burocracias para fazer o SUASA, estamos deixando um pouco a desejar na ida semanal que o sistema exige, você estar indo pelo menos uma vez por semana passar agroindústria por agroindústria (...) inspeção de fato. Mas digamos assim, das agroindústrias de suínos e de queijo, a estrutura e o que exige basicamente o sistema de inspeção todas têm, não tem diferenciação, o que é exigido pra uma é exigido pra outra (AD05, 2009).

À preocupação com a organização dos agricultores em prol da qualificação dos produtos das agroindústrias, somou-se a busca por um espaço para comercialização. Nesse sentido, em 2007, a COOPERAC criou o Quiosque da Agricultura Familiar¹⁰¹, a fim de garantir um ponto de comercialização¹⁰² tanto dos produtos das agroindústrias e/ou famílias associadas como dos demais agricultores familiares. Como ilustra a Figura 09, atualmente o Quiosque comercializa cerca de 50 tipos de produtos (salames, queijos, vinhos, cachaças, pães, cucas, bolachas, defumados, licores, hortaliças, frutas, etc.) oriundos de 14 agroindústrias e de outros 10 agricultores¹⁰³. No depoimento de uma das lideranças locais, tanto a COOPERAC como o Quiosque ainda estão num processo de re-construção de sua identidade:

A COOPERAC, de fato, ainda não encontrou seu papel a cumprir (...) passou por dificuldades, até financeiras. Porque o seguinte: as agroindústrias são associadas, mas não tem uma contribuição, vamos dizer assim, econômica mensal (...) ela vive das feiras¹⁰⁴. O Quiosque aqui que a gente tem não anda, está a dois anos aberto (...) sobrevive só para pagar os custos (...) então ela vive um momento difícil, uma crise de identidade, digamos assim (AG¹⁰⁵05, 2009)

As dificuldades vividas em relação a COOPERAC e ao Quiosque, também foram observadas por outro agente de desenvolvimento, atentando inclusive para as diferentes concepções em relação ao papel a ser exercido pela entidade e pelo ponto de venda:

¹⁰⁰ Em 2006 o município de Constantina passou a ser habilitado para o licenciamento ambiental das atividades de impacto local.

¹⁰¹ Espaço foi cedido pela Igreja Católica, Prefeitura Municipal e Sindicato dos Trabalhadores Rurais e está documentado no “Termo de Permissão de Uso”, lavrado em 20 de março de 2007.

¹⁰² Havia uma feira de produtor que se realizava duas vezes por semana, na praça. Todavia, houve um processo de centralização das vendas por alguns agricultores, fato que foi dando ao espaço um “caráter privado”. Nesse sentido o Quiosque também foi criado para ser um espaço permanente de oferta dos produtos da agricultura familiar.

¹⁰³ Dados referentes à coleta de campo realizada em julho de 2009.

¹⁰⁴ Quando da participação em feiras, a Cooperativa reúne seus sócios e delibera sobre quais produtos serão levados (ou quem quer vender), qual preço cobrar, etc. Assim, a cooperativa compra os produtos das agroindústrias e revende na feira, sendo que nesta diferença de valores está a renda que a mantém.

¹⁰⁵ Sigla utilizada para representar as agroindústrias.

A criação do ponto, para nós ele era importante porque vinha numa lógica de evoluir um pouco mais que a feira (...) nós queríamos avançar mais (...) ter um ponto que centralizasse as vendas para mais, para externo. Mas isso não evolui tanto, primeiro porque nós tínhamos uma visão assim, mas daqui a pouco será que [o agricultor] a COOPERAC tem essa visão? Ela não amadureceu esse processo (...) agora que o agricultor vê a necessidade de ter isso (rótulo, embalagem, marketing, etc).

O nosso sonho para o Quiosque seria como um ponto de venda, em que venderia produtos da qualidade das agroindústrias para fora do município (AD03, 2009).

Por fim, alguns dos dilemas colocados para o processo de agroindustrialização em Constantina estão diretamente relacionados com o papel a ser desempenhado pelas entidades no sentido de construir e consolidar uma identidade e, principalmente, uma coesão, a fim de direcionar para novos objetivos.



Figura 09 – Quiosque da Agricultura Familiar

Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2008.

Como se pode observar, a conjuntura histórica arquitetou e favoreceu a expansão da agroindustrialização¹⁰⁶ dos produtos agropecuários no município. Esse processo, que iniciou

¹⁰⁶ De acordo com lideranças municipais, no ano de 2000 havia algumas poucas agroindústrias (05) e, atualmente (2008) existem 18 agroindústrias associadas a COOPERAC em diferentes estágios de legalização.

de forma elementar há cerca de 10 anos, começa a colher seus frutos, como avalia uma das lideranças: “foi um processo muito positivo e de destaque, principalmente de renda”¹⁰⁷ (AD03, 2008), mas há ainda muitas dúvidas sobre o “como fazer” para avançar.

Contextualizando o universo de estudo

Portanto, o processo de desenvolvimento da agroindustrialização em Constantina teve um significativo incentivo por parte das entidades locais que, articuladas, viabilizaram a mobilização e organização dos agricultores, a realização de visitas e cursos de aperfeiçoamento e espaços de discussão voltados para as questões ligadas à agricultura familiar.

Na avaliação de uma destas lideranças, o êxito da estratégia de agroindustrialização esteve ligado à tradição dos grupos familiares no processamento artesanal de alimentos: “...um dos segredos do sucesso aqui é que as famílias que foram para as agroindústrias eram famílias que já tinham uma grande experiência com produção caseira de alimentos, uma história de produção caseira de alimentos.” (AD03, 2008). Havia, dentre as famílias, potencialidades latentes que foram estimuladas e qualificadas.

Dentre os alimentos processados nos estabelecimentos rurais, em sua maioria de descendência dos colonizadores italianos, destaca-se a produção de cachaça, açúcar mascavo, queijos, salames e vinho. Estes produtos podem ser encontrados em grande parte dos estabelecimentos rurais, fato que dificultou a seleção daquelas propriedades a serem visitadas.

Durante a vivência em campo¹⁰⁸, pode-se elaborar um levantamento exploratório dos grupos familiares que processam e comercializam algum tipo de produto e das agroindústrias. Neste esforço foi possível catalogar 33 unidades de processamento sendo que, destas, 19 fazem parte da COOPERAC. Neste conjunto, enquanto que as unidades produtoras de embutidos de suínos estão todas “legalizadas¹⁰⁹”, na produção de vinho não existe nenhuma atividade em condições legais e a mesma situação acontece com aquelas produtoras de

¹⁰⁷ Segundo levantamento realizado pela Emater, as agroindústrias contribuíram cerca de 10% na receita estimada da arrecadação municipal em 2006. De acordo com planilha de custos e receitas, elaborada pela Emater, as agroindústrias (15 existentes) somaram um faturamento anual de R\$ 1.134.789,90.

¹⁰⁸ O trabalho de campo baseou-se em conversas informais ou entrevistas semi-estruturadas abertas, priorizando, sempre que possível a participação de todo grupo familiar.

¹⁰⁹ Cabe frisar que a legalização colocada neste caso é aquela determinada pela COOPERAC, ou seja, ao conceder o uso do CNPJ (formalidade jurídica), a cooperativa exige do estabelecimento um padrão mínimo de processamento que inclui instalações próprias (próximas às normas de inspeção sanitária) e participação na cooperativa. Este fato não impede o agricultor optar por uma agroindústria individual autônoma (isto é, não ser sócio da cooperativa), pleiteando a legalização nos padrões convencionais.

cachaça. Esta situação vem sendo analisada a fim de buscar alternativas para viabilizar a legalização formal¹¹⁰ das agroindústrias.

Vinho	Embutidos de Suínos	Cana de açúcar
Álvaro Dalpiaz Olavo Musa Pedro Favareto Pedro Rosseto*	Dalpiaz Jotti Largo Lazaretti Lazaretti/Zatti Lido Lazaretti Mozer Roni Gheler Tonin	Adroaldo Cenci Arci Passata Edemar Berton Irmãos Grison Lazaretti/Picolotto Pedro Deon Pedro Favareto Valdemar Araldi
	Vetoriazzi	
Derivados de Leite	Padaria	Frutas
Ludke Lasta Lazaretti/Conterato	Delícias Caseiras	Vilmar Rosseto Nerci Largo
Moinho Farinha de Trigo		
Moinhos Passaia		

* propriedade produzia vinho e cachaça.

Quadro 05 – Relação de propriedades e atividades de processamento de alimentos/bebidas em Constantina/RS.

Fonte: Pesquisa de Campo/2008.

Este panorama aponta para algumas questões como: qual a importância social e econômica das redes informais de comercialização para a reprodução das unidades de produção familiar¹¹¹? Qual será a estratégia conveniente para estimular produção de alimentos com garantia de qualidade e reconhecida pelo mercado?

Outro conflito evidente está na disputa de mercado entre os produtos tipo “coloniais” das agroindústrias “formais” e aqueles provenientes das vendas esporádicas dos agricultores. Em períodos de crise, geralmente marcados por estiagens ou pela queda repentina do preço do

¹¹⁰ Refere-se aquela colocada pelo ambiente institucional e que supõe o registro na Secretaria da Fazenda e nas instancias de inspeção sanitária, ambiental e trabalhista.

¹¹¹ Apesar do paradoxo, são as redes informais que garantem mercado consumidor para todas as agroindústrias do município, como mostra o fragmento do depoimento: “A gente tem uma contradição muito grande: as agroindústrias vendem de casa em casa e ao mesmo tempo o Quiosque tem que vender” (AG03L,2009)

leite (como ocorreu no mês de novembro de 2008), os agricultores familiares intensificam o uso de estratégias, como o processamento de alimentos e/ou bebidas e a sua comercialização nos centros urbanos. Em muitos casos, inclusive, utilizam os produtos como moeda de troca nos mercados, como relata um dos agricultores que possui agroindústria de queijo: “... daí o pessoal ia lá e trocava, se nós vendia a R\$ 10,00 eles vendiam a R\$ 5,00 e a troco, troco (...) por um quilo de feijão, arroz e tal” (AG03L, 2008)¹¹².

Noutro extremo, um caso onde a comercialização informal de queijo tem garantido renda complementar: “... eu comecei a fazer para consumo, n/e (...) e acabei fazendo para vender (esposa). Aí começou a sobrar e aí se tornou renda, acabou se tornando mais uma renda (esposo)” (AG04L, 2008). Para compreender a importância do queijo como renda complementar, basta analisar os valores: a produção caseira chega a 60 quilos por mês, que são comercializados a um preço de R\$ 7,00 por quilo. São cerca de R\$ 400,00 por mês que passam a incrementar a renda familiar, sem contar que esta “renda extra” é da mulher e, geralmente, é ela quem decide onde vai investir.

Aliás, participação da mulher é uma das questões que tomou significativa relevância no município de Constantina. Ainda se referindo a produção artesanal de queijo, uma das lideranças municipais esclarece: “A mulher que faz o queijo, que vende e que recebe e vai no mercado e gasta” (AD01, 2008) ou então,

(...) é o que ela produz: é no leite e seus derivados, é nas miudezas, digamos assim (...) é o que hoje está sustentando as famílias. É o que hoje está sustentando a agricultura familiar, o que segura o povo no interior é o trabalho da mulher. É o que a mulher produz, que daí não precisa comprar (...) não tem um custo. Então, ela vendendo, ela produzindo lá na sua horta, as hortaliças, as galinhas, enfim, e é o que segura mais. Porque se fosse só na monocultura como tem várias propriedades, ixe, muito tempo já teria saído de lá! (AD02, 2008).

Com a intensificação da pressão, por parte das agroindústrias, o Sistema de Inspeção Municipal está começando a ser mais rigoroso no cumprimento das normas sanitárias e, principalmente, na inspeção dos produtos comercializados, inclusive usando-se de estratégias como a blitz sanitária. Esta ação, que pode favorecer as agroindústrias, por outro lado vai suprimir as possibilidades de troca de produtos nas redes de mercados, mas não terá como coibir a venda de produtos a domicílio ou esporadicamente sob encomenda. De fato, esta realidade é um tanto delicada, como admite liderança municipal: “As agroindústrias ainda cobram esta questão que eles têm que estar nas normas da legalização e os outros fazem e

¹¹² De acordo com dados coletados a campo, há várias famílias que produzem queijo no espaço rural do município. Em geral, algumas delas comercializam algumas peças que são compradas no próprio estabelecimento por consumidores urbanos.

vendem por fora (...) mas nós também tentamos ajudar e cobrar isso, mas isso é uma coisa que é complicada” (AD01, 2008).

Outro exemplo desta problemática é a produção artesanal de salame em um estabelecimento rural que ainda permanece na informalidade¹¹³. Segundo a liderança municipal: “Uma família que não deixou de carnear por conta, nós cobramos, o SIM chega e cobra, mas ele vende, pega o pessoal mais dos bairros ali (...)” (AD01, 2008). De fato, nesta situação entra a questão de poder de compra do consumidor que, como se observou nos mercados visitados, geralmente implica na opção por produtos mais acessíveis.

Naquelas agroindústrias que trabalham com embutidos de suínos, as carcaças são adquiridas do abatedouro¹¹⁴, suprimindo percalços com a legalização ambiental e sanitária. Enquanto isso, as agroindústrias de derivados de leite geralmente adquirem uma parte (1/4) da matéria prima e distribuem o soro ou utilizam na produção de suínos (que entra na cadeia dos embutidos de suínos).

Na interlocução entre a proposta da pesquisa e a realidade rural relatada pelos informantes-chave, optou-se por aprofundar o estudo em seis (06) empreendimentos, que por ora serão denominados de AG01V, AG02V, AG03L, AG04L, AG05S e AG06S. A partir desta etapa, o estudo apresenta uma caracterização de cada atividade e, posteriormente, a análise dos impactos sociais.

No processamento de origem animal, foram estudadas duas agroindústrias de embutidos de suínos.

No primeiro caso, a agroindústria (AG05S) é fruto da união da família (04 irmãos), em torno do processamento de carne suína. Atualmente, oito pessoas se dedicam à produção de salame colonial (4500kg/mês), costela (600kg/mês), toucinho (1000 kg/mês), toresmo (180kg/mês), banha (400kg/mês) e morcilha (400kg/mês). Para tanto, compram cerca de 20 animais por semana de um condomínio especializado na produção de suínos e o abate é realizado no Abatedouro Municipal¹¹⁵. O saber-fazer alicerçou os primeiros passos da produção artesanal, que acabou ganhando espaço próprio e dedicação exclusiva dos grupos familiares durante dois dias da semana. Além disso, a comercialização foi centralizada em uma pessoa que se dedica de forma integral.

¹¹³ Neste caso, seria a falta de uma infra-estrutura adequada para o abate dos animais e o processamento/armazenamento de seus derivados.

¹¹⁴ Geralmente os agricultores compram os suínos e levam até o abatedouro. Depois retiram a carcaça e efetuam o pagamento da taxa de abate (fica entorno de R\$ 20,00).

¹¹⁵ O Abatedouro Municipal funciona a partir da concessão da infra-estrutura para uma pessoa jurídica. Atualmente, o valor cobrado pela carcaça de suíno fica entorno de R\$ 35,00.

Tendo em vista que a agroindústria é composta por quatro famílias, a divisão do trabalho nas UPAs não sofreu grande alteração a não ser na significativa redução da atividade leiteira (em todas UPAs). Atualmente, as famílias só produzem leite para consumo e, eventualmente, para a produção artesanal de queijo, também utilizado na dieta alimentar familiar ou então comercializado.

A agroindústria, quando se faz necessário, contrata até duas funcionárias temporárias. Uma delas vem participando ativamente do processo de produção há 03 meses (durante três turnos da semana), tendo em vista a dificuldade de participação de uma pessoa da família. Em diálogo com a mesma sobre as mudanças observadas na sua qualidade de vida, tendo em vista a oportunidade de trabalho, ela ressaltou questões como a importância de um “dinheirinho extra” que acaba sendo investido na aquisição de utensílios domésticos e/ou bens não-duráveis (roupas, etc). Também frisou que o trabalho lhe dá prazer, pois conhece os vizinhos desde criança e, portanto, tem uma relação (quase) familiar. A participação na agroindústria proporcionou também algumas mudanças na rotina de trabalho, como a redução de 03 para 02 vacas leiteiras, além do que, nos dias em que a agroindústria demanda trabalho para o dia todo, ela desabafa que “não é fácil, vira uma correria” para dar conta das tarefas domésticas, da UPA e do “emprego”.

No segundo caso, a agroindústria (AG06S) nasce a partir da venda eventual de salame, a fim de garantir renda complementar para a família. Também aqui o saber-fazer e as técnicas artesanais marcaram o início da atividade, que passa a se consolidar com a concessão de alguns equipamentos pela Prefeitura Municipal, incrementando-se assim a produção e ganhando-se regularidade nas vendas. Os depoimentos relatam um pouco da história familiar, que se mescla com a produção artesanal de embutidos:

Aqui oh, quem veio morar aqui foi o vô ainda, paterno. Ele veio de Guaporé, (...) e se instalou aqui (...) naquela época ele tinha, fazia coisa aqui e levava salame, banha, mel, cera (...) carregava a carroça aqui e levava a Passo Fundo (AG06.1, 2008).

Daí foi indo, já comercializava naquela época n/e, daí foi indo, o pai também, depois, continuou daí vendemos aqui e tal. E aqui, tudo que for de sobra, digamos assim, da propriedade (...) alface, queijo, leite, uva... (AG06.1, 2008) Nós tínhamos um parreiral muito grande daí depois começou veneno e morreu tudo (AG06.2, 2008).

Nós fazia ali, no porão, tudo aberto, nós tinha um porão bom! Daí carneava lá em baixo (...) trazia para dentro e fazia. Depois veio o matador, daí nos compramos lá (...) nós compramos o porco vivo, leva lá no abatedor, daí eles trazem a carne em casa (AG06.2, 2008).

Atualmente estão envolvidos no processamento de carne suína três pessoas, com produção de salame colonial (500kg/mês), copa (35kg/mês) e linguiçinha (60kg/mês). Aliás, a maioria dos clientes/consumidores vem buscar os produtos na propriedade. Uma parte outra dos produtos é vendida a um revendedor do estado de Santa Catarina e o restante nos municípios vizinhos. Nesse caso, a agroindústria também contrata eventualmente uma pessoa para auxiliar no processamento e produção dos embutidos.

Para o estudo das agroindústrias de derivados de leite, visitou-se dois empreendimentos (AG03L e AG04L). No primeiro caso, a produção artesanal de queijos era coordenada pela “mãe” e eventualmente comercializada, como relata o agricultor:

Na verdade a mãe sempre fazia queijo (...) dentro de casa, e daí quando fazia a mais, sempre tinha freguês que compravam o dito queijo. Com a demanda, um gostava e outro também queria e tal, aí foi se tendo a idéia de colocar uma agroindústria, pela demanda mesmo do produto. (AG03L, 2008).

Com o apoio das entidades locais, em especial o financiamento liberado pela CRESOL e a concessão de equipamentos por parte da Prefeitura Municipal, o grupo familiar optou pela construção de um espaço próprio para o beneficiamento de leite e, desde 2003, vem realizando produção padronizada e contínua de queijos do tipo colonial (750kg/mês) e parmesão¹¹⁶ (250 kg/ano).

Atualmente são dedicados dois dias da semana para o processamento do leite e são produzidos em média cerca de 1000kg/mês de queijo, sendo que 30% da matéria-prima, eventualmente, é adquirida dos vizinhos. Os outros 70% são produzidos na propriedade, que também vem se dedicando à melhoria no plantel de gado leiteiro¹¹⁷, “o que nos estamos fazendo é produzindo queijo na mesma quantia que produzimos de leite, para não ter tanta compra de leite” (AG03L, 2008). Outro fato a ser destacado é a aproveitamento do soro¹¹⁸ na alimentação dos suínos.

Nesta propriedade familiar, a divisão de trabalho se organiza da seguinte forma: os idosos cuidam do processamento de leite (e a produção dos queijos) e o casal jovem se divide entre a lavoura (homem) e as tarefas domésticas (mulher)¹¹⁹. A continuidade no cultivo da lavoura se deve, segundo o agricultor, pela necessidade de dispor de “moeda de troca”, como a soja.

¹¹⁶ Queijo parmesão e temperado são produzidos exclusivamente para feiras e/ou sob encomenda.

¹¹⁷ Em especial das vacas *Jersey*, que segundo proprietário, produzem um leite com alto teor de gordura que garante maior sabor e qualidade ao queijo. Na oportunidade da visita, havia 13 vacas em lactação.

¹¹⁸ O soro do leite é um subproduto resultante da fabricação de queijos, por coagulação da caseína, obtido por adição de ácido ou de enzima (soro doce) (CAPITANI *et al.*, 2005).

¹¹⁹ No relato: “dentro da agroindústria tem duas pessoas direto, mais o pai e a mãe, às vezes a gente ajuda (...) eu fico mais na parte da lavoura e a ela (esposa) ajuda também, mas fica mais na parte da casa” (AG03, 2008).

De qualquer forma, a agroindústria é considerada o “carro-chefe” na geração de renda da propriedade e garante, ainda, a manutenção de duas pessoas cursando faculdade particular. Aliás, quando indagados sobre as mudanças observadas na qualidade de vida, o casal se entreolha e com um sutil sorriso no rosto, o agricultor comenta:

Muita coisa (...) mudou para melhor a renda da família (...) quando só produzia grão você tinha aquela de que toda renda era daquele grão lá (...) não tinha outra forma de renda para dizer a verdade, tinha aqueles queijinho que nos fazia dentro de casa, mas era pouco... A manutenção da propriedade vem tudo da agroindústria, é rancho, água, luz, telefone, combustível (...) na verdade é a agroindústria que mantém a propriedade hoje. A sorte dela tá, senão...

‘Vixe Maria’, é tudo, é duas faculdade, é as questão da casa, e ainda sobra para pagar os financiamentos da agroindústria. Acho que se fosse só pela roça, pelo grão acho que nós já tinha ido embora, não era viável, não se mantia.

Se não fosse talvez pela agroindústria, hoje provavelmente não seria viável ficar só pela lavoura, ela não se paga, não compensaria! (AG03L, 2008).

Ao referir-se às mudanças sentidas em relação à saúde familiar e respondendo à questão sobre o possível aumento ou redução do trabalho, o casal comenta:

Na verdade diminui, porque quando nos trabalhava fazia tudo a braço, hoje já facilitou tudo, é tudo mecanizado. Que/nem vamos pegar exemplo da agroindústria, dava muito mais serviço eles fazer o queijo lá na pia e no fogão do que na agroindústria, é questão de prensa, é questão de (pausa) é tudo diferente. (AG03, 2008).

No outro empreendimento, AG04L, o saber-fazer prevalece, já que a pequena produção segue as técnicas de processamento do queijo colonial passadas de mãe para filha. A disponibilidade de duas vacas provocou um aumento na produção de leite, gerando um excedente de queijos. A escala de produção, ainda na cozinha doméstica, resume-se a cerca de 60kg/mês que são comercializados sob encomenda ou em redes informais de comercialização. Afinal “não é muito mais ajuda (...) dá pra pagar umas continhas” (AG04L, 2008). Ainda, segundo informantes-chave, atualmente a venda de queijos acontece sob encomendas e o tempo de espera por uma peça pode chegar a uma semana.

Além disso, o grupo familiar é responsável pelo gerenciamento de uma unidade de produção intensiva de suínos, de modo que alguns fatores como a estabilidade garantida pela carteira assinada, as relações de confiança e dependência que se estabelecem com o patrão, as necessidades de acompanhamento, o cuidado e o trato do plantel de suínos tomam praticamente todo tempo do casal. Por fim, a falta de boas terras que possam ser arrendadas para pastoreio do gado leiteiro são condições que contribuem para que o grupo familiar opte por manter seu ritmo de vida, deixando a produção artesanal de queijos como uma atividade complementar.

Para análise das agroindústrias de produtos de origem vegetal, estudou-se a AG01V que produz cachaça, açúcar mascavo e melado, e AG02V com produção artesanal de vinhos, cachaça e graspa¹²⁰.

Na produção de vinho e graspa não há nenhuma agroindústria legalizada¹²¹ no município. Segundo informantes-chave, isto se deve ao fato de que praticamente todas as famílias (de origem italiana) produzem vinho e, sendo as exigências legais para a produção de bebidas ainda um tanto restritivas, quando aplicadas, exigem mudanças na forma tradicional de processamento do produto.

Nesta situação, optou-se por estudar uma unidade de produção (AG02V) com tradição familiar na produção de vinho, cachaça e graspa. A história da propriedade familiar confunde-se com a história de vida de seu antigo dono (atualmente, o filho segue algumas atividades). História que relembra a agricultura colonial familiar: migrantes de Lajeado; na década de 1960, estabeleceram-se em Constantina, cultivando diferentes produtos que se destinavam ao consumo familiar e a eventual comercialização. Segundo seus relatos, nunca houve falta de dinheiro, pois, a cada necessidade, sempre havia algo para vender (porco, vaca, milho, feijão, uvas, vinho, cachaça, etc). Além disso, a vitivinicultura esteve presente na sua vida desde quando criança, oportunidade em que aprendeu com os pais a cuidar do parreiral e a produzir vinho, sucos, graspa e cachaça. Estes aspectos podem ser observados no seu entusiasmado relato:

Pra nós, lidar com parreira, com uva, com cachaça ou com graspa é que/nem contar um caso! Eu me criei nisso aí, eu desde piá trabalhava (...) Meu finado pai me deixou um parreiral grande, lá deixei o parreiral e vim pra cá, porque lá tinha mais moro e lá não se vivia com o parreiral, no caso, porque não tinha cantina¹²², nem hoje não tem aqui!

A produção artesanal na propriedade continua sendo realizada pelo filho. No entanto, da variedade de produtos que eram produzidos, beneficiados e/ou processados¹²³, ainda permanecem alguns equipamentos que vem sendo deteriorados pelo tempo, além do espaço de produção do vinho que ainda resiste, pois é componente essencial na dieta alimentar do grupo

¹²⁰ Conforme a Lei nº 7678/88, art. 20 – “Bagaceira ou grappa ou graspa é a bebida com teor alcoólico de 35% (trinta e cinco por cento) a 54% (cinquenta e quatro por cento) em volume, a 20°C (vinte graus Célsius), obtida a partir de destilados alcoólicos simples de bagaço de uva, com ou sem borras de vinhos, podendo ser retificada parcial ou seletivamente. É admitido o corte com álcool etílico potável da mesma origem para regular o conteúdo de congêneres”.

¹²¹ Entende-se “agroindústria estabelecida” como aquela dentro dos parâmetros exigidos pelo ambiente institucional.

¹²² No contexto da fala, entende-se “cantina” como um espaço próprio para produção de vinhos em grande escala, semelhante às indústrias vinícolas.

¹²³ Na oportunidade da pesquisa de campo, o depoente e seu filho apresentaram a estrutura da casa de farinha (produção de farinha de trigo e de milho, com pilão de pedra), o secador de arroz, a estrutura da produção de cachaça, entre outros. Todos estão desativados.

familiar. A estrutura para produção de cachaça foi desativada em função da dificuldade de comercialização do produto:

Ah, acho que a cachaça nós vamos parar, até esse ano fizemos. Ele [filho] parou e já atracou o pé de pato e arrancou tudo fora. Mas nós temos cachaça pra três ou quatro anos (...) diminui porque as indústrias, legalizadas, então, fazem mais (...) então eles estragam um pouco a venda, eles levam no comércio, eles botaram a marca, e de antes vinha tudo lá (na propriedade). Então nós tinha que se legalizar e botar marca na cachaça e levar onde não tem, não é muito longe que não tem cachaça, acho que ali em Palmeira já tem lugar que não tem. [tom de desânimo] E dá serviço pra fazer!¹²⁴ Precisa de mão de obra pra fazer.

As expressões corporais ora de ânimo, ora de desânimo, podem ser compreendidas na medida em que se entende a história de vida do depoente. Agricultor durante toda sua vida, se dedicou à atividade para garantir o sustento da família e, em especial, condições de estudo aos filhos. Talvez seu desejo fosse poder manter a diversidade de produção da propriedade como antigamente, mas a escassez de mão-de-obra (e também sua idade avançada) não permite este tipo de empreendimento. Desta forma, resta o consolo de manter alguns rituais tradicionais, como acompanhar o parreiral e o processo de produção do vinho e da graspa.

Cabe atentar para a importância que as atividades de processamento representaram na vida de muitas famílias rurais. De alguma ou de outra forma, garantiram o sustento dos grupos familiares e, em muitos casos, a aquisição de imóveis e a possibilidade de os filhos seguirem na carreira acadêmica. Poder-se-ia, de imediato, concluir: a produção e o processamento de produtos agropecuários já garantiu melhoria, manutenção e ampliação da qualidade de vida de muitos grupos familiares rurais. A esta reflexão, segue-se a questão: Estas atividades continuam exercendo tal importância? Quais são os condicionantes atuais para que ela garanta melhorias na qualidade de vida?

Na última safra de uva (2009), a família produziu 1,2 mil litros de vinho, 350 litros de graspa e vendeu 13 mil quilos de uva *in natura*. Enquanto isso, em 2008, foram produzidos cerca de 10 mil litros de cachaça e 400 quilos de açúcar mascavo.

A tradição na produção artesanal de cachaça também é característica do empreendimento AG01V. A origem da associação confunde-se com a tradição do trabalho coletivo, prática que era comum entre os vizinhos localizados ao entorno da atual agroindústria. De fato, a associação nasce na década de 1990, fruto das práticas de cultivo de

¹²⁴ A esposa complementou a fala relembrando das dificuldades e ressaltando como “era ruim” cortar e levar para casa e, no outro dia, levantar cedo (ainda escuro) no inverno para moer cana-de-açúcar e produzir cachaça.

lavouras coletivas (batatinha, arroz, milho de semente) e dos mutirões¹²⁵ para plantio e/ou colheita das lavouras particulares. A idéia de produzir cachaça cresce a partir da experiência de dois agricultores (irmãos) que mantinham um pequeno alambique fruto da herança paterna, como relata um dos anciãos,

Daí tinha meu irmão que tinha alambique e a gente via que a lavoura estava dando pouco, não tinha como (...) viver, só com a lavoura. Daí um ano “peguemo”, eu e meu irmão, junto e daí tinha a associação e cada ano fomos ampliando mais. Daí pedimos se a associação queria ficar junto, daí que caíram uns (...) e ficou só 17 porque uns não quiseram ficar junto na cachaça e foi indo até que depois (...) “botemo” o alambique e no primeiro ano já “plantemo” -cana n/e (...)

De acordo com os demais presentes¹²⁶, 1999 foi o primeiro ano de atividade e que produziram cerca de 05 mil litros de cachaça que foram vendidos em Constantina e a um representante comercial de Passo Fundo.

Atualmente a agroindústria conta com 18 hectares, sendo que o manejo da cana-de-açúcar é realizado no coletivo, enquanto que, para o corte, são utilizados empregados temporários (6 a 8). A organização do processamento da cana para a produção de cachaça e açúcar mascavo conta com a participação (obrigatória) de dois membros de cada família associada. Em 2008 foram produzidos cerca de 80 mil litros de cachaça, 15 mil de açúcar mascavo e 04 mil de melado. A produção para 2009 já está comprometida, tendo em vista as intempéries climáticas (seca no verão e fortes geadas no inverno).

Neste caso, mesmo sendo uma associação¹²⁷, percebe-se a importância do saber-fazer e da tradição cultural do entorno comunitário, reforçando determinados tipos de produtos, como relata um dos agricultores (mais idoso): “... esses anos eu fazia cachaça, finado pai tinha alambique e fazia só pro gasto, é pro consumo. Fazia melado, açúcar pra o consumo” (AG01.1, 2008). Outro agricultor complementa: “Aqui todo mundo, desde que me lembro, todo mundo sempre fazia para consumo e depois começaram a vender para fora (...) o pessoal pedia, todo mundo pedia, nós fazia uma cachaça de qualidade e foi aumentando (...) está mais ou menos, agora está bem!” (AG01.4, 2008)

A expressão “agora está bem” representa um pouco de alívio por ter uma infraestrutura já estabelecida e que garante a geração de renda às famílias associadas (em média dois salários mensais). De todas as dificuldades enfrentadas para a viabilização da

¹²⁵ Picolotto (2006, p. 148) também identificou o uso do trabalho coletivo na colheita de sementes de milho, em Constantina.

¹²⁶ Nesse caso, optou-se por reunir o grupo de associados para relatar a experiência e refletir sobre as mudanças.

¹²⁷ Geralmente quando trata-se de associações, o tipo de produto processado pode vir a ser um produto novo, baseado na disponibilidade de matéria-prima e de mercado e que não tem relação direta com o conhecimento inter-geracional e saber-fazer dos agricultores. Seria um exemplo da descentralização industrial, onde o grupo se apropria de uma técnica de processamento e disputa mercado convencional, usando-se de outros atributos para diferenciar seu produto.

agroindústria, algumas delas foram relatadas (relembadas) com entusiasmo, como o desafio de planejar, projetar e construir a unidade agroindustrial pelos próprios agricultores¹²⁸. As dificuldades se colocam como desafios que exigem novas idéias, articulação e inovações, visando superação. Soma-se a isso ainda um fator que vem influenciando significativamente na mudança da qualidade de vida dos grupos familiares: “Melhorou financeiramente, (risos) de primeiro estava ficando meio feio o negócio. Não dá tanto, mas dá pra viver um pouco melhor!” (AG01.3, 2008). Como afirma outro agricultor: “Para mim, trabalho menos agora, no caso tô aposentado também! (risos)” (AG01.4, 2008). Ainda, conforme o relato do jovem rural que voltou da cidade para trabalhar na agroindústria: “Eu só vim de lá (cidade) porque a renda que dá a agroindústria dá para viver bem aqui, porque cidade grande é complicado.” (AG01.5, 2008).

Em síntese, pode-se observar que a formação sócioespacial de Constantina contribuiu de forma significativa na construção da diversidade de atividades que resguardam a tradição do processamento artesanal de alimentos e bebidas. Dentre as atividades, há também uma significativa variedade nas formas de organização do processo de produção, na escala e fins de produção (renda, renda complementar ou consumo da família).

A seleção das unidades estudadas tentou abarcar um pouco desta diversidade, inclusive para se tentar compreender como a mudança na qualidade de vida é relatada/vivida. Em cada grupo, a seleção de casos diferentes demonstrou os pontos conflitantes, os limites e as potencialidades, além de demonstrar que, em geral, a garantia de reprodução da unidade de produção familiar passa pelo uso de diferentes estratégias, inclusive a informalidade¹²⁹.

Agroindústria	Matéria Prima	Produtos	Qdade 2008
AG01	Cana-de-açúcar	Cachaça	80 mil l
		Açúcar Mascavo	05 mil kg
		Melado	04 mil kg
AG02	Uva	Vinho	1,2 mil l
		Graspa	350 l
		Uva in natura	13 mil kg
	Cana-de-Açúcar	Cachaça	10 mil l

¹²⁸ Dentre os jovens presentes, um deles reforçou o fato de que nunca tinha trabalho com material de construção e que foi uma aventura.

¹²⁹ De alguma forma, pode-se perceber que a informalidade garante a reprodução de muitos grupos familiares, seja pela venda de produtos hortigranjeiros, de queijos, de vinho ou de outros produtos que a propriedade tenha à disposição. Outra questão importante é que esta informalidade geralmente está associada com o trabalho produtivo da mulher (em especial nas hortaliças e no queijo).

		Melado	400 kg
AG03	Leite	Queijos	1000kg
AG04	Leite	Queijo	60kg
AG05	Carne suína	Salame	4,5mil kg
		Banha	400 kg
		Costela	600 kg
		Toucinho	1mil kg
		Morcilha	400 kg
		Toresmo	180 kg
AG06	Carne suína	Salame	500 kg
		Linguicinha	60 kg
		Copa	35 kg

Quadro 06 – Atividades, matéria prima, produtos e quantidades, referentes ao ano 2008.

Fonte: Trabalho de Campo, 2008.

2. Os impactos sociais observados na escala da unidade de produção familiar

Nesta unidade, tem-se por objetivo apresentar os impactos diagnosticados na unidade de produção familiar e no grupo familiar, tendo em vista as mudanças que aconteceram em função do processo de agroindustrialização¹³⁰.

Os principais impactos observados foram a garantia de manutenção e de reprodução econômica e social da unidade de produção e do grupo familiar. Tanto no caso da produção artesanal (casos informais), como nas AFRs (casos formais)¹³¹, a geração de renda aparece como um impacto capaz de desencadear outros ou que, ao menos, faz a interação [inicial] entre as outras variáveis: renda – educação – saúde – aquisição de infra-estruturas (domésticas e para propriedade) e assim sucessivamente. Não há como negar a importância que o acréscimo na renda familiar¹³² promove na mudança (positiva) da qualidade de vida, em especial nas condições de vida do grupo familiar.

Portanto, a oportunidade de uma renda mensal foi um dos indicadores mais destacados quando o assunto refere-se às mudanças vividas em função da agroindústria familiar rural. Mesmo havendo outros impactos, a geração de renda destaca-se como uma das variáveis mais significativas e, também, a primeira a ser lembrada. Aliás, nos casos AG01V, AG03L, AG05S e AG06S a agroindústria deixou de ser uma atividade com caráter “complementar”, passou a assumir o status de “carro chefe”. Já quanto à força de trabalho “... ocupou mais e bota ocupar nisso (...) a gente trabalha 8 horas por dia, antes no inverno trabalhava em casa, mas não tinha muito serviço” (AG01V, 2008). Esses fatos contribuíram para a reorganização das atividades na UPA, como relata a liderança municipal:

Antes da agroindústria pessoal produzia basicamente soja e milho, alguns tinham gado leiteiro ou suínos. Houve diminuição da produção de leite em função dos trabalhos na agroindústria e hoje dá mais dinheiro na agroindústria (AG01V, 2008).

¹³⁰ Entende-se aqui como todos os arranjos necessários desde a construção da infra-estrutura para sediar o processamento de alimentos ou bebidas até a conquista de mercado.

¹³¹ Cabe reforçar que nas agroindústrias familiares visitadas, mesmo com o incremento de tecnologia e infra-estrutura específicas, os grupos familiares envolvidos conseguiram manter parte do caráter artesanal de seus produtos, representado, principalmente, pela manutenção da receita familiar, trabalho familiar e de alguns procedimentos de processamento.

¹³² Houve significativa dificuldade para estimar os valores ou então os percentuais de acréscimo na renda familiar. Houve casos onde os agricultores não se sentiram a vontade para falar sobre a questão da renda e, noutros, tiveram dificuldade para expressar em valores monetários o quanto houve de alteração. Em um dos casos, o grupo familiar sugeriu um acréscimo de 200% na renda da família.

Estas mudanças contribuíram tanto para o retorno de jovens ao espaço rural (caso da AG01V) como para a permanência de outros (caso da AG03L). Dentre as unidades visitadas, são 05 jovens envolvidos diretamente no processo de produção. Portanto, renda e trabalho são duas variáveis que estão associadas. Inclusive as observações a campo permitiram comprovar que em todas as agroindústrias houve contratação temporária, seja de terceiros oriundos do espaço urbano, seja de familiares e pessoas conhecidas da vizinhança, conforme mostra o Quadro 07.

Atividade	Unidade de Trabalho Humano – UTH			
	Antes		Depois	
	Familiar	Temporária	Familiar	Temporária
AG01V	2	-	14	6 a 8
AG02V	4	-	2	-
AG03L	2	-	4	-
AG04L	2	-	2	-
AG05S	2	-	8	1 a 2
AG06S	2	-	3	1 a 2
Total	14	0	33	8 a 12

Quadro 07 – Relação das UTH, antes e depois da atividade

No caso da produção artesanal, a geração de emprego não é tão significativa, uma vez que se observa uma maior ocupação da mão-de-obra familiar. Nesses casos, a geração de renda complementar acaba por incitar a auto-exploração da força de trabalho familiar, já que não substitui, mas complementa as outras atividades tradicionais¹³³. Além disso, esse perfil produtivo geralmente é sazonal¹³⁴ ou, como no caso dos derivados de queijo, exige trabalho adicional da figura feminina. Aliás, nesses casos, a renda gerada geralmente é destinada para aquisição de bens de consumo e outras utilidades que venham a satisfazer as necessidades do grupo familiar.

No caso em específico das agroindústrias, percebeu-se que a geração de renda provocou a diferenciação social na comunidade, afinal “tem uns invejosos! Tem um pessoal que achou que nós ganhamos tudo de graça (...) mas não sabem a conta que nós temos que pagar” (AG01V, 2008). Essa questão também foi levantada pelas lideranças locais:

¹³³ Isso não significa dizer que não ocorre noutros casos. No entanto, na produção artesanal, a própria falta de infra-estrutura adequada acaba por exigir maior tempo de trabalho/dedicação.

¹³⁴ Como a produção de vinho ou de cachaça: são duas atividades que ocorrem em determinadas épocas do ano e que, geralmente não comprometem o desenvolvimento daquelas outras que são as principais.

Às vezes até dá inveja entre os vizinhos! Bom, porque aquele que têm agroindústria é que se destaca, tem mais renda, tem uma qualidade de vida melhor, consegue trocar de carro, consegue reformar a sua casa (pintando, reformando) (...) quem se doou mais para a agroindústria é quem mais tá ganhando renda hoje.

Tem até casos que até serviu para afastar (...) é que uma ou duas famílias ficaram mais de lado, mas o mais importante é que desafia as outras pessoas a estar buscando novas alternativas (AD01V, 2008).

Portanto, muitas vezes, isso é um processo involuntário que tem reflexos positivos – quando estimula outros agricultores, ou negativos – quando provoca afastamento de algumas famílias. De qualquer forma, houve ampliação na participação social das famílias envolvidas com as agroindústrias. No caso AG01V, dois sócios, além do trabalho junto à agroindústria, também atuam como lideranças municipais no STR e na articulação dos agricultores na compra-venda para o Programa de Aquisição de Alimentos (Fome Zero). Noutro caso, o agricultor deixou de exercer cargo de liderança tendo em vista as diferentes concepções entorno do papel da COOPERAC, fato que parece ter gerado tanto um pouco de perda do prestígio quanto um sentimento de frustração. A articulação e a organização das agroindústrias, em forma de uma única entidade jurídica, incitaram alguns sentimentos de diferença, tanto entre agroindústrias como entre os produtores ligados a elas e os demais agricultores. Essa questão, porém, será discutida a seguir.

De forma geral, a diferenciação social parece ser inevitável, seja em seus impactos positivos, seja em seus impactos negativos. Cabe aqui um estudo mais detalhado a fim de compreender como isso pode convergir para estratégias que promovam o desenvolvimento das atividades e, em consequência, do município.

Em seguida, mas de forma articulada, aparecem outras variáveis. Na educação, os indicadores de “frequência de participação em cursos”; “visitas recebidas na propriedade” e “liderança política/articulação social” foram os mais representativos, comprovando a tese de que os agricultores envolvidos no processo de agroindustrialização tem forte tendência a destacar-se na comunidade, como já foi apontado pelos relatos.

A variável educação, na maioria dos casos, começou a sofrer as primeiras alterações (que nem sempre são percebidas pelos seus protagonistas), tendo em vista a participação em espaços de discussão, em visitas técnicas e em cursos voltados para a administração das unidades, atividades que geralmente ocorrem ainda antes da elaboração dos projetos agroindustriais e que também permitem aos agricultores ampliar seu leque de relações sociais. Além disso, os espaços permanentes de formação e qualificação contribuem para a constante participação dos agricultores, conforme suas demandas, como mostram os relatos:

Até eu fiz um curso, são bons! Eu gostei muito. (...) lá em Casca¹³⁵ ficamos oito dias, até o diploma ganhei lá! “De nova” a gente não teve oportunidade de estudar, depois de velha eu consegui fazer curso¹³⁶ (AG05.2S, 2008).

Depois que nós começamos a agroindústria o que apareceu de curso, se fosse fazer tudo, não estaria aqui (...) (AG01.2V, 2008)

Enquanto que a participação em atividades extra-unidade de produção é relatada com entusiasmo e, principalmente, reconhecida como possibilidade de um espaço importante para adquirir novos conhecimentos, isso não ocorre naquelas UPAs que mantêm sua lógica de produção artesanal de alimentos. O produtor artesanal, enquanto mantém sua lógica de produção, com pequena escala e esporádica, não é considerado pelas políticas públicas, a não ser como um sujeito oculto que pode comprometer a saúde pública¹³⁷.

As variáveis que apresentaram maior dificuldade para detectar a mudança¹³⁸ foram saúde, comunicação e energia. Em geral, os entrevistados destacaram que houve melhorias nas condições de trabalho graças à aquisição de equipamentos tecnológicos (seja na AFR ou na lavoura) e, por isso, supostamente trabalham menos: o “serviço” melhorou “... 100% porque estamos na sombra” (AG06S) ou noutro caso “...dava muito mais serviço eles fazer o queijo lá na pia e no fogão do que na agroindústria” (AG03L). Os acréscimos na renda proporcionaram alguma facilidade no acesso a serviços de saúde (principalmente em caso de emergências), além de sentimentos positivos e boas perspectivas quanto ao futuro, verificados através das estimativas de reformas na agroindústria e aumento da produção.

A (variável) comunicação também não sofreu grandes alterações, exceto aquelas vinculadas à educação (ampliação das relações sociais). Um fato que contribui neste sentido é a fluidez com que as tecnologias de comunicação tem chegado ao espaço rural, como é o caso do telefone celular e da internet¹³⁹.

No caso da energia (elétrica), também não foram observadas mudanças em função da AFR. Isso se deve, em parte, aos programas que vem sendo desenvolvidos no município

¹³⁵ Município do Estado do Rio Grande do Sul.

¹³⁶ Depoimento entusiasmado de idosa que participa do processo de produção.

¹³⁷ Como já foi destacado, não seria momento oportuno reconhecer as redes informais de comercialização como fundamentais para garantir a reprodução dos grupos familiares e, assim, possibilitar um processo de qualificação da produção artesanal? Uma qualificação que se proponha, inclusive, a reconhecer seu caráter artesanal e preocupe-se em mantê-lo. Para tal, poder-se-ia utilizar estratégias como a validação social dos produtos.

¹³⁸ Nestas variáveis, geralmente, as mudanças tendem a ocorrer progressivamente, em longo espaço de tempo, fato que dificulta a sua percepção pelos sujeitos envolvidos no processo.

¹³⁹ No entanto, no universo de estudo, as AFRs não tiveram significativa participação nestes casos. Geralmente são questões ligadas a processo externos (ações da prefeitura municipal e empresas privadas).

numa parceria entre o STR e a Cresol, como o Programa Luz para Todos¹⁴⁰, que permitiu a realização de reparos e a instalação de redes de transmissão no município.

Fato semelhante foi observado na variável habitação: grande parte das moradias rurais foi reformada através do Programa Habitação Rural. Mesmo assim, nesta última variável, as AFRs tiveram uma singela participação, já que o Programa exige uma parcela de contrapartida por parte dos beneficiados – contra-partida esta que só se tornou viável em função da renda proveniente da agroindústria. Novamente, a questão da geração de renda acaba aparecendo como um elemento propulsor de melhorias nas infra-estruturas da UPA e no grupo familiar:

Reformas, acho que todos fizeram. Um pouco foi ajuda da Cresol também, mas tem que dar contrapartida (...) todo mundo reformou! (AG01V, 2008)

Foi melhorada a casa, ih! Foi concluída estrebaria nova, foi feita garagem, comprado ordenha, ate casei (risos) (AG03L, 2008).

Ajudo, com certeza, reformas da casa, pintura (...) (AG06S, 2008)

Por fim, na variável lazer também foram observadas mudanças significativas, mas poucas estão vinculadas a AFR. Dentre as colocações, a progressiva diminuição da população rural inviabilizou algumas atividades que antes eram tradicionais, como os times de futebol de campo. De qualquer forma, “cada um tem um lazer (risos), tem gente que vai pescar, caçar, outros vão jogar bola...” (AG01V, 2008).

Da mesma forma que a geração de trabalho e renda aparece muito próxima, as variáveis autonomia e acesso a recursos também apresentaram o mesmo comportamento: ao passo que a agroindústria passa do nível de atividade complementar para atividade principal da propriedade, observa-se uma autonomia da propriedade e uma busca por novos recursos, a fim de implementar melhorias tecnológicas. No entanto, da mesma forma, essa progressiva autonomia é relativa, uma vez que passa a depender de matéria-prima e das condições de mercado. No entanto, foi unânime a preocupação com investimentos que não comprometessem a capacidade de pagamento da propriedade rural.

Ainda na variável “acesso a recursos”, com a participação na cooperativa (COOPERAC), as agroindústrias tem possibilidade de participação em feiras/exposições.

Em contraponto as tradicionais discussões de gênero que colocam em questão o trabalho da mulher no espaço rural, observou-se, nas unidades visitadas, que a divisão de

¹⁴⁰ O Governo Federal iniciou em 2004 o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos” com o objetivo de levar energia elétrica para a população do meio rural. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas. A ligação da energia elétrica até os domicílios é gratuita (MME, 2009).

trabalho oportuniza espaço a todos e deixa às mulheres aquelas atividades que exigem menor força braçal. Nas agroindústrias, as mulheres estão inseridas no processo de produção: no caso dos embutidos de suínos e derivados de leite, elas trabalham lado a lado, exercendo mesmas funções que os homens; no caso do processamento de cana-de-açúcar, às mulheres cabe acompanhar as caldeiras durante o processo de produção do açúcar mascavo e, depois, ficar responsáveis por embalar e rotular os produtos. Já no caso da produção artesanal, no caso AG04, cabe à mulher a ordenha e a produção dos queijos, enquanto que, no caso AG02, o trabalho era realizado em conjunto pelo grupo familiar.

A participação dos jovens também sofreu alterações, já que 03 jovens voltaram para atuar junto das agroindústrias e, noutro caso, um jovem casal permaneceu na propriedade. Ao falar das mudanças, um dos jovens destacou “Bom, eu, se não tivesse a agroindústria, tinha ido trabalhar para fora!” (AG01.5V, 2008). Enquanto isso, a participação dos idosos esteve presente em 04 das seis unidades visitadas. Em geral, eles participam das atividades de processamento, quando não as coordenam, como é o caso da AG03L¹⁴¹. No caso dos embutidos, a idosa relembra da produção artesanal de salame colonial, antes de estruturar a agroindústria:

Nós fazíamos ali, no porão, tudo aberto, nós tinha um porão bom! Daí carneava lá em baixo (...) trazia para dentro e fazia. Depois veio o matador daí nos compramos lá (...) nós compramos o porco vivo, levamos lá no abatedor daí eles trazem a carne em casa (AG05.2S, 2008).

A variável gênero demonstrou através dos indicadores a plena inserção de todo grupo familiar nos processos de produção, seja de jovens ou de idosos, seja na produção da matéria-prima, processamento ou comercialização. A união do grupo familiar em torno da atividade coloca-se como um impacto social significativo. Infelizmente, o método de trabalho de campo não permitiu aprofundar essa questão, a fim de verificar se há sobrecarga de trabalho e/ou sentimento de desvalorização ou super-exploração.

Tal situação também motivou a variável grupo familiar, onde todas as unidades destacaram a importância da AFR como promotora ou incentivadora da união do grupo familiar. Este fato foi observado inclusive na experiência da associação: “Melhorou trabalho em equipe, está mais unido, antes cada um pensava por si” (AG01.2V, 2008).

Na variável segurança alimentar não se pode observar, diretamente, mudanças. Como foi possível diagnosticar nos casos visitados, que as atividades não tomam todo tempo das

¹⁴¹ Alias a inspiração para o nome fantasia da agroindústria veio pelo nome da “mãe”, que fazia os queijos de forma artesanal na cozinha doméstica e tinha um sonho, compartilhado com o esposo, de montar algum empreendimento.

famílias e ainda incrementam a renda familiar, não haveria motivos para diminuir a diversidade de alimentos produzidos (na horta) ou então para a aquisição dos mesmos. No entanto, esta é uma questão que ficará aberta para futuras pesquisas.

Por fim, cabem algumas considerações sobre o conjunto de variáveis e indicadores. Através da correlação entre elas, observou-se que as variáveis eleitas atenderam à expectativa de abarcar os principais elementos que sofrem mudanças com o processo de consolidação da agroindústria. Enquanto isso, nem todos os indicadores corresponderam à realidade ou puderam ser levantados em campo. Especialmente aqueles com sentido mais subjetivo e/ou pessoal ou então que se referiam a questões monetárias das propriedades foram difíceis de diagnosticar. Algumas hipóteses levantadas sobre impactos positivos e negativos não foram observadas nos casos analisados. Em muitos desses casos, são questões que adentram ao universo pessoal ou psíquico dos indivíduos, como, por exemplo: na variável educação tinha-se por hipótese um efeito negativo que seria a formação de um saber egoísta e autoritário ou então de fobia social. Ambas não foram observadas em campo. Isso não significa que elas não aconteçam (ou, ao menos, que não tenham existido,) muito pelo contrário, as pessoas podem não “sentirem-se à vontade” para falar sobre isso e, da mesma forma, os agentes locais podem até perceber, mas dificilmente haveria possibilidade de atuar nessas situações. Para diagnosticar esses casos mais específicos, mas de fundamental importância na avaliação de impacto social, seria necessário um exercício de vivência em campo acompanhando a rotina das famílias por alguns dias.

De qualquer forma, as variáveis que apresentaram mudanças mais significativas foram: trabalho, renda, educação, diferenciação social, gênero, consumo, grupo familiar e acesso a recursos. Depois teriam outras, como saúde, habitação, tempo e autonomia. As que sofreram menor alteração, em função da agroindústria, seriam energia, transporte, comunicação. A variável segurança alimentar não pode ser observada a campo, tendo em vista o método de trabalho utilizado (de visita às unidades/famílias). Para detectar mudanças na variável segurança alimentar, seria ideal vivenciar a rotina familiar por alguns dias e, desse modo, construir uma relação mais próxima com o ambiente doméstico e com o próprio ritmo/estilo de vida da família. Aliás, nessa linha, poder-se-ia facilitar o processo de observação e compreensão dos impactos sociais no grupo familiar, questão que ficará em aberto para futuras pesquisas.

Além disso, sugere-se a inclusão da variável “tempo de trabalho” e que a mesma considere também a penosidade das atividades produtivas internas (UPA), usando-se, para tanto, o indicador “distribuição do tempo de trabalho” disponível. Diferentes estudos apontam

para a necessidade da (re)organização da divisão do trabalho na UPA com o início da atividade de processamento (SANTOS, 2006; WESZ Jr. 2006; SULZBACHER, 2007). Seguindo a lógica econômica, dedica-se mais tempo àquelas atividades que tem maior capacidade de gerar renda, de forma que isso provoca, paulatinamente, o abandono de outras atividades em função do uso intensivo da força de trabalho em uma só. Além disso, nesta variável, cabe refletir sobre o tempo dedicado a cada atividade de acordo com o gênero e a faixa etária. Das correlações entre as variáveis analisadas, pode-se observar a inserção dos jovens e das mulheres em cada atividade. Outra variável que pode ser importante é o “consumo”, pois permite indicar as alterações no acesso e frequência em que a família passa a adquirir bens de consumo, sejam estes duráveis (móveis e imóveis) como não-duráveis (supermercados, roupas, etc).

Por fim, o Quadro 08 apresenta a re-elaboração da proposta inicial de avaliação de impacto social. As observações em campo permitiram refutar ou incluir tanto variáveis quanto indicadores, e também hipóteses. Portanto, o Quadro apresenta uma nova relação de variáveis, indicadores e hipóteses com a legenda OK (para aqueles que foram observados em campo) e NO (para aqueles não observados). Quanto aos impactos não observados (NO), há duas situações: ou eles, de fato, não foram observados; ou então fazem parte de um conjunto de hipóteses que são consequência de questões elaboradas após a realização do trabalho de campo e que, portanto, não puderam ser observadas nas visitas que já tinham sido realizadas.

Variáveis	Indicadores	Hipóteses dos possíveis impactos	
		Positivos	Negativos
Emprego Trabalho	- emprego formal e informal - horas de trabalho dos empregados - horas de trabalho dos membros da família - frequência de troca de serviço - <u>condições de trabalho</u>	Aumento de horas de trabalho - OK Contratação de funcionários - OK Parcerias com vizinhos para suprir demanda - OK	<u>Aumento da auto-exploração da força de trabalho familiar</u> - OK Êxodo rural - NO
Renda	- renda familiar - aquisição de equipamentos - dívidas	Aumento na renda líquida - NO <u>Acréscimos na renda</u> - OK <u>Investimentos na propriedade</u> - OK <u>Recursos para grupo familiar</u> - OK	Diminuição da renda líquida - NO Acréscimo no capital devedor - OK Perda de bens - NO <u>Diferenciação social</u> - OK
Saúde	frequência de doenças, viroses, etc insônia - <u>acesso a serviços de saúde</u> - <u>saúde física</u> - <u>saúde mental</u> - <u>bem-estar subjetivo</u>	Cursos de Qualificação podem melhorar alimentação/dieta da família – saúde alimentar - NO Menor utilização de insumos químicos - NO <u>Melhoria da saúde física (alimentação)</u> - OK <u>Melhoria da saúde mental (auto-estima)</u> - OK <u>Sentimentos positivos e boas perspectivas</u> - OK	<u>Aumento na incidência de doenças ou nos efeitos subjetivos (cansaço, insônia, etc)</u> <u>Aumento na carga de trabalho físico</u> - OK <u>Perdas na saúde física (diminui diversificação da alimentação)</u> - NO <u>Descontentamento e Frustração</u> - NO
Educação	- participação em cursos de formação ministrou cursos de formação? - <u>participação em feiras/exposições</u> - <u>participação em viagens técnicas</u> - liderança política e/ou de articulação social - visitas recebidas na propriedade	Ampliação dos laços de relações sociais - OK <u>Melhoria saúde mental e de bem-estar subjetivo</u> - NO <u>Ampliação do conhecimento</u> - OK <u>Invenção e/ou adequação de técnicas</u> - OK	Fobia social - NO Saber egoísta e autoritário - NO Sentimento de “invasão da privacidade, tranquilidade” - NO
Energia	- fontes de energia utilizadas energia alternativa	Invenção ou utilização de fontes alternativas. Reutilização dos resíduos - NO	Aumento na dependência por energia elétrica e fóssil - OK
Transporte	- vias de acesso - meios de locomoção	Melhorias nas vias de acesso - OK Aquisição ou reforma dos veículos de locomoção - OK Parcerias para transporte de produtos - OK <u>Novas redes/rotas de fluxos</u> - OK	Mais custos - OK <u>Endividamento</u> - NO <u>Localização da unidade como empecilho para prosperar</u> - NO <u>Perda de qualidade</u> - NO <u>Frustração e descontentamento</u> - NO
Comunicação	- meios de comunicação	Aquisição de equipamentos - OK Estratégias de marketing - OK Aumento no acesso a informação - OK <u>Expansão da rede de relações sociais</u> - OK	<u>Perda do dialeto</u> - NO <u>Ruptura na rede de relações sociais comunitárias</u> - NO
Habitação	- moradia do grupo familiar equipamentos domésticos	Reformas, aquisição ou reparos - OK	<u>Moradia não é prioridade de investimentos na UPA</u> - NO
Lazer	- atividades desenvolvidas	Manutenção das atividades de lazer - NO Ampliação do tipo e/ou frequência - NO <u>Possibilidade de acesso a novas atividades</u> - OK	<u>Drástica redução na participação</u> - NO <u>Dificuldade de participação em novas</u> - NO
Diferenciação social	participação nos espaços públicos - participação social - participação na comunidade	<u>Mudanças qualitativas na UPA que podem promover incentivo para articulação com outras UPAs (produção de matéria-prima, outras AFRs)</u> - NO Manutenção ou ampliação da participação social - OK <u>Manutenção ou ampliação da participação em atividades comunitárias</u> - NO <u>Membros da UPA passam a exercer cargos de liderança</u> - OK	<u>Mudanças qualitativas na propriedade que podem incentivar a um afastamento intencional da UPA para com a comunidade</u> - NO <u>Redução na participação social</u> - NO <u>Redução na participação das atividades comunitárias</u> - NO <u>Deixa de exercer cargos de liderança</u> - OK <u>Sentimento de frustração</u> - NO <u>Perda de prestígio</u> - OK
Autonomia	- recursos financeiros disponíveis para UPA e para AFR	Geração de renda que garanta capital de giro para tocar todas as atividades - OK Aumento na renda - OK Aumento nos investimentos - OK Facilidades de acesso a financiamentos - NO	Falta - NO <u>Dependência demasiada de recursos externos, como os financiamentos</u> - NO <u>Endividamento</u> - NO <u>Dificuldades com capital de giro</u> - NO
Acesso a recursos	facilidades ou dificuldades para acessar recursos públicos e/ou privados acesso a informações - <u>assistência técnica</u> - <u>participação em feiras/exposições</u> - <u>financiamentos</u>	<u>Articulação com outros atores/entidades sociais</u> - OK <u>Aumento das relações sociais</u> - OK <u>Aumento da saúde mental</u> - OK	<u>Diferenciação social</u> - OK <u>Endividamento</u> - NO <u>Perda de crédito/prestígio</u> - NO
Tempo	- distribuição do tempo de trabalho	Manutenção da divisão do tempo de trabalho entre as atividades da UPA - NO Aumento da força de trabalho - OK Melhor distribuição do tempo de trabalho - NO	<u>Dedicação exclusiva</u> - NO <u>Falta de tempo para atividades de subsistência</u> - NO <u>Falta de tempo para lazer, etc.</u> - OK
Gênero	- divisão de trabalho na UPA e na AFR	Divisão equitativa de tarefas - NO Inversão de tarefas - OK <u>Melhorias na saúde mental e bem-estar subjetivo</u> - NO <u>Emancipação política</u> - OK <u>Participação/inclusão dos jovens e idosos nas atividades</u> - OK	<u>Sobrecarga de trabalho</u> - NO <u>Inversão de tarefas</u> - NO <u>Sentimento de desvalorização e super-exploração</u> - NO <u>Evasão da UPA de jovens e idosos</u> - NO
Consumo	- aquisição de bens de consumo	Aumento na facilidade de acesso - OK Aumento na frequência de aquisição - OK	<u>Restrição ao acesso e a aquisição</u> - NO <u>Falta de capital</u> - NO
Grupo familiar	união ou desunião da família? dificuldades de relacionamento? divisão do trabalho - relação familiar - participação de parentes no processo - resgate de saber-fazer familiar	<u>Promoveu união do grupo familiar</u> - OK <u>Aumento na inserção/aproximação de familiares</u> - OK <u>Resgate de receitas e técnicas de produção</u> - OK <u>Re-elaboração de produtos ligados a tradição familiar</u> - OK	<u>Desunião</u> - NO <u>Confronto e conflitos de idéias</u> - OK <u>Exploração da família de forma mal-intencionada</u> - NO
Segurança Alimentar	consumo de bens duráveis e não-duráveis variabilidade dos alimentos e acesso - <u>nutrição da família</u> - <u>variabilidade dos alimentos produzidos</u> - <u>acesso a alimentos</u>	<u>Aquisição de bens para desfrute da família, produção de outros alimentos</u> - OK/NO <u>Manutenção e incentivo para produção de alimentos da subsistência</u> - OK <u>Melhoria na diversidade de alimentos da dieta familiar</u> - NO <u>Melhoria da situação nutricional da família</u> - NO <u>Melhoria no saber-fazer voltado para elaboração e preparo dos alimentos</u> - OK	<u>Falta de tempo para produzir outros alimentos</u> - NO <u>Aumento da dependência da aquisição de alimentos</u> - NO <u>Supressão da horta doméstica</u> - NO <u>Supressão da dedicação na elaboração e preparo dos alimentos</u> - NO

Quadro 08 – Correlação das variáveis e indicadores dos impactos sociais observados na UPA

Obs.: Legenda: OK (hipóteses observadas a campo); NO (hipóteses que não foram possíveis de observar a campo). Taxado – foram excluídas, em relação à proposta inicial. Sublinhadas – foram incluídas.

3. Os impactos sociais observados na escala do entorno comunitário

Averiguar os possíveis impactos sociais, positivos e/ou negativos, no entorno comunitário, tornou-se uma tarefa complexa em função de dois fatores principais: das características do processo de agroindustrialização em Constantina e da seleção dos informantes-chave. A primeira questão refere-se ao fato de que as agroindústrias cresceram no município a partir do incentivo, do apoio e da pressão das entidades locais preocupadas com a questão da agricultura familiar. Portanto, as agroindústrias nascem a partir da articulação destas entidades com os agricultores, em espaços de discussão, formação e qualificação. Desta forma, elas, por si só, já podem ser consideradas como um impacto social positivo de uma estratégia política municipal¹⁴² de promoção do desenvolvimento rural, pois é difícil separar as ações municipais e aquelas que foram promovidas pela agroindústria, como, por exemplo, o processo de incentivo à diversificação da matriz produtiva do município que foi articulado a partir da década de 1990 e que resultou, também, num apoio à agroindustrialização dos produtos da agricultura familiar.

Outra dificuldade foi a seleção de informantes-chave qualificados que pudessem expor, da forma mais objetiva possível, os impactos sociais decorrentes da emergência de agroindústrias no espaço rural. Os impactos sociais são sentidos, mas quando se trata de enumerá-los ou descrevê-los, os informantes (e também as famílias) encontram significativa dificuldade¹⁴³. Portanto, para diagnosticar os impactos sociais no entorno comunitário, tomou-se por base os depoimentos dos agentes de desenvolvimento¹⁴⁴.

Na variável segurança alimentar, compreendendo-a principalmente, como a ampliação e melhoria na oferta de alimentos no contexto local e regional, observou-se significativo impacto com a consolidação das agroindústrias. Apesar da supressão da feira do produtor e das perspectivas de reabri-la no futuro, o Quiosque da Agricultura Familiar conseguiu incorporar tanto os produtos das agroindústrias, quanto os dos demais agricultores familiares, inclusive com acréscimo no número de famílias que entregam produtos. Portanto, apesar de o ponto de venda ainda estar em processo de consolidação e construção do seu espaço (e

¹⁴² Política municipal entendida aqui em seu sentido mais amplo de articulação das entidades e atores locais em prol de ações de desenvolvimento do município.

¹⁴³ Isso ficou evidente em considerável parte das entrevistas, em especial quando indagados sobre “quais as mudanças na qualidade de vida das famílias ou pessoas da comunidade/município”? Muitos permaneceram calados e pensativos por alguns segundos, e iniciavam a fala com expressões ‘bah, que vou te dizer’; ‘pois é, mudou muita coisa’; ‘claro que melhorou’, dentre outras.

¹⁴⁴ Participaram de entrevistas semi-estruturadas abertas e individuais os representantes das seguintes entidades: Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Coopac.

identidade), ele já representa um estágio de qualificação das estratégias de comercialização para os produtos da agricultura familiar.

Nessa questão, também está contemplada a diversidade dos produtos. Além da função que o Quiosque vem assumindo, as redes convencionais de comercialização também destacaram que houve um significativo acréscimo na quantidade e variedade dos produtos que passaram a ser oferecidos e comercializados. Um dos exemplos refere-se aos embutidos de suínos e derivados de leite que até então eram adquiridos fora do município, nas indústrias alimentares da rede Perdigão e Sadia. Com a entrada das agroindústrias, a saída desses produtos das prateleiras do mercado reduziu-se pela metade. Os dois estabelecimentos comerciais (de maior porte) visitados vendem juntos, cerca de 450 kg de salame colonial e 300 kg de queijo por mês. Os produtos adquiridos das agroindústrias, além do salame e do queijo, são: melado, vinho, torresmo, copa, costelinha defumada, lombo, cachaça, açúcar mascavo e panificados em geral¹⁴⁵. Esse aumento na diversidade de produtos também foi destacado pelos atores locais:

É, o consumo foi bem maior. Porque, até então tinha o quê? Tinha umas famílias que produziam e vendiam, mas era “lá de vez em quando” e agora, mesmo com todas as agroindústrias, praticamente se coloca todo produto bem dizer, aqui em Constantina... (AD01, 2008).

Se, por um lado, as diferentes estratégias utilizadas para a comercialização dos produtos favorecem o consumidor, pois garantem diferentes formas de acesso aos produtos, por outro lado, inibem a venda em outros pontos, como é o caso do próprio Quiosque: “A gente tem uma contradição muito grande: as agroindústrias vendem de casa em casa e ao mesmo tempo o Quiosque tem que vender” (AG03, 2009).

De qualquer forma, o acesso aos produtos propicia o consumo. Inegavelmente, houve um significativo impacto social na segurança alimentar da população de Constantina, principalmente pela oportunidade (inérita) de consumir produtos oriundos da agricultura familiar do município, os quais mantêm um vínculo cultural com a história de seu povo.

(...) depois das agroindústrias nosso povo começou a consumir muito mais, por exemplo, antes consumia uma peça de queijo por mês e agora passou a consumir umas três! (...) e não porque baixou o preço (AD02, 2008).

Gente melhorou muito, muito a mesa dos nossos agricultores e na cidade também! Gente, hoje você vai em todas as casas, todas as propriedades, duvido a casa que você chegue que não tem produto das agroindústrias, não existe! E, assim, melhorou, melhorou a alimentação das pessoas... (AD02, 2008).

¹⁴⁵ Os hortigranjeiros são adquiridos de outros agricultores.

Essa idéia se difunde, afinal o exemplo das agroindústrias e o estímulo por parte das entidades e lideranças municipais tem incentivado um processo de reconversão produtiva nas unidades de produção familiar, com estratégias voltadas principalmente para o retorno de práticas da produção de subsistência, como destaca um dos agentes de desenvolvimento:

Hoje é muito difícil você passar na casa de um agricultor que não tenha uma porquinha, que não tenha produção de leite (...) de subsistência. Então, de certa maneira, deixou de ser comprado na cidade, começou a se comprar outras coisas! (AD01, 2008).

Além destas, outras mudanças foram destacadas pelos informantes-chave. A variável mobilização social sofreu alterações a partir da melhoria na organização social dos agricultores e, também, a partir de uma constante qualificação das infra-estruturas no espaço rural. A agroindústria não teve um papel central nesse processo, mas vem contribuindo, nem que seja na redução do tempo disponível para atividades coletivas:

A qualidade na comunidade melhorou, mas a organização, tipo tempo que você se dedicava à comunidade começa a reduzir e isso é um ponto negativo. O tempo que você tinha também, das pessoas estar se visitando começa a ficar cada vez mais curto (...) isso é um impacto negativo (AD01, 2008).

O fato de “não ter tempo para se dedicar à comunidade” pode estar associado a vários fatores. Aqui, poder-se-ia citar o esvaziamento populacional de jovens e a sobrecarga de trabalho com diferentes atividades. A falta de mão-de-obra nas unidades de produção para dar conta do arsenal de atividades e a falta da vitalidade juvenil para promover eventos e atividades nos finais de semana são dois fatores que tem, cada vez mais, deixado as comunidades rurais “vazias” de atividades sociais.

Por outro lado, as agroindústrias contribuíram para a articulação política dos sujeitos, sendo que a criação da cooperativa é um exemplo claro disso, sem falar que alguns membros desempenham funções organizativas de programas sociais e representação política, como é o caso de três agricultores que tem agroindústrias e também desempenham papéis políticos no município.

Portanto, isso também é um fato que contribui para a diferenciação social. Se, por um lado, contribuiu para a articulação das famílias rurais à dinâmica municipal, especialmente na dimensão política, por outro lado, gera sentimentos de diferença dos outros para com o grupo familiar que passa a se destacar. Esses diferentes comportamentos, de apoio ou evasão, são percebidos pelos sujeitos envolvidos, sendo colocados também nos depoimentos:

A questão de auto-estima, eu acho que se tu falar com uma família que tem agroindústria, ela se sente bem mais importante do que outra que não tem,

até dentro da comunidade as pessoas já vêm a agroindústria como uma coisa que está fortalecendo mais aquela família (AD01, 2008).

Esta progressiva diferenciação social é difícil de ser diagnosticada. Em geral as famílias não costumam comentar sobre aspectos comparativos entre as propriedades e, muito menos, acerca das divergências presentes na comunidade e as motivações destas. Mas, em alguns momentos pode-se perceber que, de fato, os resultados obtidos a partir da agroindústria acabam por estimular sentimentos de diferença ou de afastamento que, em alguns casos, podem vir a contribuir para outras iniciativas empreendedoras:

Outra questão então é com as agroindústrias se desafiando (...): Bom, eu sou vizinho daquela agroindústria lá, eu também quero ter uma vida melhor! Então primeiro tem que buscar alternativa, tem muita gente que se desafiou no leite, na fruticultura, tem gente que está com 04 ou 05 hectares de laranja que hoje está ganhando dinheiro que/nem água e que quase passavam fome (...)! Hoje eles têm carro bom, tem qualidade de vida bem melhor (AD01, 2008).

Tanto a questão da agroindústria ou quando alguém começa a se despontar no município, tem que olhar com bons olhos... serve para desafiar as outras pessoas... (AD01, 2008)

As questões até então colocadas também refletem as mudanças observadas na variável interação sócioespacial, através do progressivo incremento na circulação de mercadorias (produtos), pessoas e capital. A criação de novas redes de comercialização, seja através da entrega dos produtos nas redes convencionais, no quiosque ou mesmo a domicílio, gera ou até recria fluxos de pessoas e produtos. Uma estratégia importante nesse sentido foi o incentivo da Prefeitura Municipal para que a população urbana conhecesse os estabelecimentos das agroindústrias¹⁴⁶, fato que, segundo relatos, contribuiu para que as pessoas passassem a consumir mais, tendo em vista que conheciam o ambiente em que os produtos eram/são produzidos. Portanto, o fluxo de pessoas também se alterou no espaço rural, seja dos próprios munícipes que vão conhecer e/ou buscar produtos nas agroindústrias, seja através das visitas de público externo.

A ampliação na produção de alimentos no espaço rural e, em muitos casos, na venda do excedente (como é o caso da produção artesanal) promove uma dinâmica de fluxos que move a economia local, em especial aquela que ocorre nos espaços informais.

Um dos exemplos mais representativos no município é a retomada da produção de suínos, tipo colonial, como explica a liderança “o suíno não tinha mais para quem vender, hoje tu tem, tu vende” (AD01, 2008). Isso amplia as possibilidades de geração de renda

¹⁴⁶ De acordo com relato de informante, quando da inauguração de alguma agroindústria, a Prefeitura Municipal disponibilizava transporte gratuito para que a população urbana fosse conhecer o empreendimento.

complementar para as unidades de produção familiar e, progressivamente, tem se transformado na base de reprodução dos grupos familiares. São economias¹⁴⁷ que circulam e que contribuem para a sobrevivência e melhorias nas condições de vida da população.

No âmbito das instituições financeiras houve algumas alterações que, apesar de pontuais, como a criação da unidade local da CRESOL, foram de fundamental importância para que o processo de agroindustrialização avançasse no município. Da mesma forma, na variável sociedade civil organizada, os impactos foram sentidos a partir da criação de entidades, como a COOPERAC, o Quiosque e a própria unidade da Cresol.

A administração pública, em Constantina, dedicou grandes esforços visando estimular e consolidar os processos de agroindustrialização. As ações, que já foram colocadas, referiram-se tanto à concessão de móveis e imóveis, quanto ao apoio de atividades, qualificação do sistema de inspeção, autorização para que o município licencie atividades de baixo impacto ambiental, etc., que, de forma direta ou indireta, estiveram vinculadas à emergência das agroindústrias e, portanto, à demanda pela prestação de novos serviços (como é o caso do SIM).

A proposta de avaliação de impacto social para o entorno comunitário, apesar de genérica, abarcou uma variedade de situações que igualmente foram observadas a campo. As questões relativas às mudanças no âmbito do conjunto de indicadores e as hipóteses levantadas atentaram para a realidade do município. Reitera-se aqui, também, que o fato de haverem indicadores ou, principalmente, hipóteses que não puderam ser observadas, não significa de que as mesmas não tenham relevância na escala em análise.

As variáveis que se destacaram, nesta escala, foram: segurança alimentar, mobilização social, diferenciação social, interação socioespacial e administração pública. Depois, segue-se sociedade civil organizada e, por fim, instituições financeiras.

¹⁴⁷ A pesquisa não tinha por objetivo fazer um levantamento econômico destes valores. Mas, em estudos futuros, seria interessante compreender as redes e os valores monetários que são mobilizados nestas estratégias de reprodução familiar.

Variáveis	Indicadores	Hipóteses dos possíveis impactos	
		Positivos	Negativos
Segurança Alimentar	<ul style="list-style-type: none"> - circulação dos produtos - pontos de comercialização - produtos oferecidos e frequência - acesso aos produtos pelos consumidores - pontos de oferta - diversidade de produtos oferecidos 	<ul style="list-style-type: none"> <u>Novas redes ou pontos de venda</u> - OK <u>Aumento postos de comercialização ou qualificação dos existentes</u> - OK <u>Aumento da diversidade dos produtos</u> - OK <u>Facilitação do acesso aos produtos (diferentes canais de comercialização)</u> - OK 	<ul style="list-style-type: none"> <u>Supressão de postos de comercialização, sem a substituição ou a qualificação daquele que permanece</u> - NO <u>Especialização produtiva em 2 ou 3 produtos</u> - NO
Mobilização Social	<ul style="list-style-type: none"> - infra-estrutura comunitária - articulação política - <u>atividades coletivas</u> 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento na capacidade de auto-organização da comunidade - NO <u>Manutenção/Melhorias na infra-estrutura comunitária</u> - OK <u>Melhoria na articulação política dos sujeitos</u> - OK <u>Manutenção/Melhoria das atividades coletivas</u> - NO <u>Supressão de conflitos/divisões na comunidade</u> - NO 	<ul style="list-style-type: none"> <u>Depreciação da infra-estrutura</u> - NO <u>Perda das articulações/organização política já existente</u> - NO <u>Fim/diminuição das atividades coletivas</u> - NO <u>Ruptura na rede de relações sociais</u> - NO <u>Emergência de conflitos/divisão da comunidade</u> - NO
Diferenciação Social	<ul style="list-style-type: none"> - <u>afastamento intencional das atividades comunitárias</u> - <u>afastamento por falta de tempo</u> - <u>novos bens de consumo/diferenciação entre comunidades</u> - <u>participação nas atividades comunitárias</u> - redes sociais extra-comunitárias - bens de consumo e comercialização - <u>diferenciação entre comunidades via especialização produtiva</u> - articulação política 	<ul style="list-style-type: none"> <u>Manutenção/aumento na participação das atividades comunitárias</u> - NO <u>Criação/consolidação de redes sociais extra-comunitárias</u> - OK Novos bens de consumo e redes de comercialização internas (inclusive via troca de produtos) - OK <u>Diferenciação e especialização como estímulo para melhoria da qualidade dos produtos</u> - OK <u>Investimentos na comunidade</u> - OK 	<ul style="list-style-type: none"> <u>Acirramento das disputas e divergências intra-comunitárias</u> - NO <u>Progressivo afastamento das atividades</u> - NO <u>Progressiva supressão ou homogeneização dos sistemas de produção</u> - OK <u>Criação de redes sociais extra-comunitária a partir de rupturas na comunidade</u> - NO
Interação sócio espacial	<ul style="list-style-type: none"> - circulação de pessoas - circulação de produtos - circulação de capital 	<ul style="list-style-type: none"> Alteração no fluxo de pessoas (tanto moradores quanto visitantes) - OK Alteração no fluxo de produtos, aumento na quantidade e intensidade dos pontos de comercialização, troca, etc. - OK <u>Criação de agências financeiras/financiamentos</u> - OK 	<ul style="list-style-type: none"> <u>Supressão nos fluxos em geral</u> - NO <u>Supressão de costumes tradicionais (como troca de produtos, visitas entre famílias, etc)</u> - NO <u>Acirramento de ruptura/conflitos sociais</u> - NO <u>Marginalização cultural</u> - NO
Instituições financeiras	<ul style="list-style-type: none"> - <u>financiamentos</u> - <u>agências</u> - <u>facilidades de acesso</u> - participação na organização dos projetos/agricultores 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação na oferta de financiamentos - NO Aumento na organização dos agricultores para pressionar pela liberação de recursos - OK 	<ul style="list-style-type: none"> <u>Resistências na liberação de financiamentos</u> - NO
Sociedade civil organizada	<ul style="list-style-type: none"> - associações, firmas, institutos, ONGs, cooperativas 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de entidades - OK 	<ul style="list-style-type: none"> <u>Diferenciação social</u> - OK <u>Tensão e ruptura nas relações sociais</u> - NO
Legislação Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> - <u>legislação municipal voltada para AFR</u> - <u>atividades da câmara de vereadores voltadas para AFRs</u> - atividades da administração pública 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de legislação específica - NO <u>Aprovação de projetos voltados para AFRs</u> - OK <u>Concessões de materiais/equipamentos</u> - OK <u>Apoio de atividades voltadas para AFRs</u> - OK <u>Assistência técnica</u> - NO <u>Qualificação do SIM</u> - OK <u>Incentivo à melhoria da qualidade dos produtos</u> - NO 	<ul style="list-style-type: none"> <u>Não tem ações voltadas para AFR</u> - NO

Quadro 09 – Correlação das variáveis e indicadores dos impactos sociais observados no entorno comunitário

Obs.: Legenda: OK (hipóteses observadas a campo); NO (hipóteses que não foram possíveis de observar a campo). Taxado – foram excluídas, em relação a proposta inicial. Sublinhadas – foram incluídas.

CAPÍTULO VI – Considerações Finais

1. Uma síntese geral

A inspiração deste capítulo surgiu a partir das inúmeras dificuldades enfrentadas a fim de alcançar os objetivos propostos. Se a discussão sobre agroindústria familiar rural precisa ser compreendida em sua complexidade sistêmica, e, principalmente, respeitando o jogo entre a racionalidade dos agricultores na condução do “seu” empreendimento e as racionalidades externas (mercado, políticas públicas, dentre outros), por outro lado, a discussão sobre impacto social e as possibilidades de avaliação tem surgido como tendência e desafio para a rede de atores sociais preocupados com as consequências das ações desenvolvimentistas e as respostas locais a cada nova investida.

Unir estas duas espinhosas questões significou um esforço teórico a fim de entender a agroindústria familiar rural em sua totalidade, superando aquela visão fragmentada tradicional que geralmente aponta ora o mercado/comercialização como ponto de estrangulamento ou a falta de matéria-prima ou força de trabalho como pontos de descaracterização da atividade. Compreender a arte de produzir alimentos em sua totalidade significa entender sua “competitividade sistêmica” ao interagir com as outras atividades da unidade de produção familiar e, principalmente, ao se ajustar meticulosamente às necessidades e às perspectivas do grupo familiar (decisões/ações que muitas vezes não se manifestam de forma objetiva).

Outra questão é a avaliação de impacto social. Apesar de já haver uma caminhada de discussões, principalmente no contexto internacional, desde há 40 anos, ela ainda é incipiente e ganha espaço nas arenas políticas e acadêmicas de forma lenta. Todavia, longe disso, tratar de impacto social é outra questão espinhosa, aplicá-la à realidade da agroindústria familiar rural cheia de diversidades e descontinuidades foi um processo que exigiu um longo trabalho de ajustes, desajustes, revisões e reformulações. Mesmo assim, a aplicação do método não aconteceu de forma satisfatória.

Como fruto de um esforço teórico-metodológico, um método de avaliação de impacto social tem outras exigências quando se aplica à realidade descontínua da produção artesanal de alimentos. As dificuldades aumentam quando o pesquisador não conhece a realidade, ou seja, é um agente externo tentando entender a dinâmica local. Nessa situação mesmo com um forte aparato de dados e informações dos informantes-chave e dados secundários, as questões subjetivas, principalmente, tornam-se imperceptíveis. Na avaliação de impacto social, as questões subjetivas são essenciais para compreender o “poder” de transformação social da

atividade, e, para percebê-las, seria necessário uma aproximação por parte do pesquisador, uma vivência junto das famílias.

As questões subjetivas adentram num quadro complexo de fenômenos que são vividos, mas nem sempre sentidos pelos sujeitos. Portanto, se não são sentidos de forma direta, também não são percebidos e, em consequência, não é realizada a atribuição de causa-efeito, imprescindível em processos de avaliação de impacto. Um exemplo clássico é a influência dos espaços de formação/qualificação, que só foi perceptível graças às oportunidades de acompanhar agricultores em diferentes situações: em geral, grande parte dos agricultores familiares que ingressam no processamento de alimentos como uma nova atividade comercial, passa por diferentes cursos de formação, que contribuem para sua qualificação e para a construção de novos conhecimentos. Porém, educação tem uma noção socialmente construída como sendo o espaço escolar e, portanto, muitos agricultores não atribuem os cursos de formação/qualificação como influentes na variável educação. Não percebem a relação causa-efeito em termos de melhorias na compreensão da sua atividade e suas relações sociais, por conta de noções básicas de Boas Práticas de Fabricação (BPF), gestão/administração ou estratégias de comercialização.

As melhorias na qualidade de vida parecem, *a priori*, ser unânimes em todas as unidades de produção que desenvolvem atividade de processamento, tanto formal quanto informal. No entanto, se fosse explorar mais a fundo a questão e apresentá-la através de um gráfico, de antemão poder-se-ia afirmar que a qualidade de vida tende a melhorar e a se manter como impacto social positivo enquanto a unidade de produção familiar conseguir manter sua competitividade sistêmica, ou seja, até onde consegue manter outras atividades complementares à agroindustrial. Ao assumir o “carro-chefe” na geração de renda, a agroindústria passa a exigir outras tantas demandas (decorrentes inclusive do aumento – necessário – da escala de produção). Esse limiar é um dos pontos de estrangulamento daquela premissa básica: agroindústria familiar rural é uma estratégia para fortalecimento da agricultura familiar e, portanto, de reprodução socioeconômica. Um estrangulamento que, em outras oportunidades, já abordou-se sob uma perspectiva de transição de uma racionalidade “x” para uma racionalidade “y”, ou seja, de uma lógica de produção voltada para o grupo familiar (subsistência e geração de renda complementar) para uma lógica voltada para a (necessidade) de gerar renda, a fim de suprir custos básicos de produção e de depreciação. Neste último, em muitos casos, a atividade deixa de ser “alternativa”, pois passa a reproduzir o conjunto de relações sociais de produção (e de subordinação) que acontece nos meios convencionais de integração indústria-agricultura.

Esse limite apresenta outro comportamento quando se trata das associações. A organização dos processos de produção e a divisão de trabalho, quando funcionam, ampliam o horizonte de estrangulamento da atividade. Isso ocorre em função da disponibilidade (maior) de força de trabalho e de matéria-prima. No entanto, o principal diferencial, pelo menos no universo de estudo, refere-se, por um lado, à capacidade de pagamento do tempo de trabalho e, por outro, ao baixo custo da força de trabalho dos associados, o que evita a contratação de terceiros (honorários), e também garante uma renda mensal às famílias envolvidas.

Entre a arte e a técnica¹⁴⁸ estão algumas das potencialidades e alguns dos limites da agroindústria familiar rural, e sua síntese, ironicamente, também reflete o dilema social. Transitar entre a arte de produzir alimentos para um progressivo acúmulo de técnicas (externas) de processamento denota um processo de mudança da “lógica de produção” e do “papel” que a agroindústria assume para a unidade de produção familiar e seu entorno comunitário.

Nessa transição, entre a arte e a técnica, há implícita uma progressiva mudança na lógica de produção familiar e “na busca por maiores lucros, trabalhavam em jornadas cada vez mais longas, não se preocupando com o aumento progressivo da carga de trabalho...” (SPERRY, p. 144, 2003), ou, então, como aconteceu em Constantina: “os agricultores saíram da cozinha e foram para a agroindústria, mas com a cabeça da cozinha ainda, ainda com aquela coisa artesanal” de resistência à inovação e ao uso de estratégias diferenciadas de comercialização (AD03, 2008). Tem-se aí uma das contradições colocadas para o processo de agroindustrialização: estruturas superdimensionadas, que ficam com capacidade produtiva ociosa e agricultores endividados.

Retomando as contribuições de Vanclay (2002) pode-se verificar também na pesquisa algumas dificuldades colocadas pelo autor na avaliação de impacto social:

- Não foi possível identificar todos os processos de mudança – isso ocorreu, por um lado, pelos objetivos do trabalho, que deram à proposta de avaliação de impacto social um caráter construtivo a cada etapa do trabalho. Essa característica também imprimiu um sentido de trabalho inacabado, pois, mesmo com as últimas considerações, ainda há questões que precisam ser re-consideradas e re-elaboradas.

- Dificuldade de identificar processos de mudança decorrentes da agroindústria e aqueles decorrentes de projetos – a conjuntura em que o processo de agroindustrialização se

¹⁴⁸ É claro que na “arte de produzir” também há um conjunto de técnicas. Mas, nesse caso, refere-se às técnicas concebidas a partir da “inovação tecnológica” externa à propriedade, onde os produtos resultantes não sofrem influência das habilidades humanas.

consolidou em Constantina foi fruto de uma articulação política entre os diferentes atores sociais, o que faz das agroindústrias fruto de projetos de desenvolvimento.

- Definição da escala, nível de detalhe da avaliação de impacto social – a definição da escala UPA e entorno comunitário foi fruto de um processo de discussão. No entanto, ao encerrar a dissertação, percebe-se que poder-se-ia ter qualificado mais o conjunto de variáveis e indicadores se houvesse tido um estudo mais detalhado e próximo das famílias envolvidas pela pesquisa. Se, por um lado, as duas escalas tenham significativa importância na formação dos impactos sociais da agroindústria, por outro, a falta de um estudo mais detalhado de cada variável, seus indicadores, e sua inter-relação no conjunto da unidade de produção e vizinhanças pode ter comprometido uma avaliação acurada sobre seus impactos no contexto da dimensão social da atividade.

1.1. Quanto às hipóteses

A pesquisa pode comprovar que a agroindústria tem potencialidade de gerar impactos sociais que fortalecem a agricultura familiar, seja da unidade de produção, seja daquelas contidas no entorno comunitário, quando estabelecem relações de produção-processamento-comercialização que favoreçam a interação e a criação de redes sociais em torno da atividade, da propriedade e do grupo familiar. Além disso, a agroindústria também favorece trajetórias de desenvolvimento rural no contexto regional, ao contribuir para que os sujeitos ampliem suas relações sociais e exerçam papéis de representação política, como acontece nos casos estudados em Constantina/RS.

As potencialidades de gerar impactos sociais estão demarcadas na capacidade de promover a integração dos setores e das entidades locais em prol de estratégias que considerem a diversidade de atividades no espaço rural. Isso inclui também a re-criação de atividades tradicionais na agricultura familiar e a inserção dos jovens e das mulheres no processo de trabalho, promovendo novas perspectivas para a permanência dos mesmos no espaço rural.

Agora, para que a agroindústria fortaleça a agricultura familiar, ainda é preciso que se avance na compreensão de seu papel em cada unidade de produção. A partir da pesquisa, ousa-se afirmar que há um ponto de equilíbrio de cada atividade para além dos cálculos de viabilidade econômica (que em muitos casos nem há). Esse ponto de equilíbrio é demarcado pela relação mão-de-obra *versus* matéria-prima envolvida no processamento, tendo em vista

que geralmente há maior transferência de renda e maior exploração do trabalho familiar na medida em que o aumento da demanda não garante supressão de dívidas e aquisição de novos equipamentos. Dentre as possibilidades que poderiam favorecer a inversão desse processo, está a formação de redes de agroindústria, tanto para comercialização, como para a compra de insumos e/ou equipamentos. No entanto, em Constantina, a estratégia baseada na rede cooperativa não atingiu os objetivos colocados pelos seus idealizadores. Muito embora seja um processo que ainda está em construção, o ideal colocado pelos agentes de desenvolvimento geralmente está desconectado com as reais necessidades sentidas e colocadas na concepção do agricultor familiar, preocupado em garantir produto, vendê-lo e pagar suas contas.

Portanto, a rede de agroindústrias, materializada em Constantina na Cooperac, teria a função de se constituir como uma outra trajetória do desenvolvimento rural, visando alcançar perspectiva regional e garantir-se como um espaço de disputa de mercado dos produtos das agroindústrias em relação aos demais provenientes do espaço rural. Em parte ela vem atendendo a essa demanda, na medida em que cria um espaço de comercialização e viabiliza a participação das agroindústrias em feiras da agricultura familiar. Por outro lado, ela ainda perde oportunidades de ampliar mercado e usufruir da conjuntura em que o mercado está aberto por produtos das agroindústrias familiares, com signos da “colônia”. Além disso, está perdendo oportunidade de iniciar um debate voltado para a produção orgânica dos produtos agroindustriais, pois, mesmo que o processo de transição tenha significativas dificuldades, cabe destacar que a produção animal ainda é algo inexplorado no universo da produção orgânica.

Quanto às hipóteses específicas, também foi possível observar que, sejam os impactos positivos ou negativos, eles nem sempre são percebidos ou avaliados pelos sujeitos envolvidos no processo. Essa questão surge a partir da própria dificuldade de enumerar as mudanças que a agroindústria proporcionou. Percebe-se que houve mudança, mas há dificuldade em percebê-la como fruto de um processo de melhoria da qualidade de vida.

Os impactos negativos ficam “mascarados” sob os benefícios da consolidação da AFR, considerada através da geração de renda. A “aceleração” do tempo, ou melhor, do ritmo de vida da família rural implica numa suposta “falsa” sensação de bem-estar. Infelizmente a pesquisa não pode aprofundar-se na questão a título de identificar os motivos que fazem com que os agricultores não reconheçam as mudanças vividas.

A agroindústria como o “carro-chefe” da unidade de produção é um impacto considerável. Se, por um lado, denota que os produtos das agroindústrias tem ganhado espaço

no mercado (e os agricultores passam a investir para ganhar escala), por outro lado, o aumento na escala de produção gera uma série de transformações na unidade de produção agropecuária. Pode-se observar que, em todos os empreendimentos visitados, houve a redução de uma ou duas atividades para atender às demandas de trabalho e de produção para a agroindústria. Até que ponto é interessante ao agricultor familiar depender de uma atividade? No que isso muda a relação convencional com o complexo agroindustrial?

Por fim, em Constantina pode-se afirmar que a agroindústria contribuiu para a articulação das diferentes escalas de gestão do poder, aliás, em parte, ela foi fruto desse processo. Também promoveu a criação de novos circuitos de produção-distribuição-consumo, o que não significa que foram “revitalizados” aqueles antigos, mas sim, criados novos. Até porque “aqueles antigos” são tidos como informais pelo ambiente institucional e, portanto, inviabilizados.

1.2. Quanto aos objetivos

A pesquisa construiu duas propostas de avaliação de impacto social: a primeira, apresentada nos Quadros 03 e 04 (página 68 e 75), foi um esboço inicial a partir da vivência empírica e do estudo teórico acerca do tema “agroindústria familiar” e “avaliação de impacto social”. Esta primeira versão foi base para a pesquisa a campo realizada em Constantina/RS. A partir das questões observadas e levantadas, construiu-se uma segunda proposta de avaliação, que é apresentada nos Quadros 08 e 09 (páginas 107 e 113). As alterações realizadas nos “quadros” tiveram teor basicamente qualitativo, com inclusão e/ou exclusão tanto de variáveis como de indicadores. Em campo, pode-se perceber a limitação e, em muitos casos, a restrição da proposta de avaliação de impacto social, tendo em vista a dificuldade de captar tanto questões intangíveis (ou muitas vezes mascaradas pelo discurso instituído) quanto outras questões que também compõem o complexo universo social, tais quais: as transformações que ocorrem na lógica da produção familiar; a situação peculiar da renda no universo da agricultura familiar; uma discussão e um estudo dedicado às mudanças e ao processo de reprodução dos saberes e afazeres; a influência e a pertinência do capital social, especialmente na consolidação de redes; o papel das redes informais e sua relação com a questão da produção artesanal de alimentos; e, por fim, a situação da inter-geração e as expectativas de sucessão tanto das atividades como da própria unidade de produção familiar.

Portanto, a proposta de avaliação de impacto social deu conta de detectar parte da dinâmica (socioeconômica) que se desencadeia a partir do processamento de produtos agropecuários, sejam formais ou informais. Além disso, o trabalho a campo permitiu selecionar, construir e re-elaborar um conjunto de variáveis e, principalmente seus indicadores, tendo em vista a tentativa de fornecer subsídios para as futuras pesquisas na área. Ressalta-se que, para a continuidade dos estudos nessa área, faz-se necessário testar e/ou utilizar-se de outras abordagens metodológicas, como a pesquisa-ação ou observação participante, tendo em vista que a observação direta não permitiu explorar, aprofundar ou, até mesmo, ultrapassar o discurso instituído e compreender como as variáveis e indicadores se comportam no cotidiano familiar e comunitário.

Em Constantina/RS, a avaliação de impacto social apontou questões como: o aumento na demanda por trabalho e a geração de renda como as duas variáveis que mais sofrem mudanças, principalmente para a unidade de produção familiar; a promoção da união do grupo familiar, especialmente entre parentes próximos, ou então dos próprios vizinhos; a variável educação também observou mudanças significativas, envolvendo desde a possibilidade de capacitação até a inserção política dos agricultores em espaços de gestão pública. Enquanto isso, no entorno comunitário as mudanças em curso que geraram impactos sociais foram decorrentes de uma série de ações articuladas entre as entidades do município e as agroindústria. Como já destacou-se, as agroindústrias contribuíram para a qualificação dos alimentos oferecidos à população do município. Por outro lado, há um processo concorrente de exclusão daqueles agricultores que preferem manter produção artesanal esporádica. Portanto, no entorno comunitário, os dilemas entre a arte e a técnica também aparecem implícitos e, por vezes, estão relacionados com o poder aquisitivo da população e, principalmente, com as redes sociais de confiança produtor-consumidor.

2. Considerações

Diante das questões levantadas pelo trabalho, uma delas em especial se refere justamente à “forma” como são conduzidos os processos de agroindustrialização. Caberia complementar que, para futuras pesquisas, seria interessante aprofundar a relação entre a geração de impacto social com o tipo de trajetória do processo de agroindustrialização. Esse ponto se coloca como crucial, tendo em vista os objetivos quando se tem em vista

(especialmente as políticas públicas) a promoção do desenvolvimento rural através do estímulo a atividades como a agroindústria familiar.

Um exemplo seria a trajetória convencional da evolução da produção artesanal de alimentos e/ou bebidas: poder-se-ia iniciar pela geração de novos fluxos, com a venda do produto excedente, que por sua vez gera renda complementar. Essa pequena produção inicial, com a renda gerada, garante a aquisição de bens materiais ou pagamentos daquelas “continhas” - da luz, da água ou do telefone. Até esse momento, observa-se um impacto social positivo para o grupo familiar, contribuindo para seu bem-estar e lazer. No entanto, aí está um dos limites colocados para a produção artesanal de alimentos, uma vez que, a partir do aumento da demanda e das pressões colocadas pelo ambiente institucional, faz-se necessário optar entre continuar e ampliar ou então interromper a atividade. A opção pela transição para agroindústria familiar implica investimentos, mudanças na lógica de trabalho e de gestão da UPA, o que, geralmente, já se inicia com saldo devedor. Para cumprir saldo devedor, há auto-exploração da mão-de-obra familiar, pois não há recursos para fazer altos investimentos em tecnologia/equipamentos. Progressivamente, amplia-se a aquisição de matéria prima, onde já se perde consideravelmente o controle de qualidade. Nesse limiar, já se tem uma realidade onde há um alto capital de giro, mas poucos lucros, e um descontrole sobre o processo de produção-processamento-transporte-comercialização, que acaba por criar uma situação na qual o dinheiro das vendas é utilizado para cobrir custos extraordinários. Esse é o auge do impacto social negativo e, possivelmente, da falência. Há também outros casos onde os agricultores assumem a lógica de trabalho e gestão empresarial, conseguindo, assim, angariar sucesso na atividade. Como já se destacou, há um ponto onde existe um equilíbrio e ele geralmente está relacionado com o número de pessoas envolvidas no processo e na escala de produção (por exemplo, o caso de uma agroindústria com alguns sócios e o caso de uma agroindústria com uma única família). A questão que fica é: que perfil de agroindústria familiar seria interesse a cada realidade municipal ou regional, tendo em vista a capacidade de gerar impactos sociais positivos?

Por fim, ao conceber-se a avaliação de impacto social como um processo de análise e gestão das consequências intencionais ou não intencionais no ambiente humano, cabe destacar que as principais mudanças observadas foram na segurança alimentar do entorno comunitário e na geração de renda e trabalho nas unidades de produção familiar. Ambas foram possíveis a partir do incremento de novos produtos no circuito de produção-distribuição-consumo municipal. Sob o reverso da questão, as mudanças que geraram impactos negativos são sentidas principalmente por aqueles agricultores que se utilizam da

produção artesanal de alimentos e/ou bebidas como uma estratégia para complementar renda, principalmente nos períodos de entressafra e/ou queda da produção. Portanto, por um lado, a produção artesanal é quem garante os impactos sociais positivos, na medida em que se soma ao conjunto de atividades da unidade de produção e é “ativada” nos momentos de crise da mesma. Por outro lado, é ela também quem passa a sofrer com as restrições que o ambiente institucional coloca. Essa se apresenta como uma das conseqüências negativas na avaliação de impacto social quando da consolidação da agroindústria familiar rural. No entanto como gestar essas conseqüências? Em Constantina/RS, uma das possibilidades seria a re-articulação das entidades locais, que, na conjuntura atual, parecem estar onipresentes e sem compreensão clara do papel que podem assumir na construção de (novos) rumos no processo de agroindustrialização e de promoção da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ABREU, E. S. et al. Alimentação mundial – uma reflexão sobre a história. In: **Saúde e Sociedade**, vol. 10, n. 02, 2001, p 03-14.
- ALVARES, C. Ciência. In: WOLFANG, W. **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. [tradutores Vera L. M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen] Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- ARMANI, D. **Como elaborar projetos sociais?** Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. 2 ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- AVILA, M. C. B. U. & AVILA, A. F. D. Avaliação de Impacto na Educação. Disponível em: <www.socialtec.com.br> Acesso em 20 de maio de 2008.
- AZEVEDO, E. Mudança nos modos de viver e de se alimentar a partir da adoção do Padrão Técnico Moderno de produção de alimentos. In: VII Congreso Latino-Americano de Sociología Rural. **Anais...** Quito/Equador: ALASRU, 2006. Disponível em: <http://www.alasru.org/cdaldasru2006/18%20GT%20Elaine%20de%20Azevedo.pdf> Acesso em: 24 jan. 2009.
- BALEM, T. A. e SILVEIRA, P. R. C. Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. In: V Simpósio Latino-americano sobre Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários - IESA, e V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção – SBSP, 2002, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: EPAGRI, 2002.
- BECKER, L. Social Impact Assessment. In.: **European Journal of Operational Research**, 128, 2001, p. 311-321. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/dsw> Acessado em 28 de maio de 2008.
- BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.
- BONI, V. Agroindústrias familiares: uma perspectiva de gênero. In: XXX Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...**, 2006, p. 01-25.
- BRUM, A. **Modernização da Agricultura**: trigo e soja. Ijuí: FIDENE, 1985.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural**: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural. Brasília, 2007.
- CASTANHO, R. B. et al. O SIG aplicado na proposta de regionalização do RS-Brasil considerando a produção agropecuária. In: XI Conferencia Iberoamericana de Sistemas de Información Geográfica, 2007, Buenos Aires. **Anais...** Santa Fé/ Argentina, 2007. v. 1. p. 1-20
- CASTRO, Iná Elias. O problema da Escala. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. GOMES, Paulo César da Costa. (org.). Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1995.
- CONTERATO, M.; BLUME, R.; SPECHT, S. O rural brasileiro na perspectiva da abordagem territorial: territorialidades e ruralidades. In: IV Congreso Internacional de la Red SIAL (ALFATER). **Anais...** Mar del Plata/Argentina: IICA, 2008, p. 01-20.

- COSTA, O. V. Pesquisa de condições de vida. In.: **São Paulo em Perspectiva**, 17 (3-4), p. 142-150, 2003.
- DALLABRIDA, V. R.; SIEDENBERG, D. R.; FERNÁNDEZ, V. R. Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. In: Revista *Desenvolvimento em Questão*, n.4, jul/dez, 2004, p. 33-62.
- DIESEL, V. et al. Caracterização da agroindústria familiar de aguardente de cana-de-açúcar na região da Quarta Colônia. In: I Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria Familiar. **Anais...** São Luis Gonzaga: URI, 2005. p. 315-323.
- DIESEL, V. et al. As agroindústrias rurais tradicionais e o turismo na Quarta Colônia - RS: interfaces e sinergias. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. **Anais...** Brasília: SOBER, 2006, p. 01-09.
- DUARTE, V. P. e GRIGOLO, S. C. **Agroindústria associativa/familiar**: o mito da viabilidade. Francisco Beltrão/PR: ADMR, 2006.
- DUFUMIER, M. Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas. [tradução de Vitor de A. Couto]. Salvador: EDUFBA, 2007.
- DULLIUS, Paulo R.; FROEHLICH, José Marcos; VENDRUSCOLO, Rafaela. Identidade territorial e agricultura familiar – a abordagem das indicações geográficas no Brasil. In: IV Congresso Internacional de la Red SIAL (ALFATER). **Anais...** Mar del Plata/Argentina: IICA, 2008, p. 01-28.
- ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. [tradutores Vera L. M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen] Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- FERNANDES FILHO, J. F. Indústria Rural no Brasil e no Nordeste: uma contribuição para o debate sobre o desenvolvimento do espaço rural. In: ORNAs, ocupações rurais não-agrícolas. **Anais...** Londrina, PR: IAPAR, 2000.
- FROEHLICH, J. M. e DIESEL, V. (org.) **Desenvolvimento Rural**: tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Constantina**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Constantina> Acesso em 13 de junho de 2009.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 21.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986.
- GENRO, C. J. M. et al. Conflitos na construção sócio-ambiental de políticas de desenvolvimento rural: O caso das Agroindústrias Familiares Rurais da Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul – Brasil. **Anais...** IV Congresso Internacional de la Red SIAL (ALFATER) Mar del Plata/Argentina: IICA, 2008, v. IV, p. 01-24.
- GÓMEZ, C. A. C.; BOUCHER, F.; REQUIER-DESJARDINS, D. ¿Cómo <<activar>> los sistemas agroalimentarios localizado en América Latina? Un análisis comparativo. In.: **Revista Agroalimentaria**, nº 22, enero-junio, 2006. p. 17-27.
- GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- GUIMARÃES, G. M. **A legislação industrial e sanitária dos produtores de origem animal: o caso das agroindústrias de pequeno porte**. 2001. 146 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

- GUIMARÃES, G. M. e SILVEIRA, P. R. C. da. Por Trás da Falsa Homogeneidade do Termo Agroindústria Familiar Rural: Indefinição Conceitual e Incoerências das Políticas Públicas In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. **Anais...** Fortaleza: SBSP, 2007.
- GUIVANT, J. Percepção dos Olericultores da Grande Florianópolis (SC) sobre os Riscos Decorrentes do Uso dos Agrotóxicos. In: **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, v.82, n. 22, p.47-57, 1994.
- GUZMÁN, E. S. **Agroecología y desarrollo rural sustentable**. In.: XI Curso Intensivo en Agroecología: Principios y Técnicas Ecológicas Aplicads a la Agricultura. 2005.
- JOLY, C. **Especialização produtiva do território e o circuito espacial produtivo de celulose em Eunápolis-BA**. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, 2007.
- LEADER. **Inovação no meio rural**. Caderno nº 7. 2000.
- LIMA, A. J. P. de & HENNIG, C. de C. Dinâmica e estratégia de desenvolvimento agrícola do município de Constantina/RS. Ijuí: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), 2008.
- LIMA, D. M. et al. O desenvolvimento científico-tecnológico e a agricultura familiar. In: LIMA, D. M de Albuquerque; WILKINSON, John (org.) **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/ Paralelo 15, 2002. p. 23-38.
- MALUF, R. S. Ações públicas locais de apoio à produção de alimentos e a segurança alimentar. In: **Polis Papers**, n. 04, 1999. 43p. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=170> Acesso em 23 de julho de 2009.
- MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. In: Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 25, p. 299-322, abr. 2004.
- MENQUETTI, G. A. Dinâmica e espaços de mercado na cadeia de suínos – da produção independente aos contratos de integração – as pequenas indústrias formais e informais como estratégia de inserção nos mercados. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2000.
- MERICO, L. F. K. **Introdução à economia ecológica**. Blumenau: Editora da FURB, 1996. p.17-49.
- MILLÉO, J. C. **A utilização dos indicadores sociais pela geografia: uma análise crítica**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA). **Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal**: legislação. Brasília: MAPA/SDA, 2007.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MIN). **Projeto Agroindústrias Familiares - 2003**. Diagnóstico Unidades Agroindustriais – Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Relatório Final, Francisco Beltrão/PR, 2004.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Programa Luz Para Todos. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/programs_display.do?prg=8> Acesso 16 jan. 2009

- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Secretaria da Agricultura Familiar. **Programa de Agroindustrialização da Produção de Agricultores Familiares 2003/2006**. Brasília, 2004.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Secretaria da Agricultura Familiar. **Programa de Agroindustrialização da Produção da Agricultura Familiar 2007/2010**. Documento Referencial. Brasília, 2008.
- MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.
- MIOR, L. C. Trajetórias das Agroindústrias Familiares Rurais no Estado de Santa Catarina (Brasil). In: In.: IV Congreso Internacional de la Red SIAL (ALFATER). **Anais...** Mar del Plata/Argentina: IICA, 2008, p. 01-22.
- MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. Desenvolvimento Territorial Rural. Mudar Para Que Nada Mude. In: 1º Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2006, Niterói. **Anais...**, 2006.
- MOREIRA, R. J. Configurações de poderes urbano-rurais: fragmentos de discursos e práticas. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (org.) **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2007, p. 67-95.
- MOURA, L. A. A. de. **Qualidade e Gestão Ambiental**. 3 ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.
- MUCHNIK, J. Identidad territorial y calidad de los alimentos: procesos de calificación y competencias de los consumidores. In: **Agroalimentaria**, n. 22, enero-junio, 2006, p. 89-98.
- NEUMANN, P. da et al. Diagnóstico e cadastro das unidades de produção de hortigranjeiros e de produtos coloniais da microrregião da Quarta Colônia e Estudo Regional de mercado na região central do Estado. **Relatório de Pesquisa FAPERGS**. Grupo de Pesquisa Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Rural e Núcleo de Estudos em Economia Agroalimentar da UFSM-RS. 2006.
- NEUMANN, P. S. Desenvolvimento local: o debate do 'modelo rural' x 'modelo agrícola'. In: FROEHLICH, J. M. e DIESEL, V. (org) **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.
- NEUMANN, P. S. **O impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- NEUMANN, P. S.; SILVEIRA, P. R. C. da. A Capacidade de Reprodução Econômica e Social dos Sistemas de Produção Familiares na Região de Santa Maria/RS. In: X World Congress of Rural Sociology and XXXVIII Brazilian Congress of Rural Economy and Sociology, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...**, 2000, p. 01-17. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural>> acesso em 10 jan. 2009.
- OLIVEIRA, A. U. de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110
- PECQUER, B. O desenvolvimento territorial: uma abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. In: **Raízes**, v. 24, n. 1 e 2, jan-dez, 2005, p. 10-22. (Traduzido por Ghislaine Duque).

- PICOLOTTO, E. L. “**Sem medo de ser feliz na agricultura familiar**”: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.
- PINHEIRO, K. A. de P. N. História dos hábitos alimentares ocidentais. In.: Universitas Ciências da Saúde. Vol. 03, n 01, 2005, p. 173-190.
- POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Lei Nº. 6.938/81. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em 26 dez 2008.
- PREZOTTO, L. L. A agroindustrialização de pequeno porte: higiene, qualidade e aspectos legais. **Revista Agropecuária Catarinense**. Florianópolis. v. 10, n. 4, dez. 1997, p. 8-13.
- PREZOTTO, L. L. **Principais procedimentos para registrar uma pequena agroindústria**. Texto de referência – Pronaf/agroindústria. MDA/SAF, Brasília, 2001.
- PREZOTTO, L. L. Qualidade Ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado. In: LIMA, Dalmo M. de Albuquerque e WILKINSON, John (Org.) **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002b. p 285-300.
- PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. In: **Revista de Ciências Humanas**. EDUFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis. n. 31, abr. 2002a. p.133-154.
- PREZOTTO, L. L.; BAVARESCO, P. A.; SILVA, J. B. **Manual de orientações para concepção de projetos agroindustriais da agricultura familiar**. Brasília, 2005.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em 20 de agosto de 2008.
- RADAELLI, P.; RECINE, E. Comportamento alimentar e promoção da saúde. In.: Universitas Ciências da Saúde. Vol. 02. n 02. 2004, p. 267-280.
- RAMOS, P. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In.: RAMOS, P. et al. **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007. (Nead Estudos; 15)
- RAUPP, A. K. **Políticas Públicas e Agroindústria de Pequeno Porte da Agricultura Familiar** – considerações de experiências do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- REQUIER-DESJARDINS, D. Agro-industria rural y sistemas agroalimentares localizados: ¿Cuáles puestas?. In.: X Aniversário de PRODAR, **Anais...** Quito, 1999. Disponível em: <<http://www.prodar.org/cd.htm>>, acesso em 10 ago. 2007.
- REQUIER-DESJARDINS, D. Les Systèmes agroalimentaires localisés em Amérique latine: un facteur de compétitivité de l'agro-industrie rurale sur des marchés globalisés. In: **Économies et Sociétés**. Série Systèmes agroalimentaires. A.G. n° 25, 9-10, 2002.
- ROCHE, C. **Avaliação de Impacto dos trabalhos de ONGs**: aprendendo a valorizar as mudanças. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- RODRIGUES, G. S. **Avaliação de impactos ambientais em projetos de pesquisas**: fundamentos, princípios e introdução à metodologia. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 1998.

- SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. [tradutores Vera L. M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen] Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SANTOS, J. S. **Agroindústria familiar rural no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul**: uma análise do processo de comercialização. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Ed. USP, 2006.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SCHMIDT, V. D. B. Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social. In.: PAULILO, M. J. S.; SCHMIDT, W. (org.) **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003, p.265-286.
- SEBILLOTTE, M. Agronomía y agricultura, ensayo de análisis de las tareas Del agrónomo. In.: **Cuadernos de Agroindustria y Economía Rural**, Bogotá, n.19, p. 67 – 119, 1987
- SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. In.: **Revista Desenvolvimento em questão**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, n.1, jan-jun. 2003.
- SILVA NETO, B. e BASSO, D. (org.) **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- SILVEIRA, P. R. C. da et al. O Turismo e a Recriação das Agroindústrias Rurais Tradicionais. In.: V Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento. **Anais... CITURDES**. Santa Maria: UFSM, 2006.
- SILVEIRA, P. C. da et al. A produção artesanal de vinhos na região da Quarta-Colônia/RS: (re)criação e transformação do circuito de produção-distribuição-consumo. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais... Londrina/PR : SOBER**, 2007. p. 01-12.
- SILVEIRA, P. R. C. da. et al. A construção da identidade territorial em sistemas agroalimentares localizados: o caso da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul/Brasil. In.: IV Congreso Internacional de la Red SIAL (ALFATER). **Anais... Mar del Plata/Argentina: IICA**, 2008a, p. 01-26.
- SILVEIRA, P. R. C. et al. Redefinindo riscos alimentares em sistemas agroalimentares localizados: o desafio da validação social da qualidade em mercados extra-regionais. n.: IV Congreso Internacional de la Red SIAL (ALFATER). **Anais... Mar del Plata/Argentina: IICA**, 2008b, p. 01-20.
- SILVEIRA, P. R. C. da. et al. Da identidade cultural a identidade territorial: o processo de valorização do saber local como estratégia de desenvolvimento regional. In: IV Congreso Argentino Y Latinoamericano de Antropología Rural. **Anais... Mar Del Plata: INTA**, 2009. v. IV. p. 1-20.
- SILVEIRA, P. R. C. da. e HEINZ, C. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. In.: Seminário sobre Agroindústria Familiar e Desenvolvimento Rural. **Anais... São Luis Gonzaga: UERGS**, 2005.

- SILVEIRA, P. R. C. da. e ZIMERMANN, S. A Qualidade em Circuitos Regionais de Produção de Alimentos numa Perspectiva de Segurança Alimentar. In.: FROELICH, M. & DIESEL, V. **Espaço Rural e Desenvolvimento Regional**. Ijuí: UNIJUÍ, 2004.
- SILVEIRA, P. R. C. da. **Reflexões sobre o Modo de Gestão de Sistemas de Produção Agrícolas Familiares**: um estudo exploratório. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1994.
- SILVEIRA, P. R. C. da. **Riscos alimentares em uma sociedade de risco: compreendendo o comportamento do consumidor de alimentos artesanais**. Mensagem recebida por <prcs1064@yahoo.com.br> em 20 de dez. 2006.
- SILVEIRA, P. R. C. da; BALEM, T. A. Formação profissional e extensão rural: a incapacidade da superação do modelo agrícola. In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção; **Anais...Aracaju**, Sergipe: EMBRAPA, 2004, p. 01-15. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/>> Acesso em 15 jan. 2008.
- SILVEIRA, P. R. e GUIMARÃES, G. Gestão Ambiental em Espaços Rurais: do Imperativo Técnico a Construção Sócio-Ambiental – O Caso do Plano Diretor Urbano e Ambiental de Santa Maria/RS. In.: III Encontro Brasileiro sobre Sistemas, **Anais...** Florianópolis, 2007.
- SPADOTTO, C. A. **Classificação de impacto ambiental**. Comitê de Meio Ambiente, Sociedade Brasileira da Ciência das Plantas Daninhas. 2002. [on-line] Disponível: <<http://www.cnpma.embrapa.br/herbicidas>> Acessado em: 31 out. 2007.
- SPERRY, S. A fábrica das associações. In.: CARVALHO JÚNIOR et al (org.). **Ações coletivas praticadas pelos produtores rurais**. Brasília - DF: Embrapa Cerrados, 2003.
- STOREL Jr., Antonio Oswaldo. Os regimes alimentares da humanidade e suas transformações: origens e desenvolvimento do mercado de açúcar. Disponível em: <<http://www.historiadaalimentacao.ufpr.br/artigos/artigo007.htm>> Acessado em 25 jan. 2009.
- SULZBACHER, A. W. **A agroindústria familiar rural enquanto alternativa para agricultura familiar**: estudo de caso no município de Chapada/RS. Monografia (Curso de Geografia – Licenciatura Plena) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.
- SULZBACHER, A. W. Agroindústria Familiar Rural: caminhos para estimar impactos sociais. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. **Anais...** São Paulo: USP, 2009. p. 01-23.
- SULZBACHER, A. W. e DAVID, C. de. A agroindústria (não integrada): alternativas para a agricultura familiar. In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ [et al.], 2006. p. 1-20. CD-ROM.
- SULZBACHER, A. W. et al. O espaço rural em foco: sujeitos (re)construindo diversidades [nas adversidades] In: Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção. **Anais...** Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2007. p.01-10.
- SULZBACHER, A. W. e DAVID, C. de. Alternativas para o Espaço Rural: importância de compatibilizar políticas públicas com saberes locais. In.: **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária. v.3, p.14 - 37, 2008a.
- SULZBACHER, A. W. e DAVID, C. de. Uma realidade onde se educa através da ação: os potenciais da agroindústria familiar rural como uma 'escola da vida' In: XV Encontro Nacional de Geógrafos. **Anais...** São Paulo: AGB/USP, 2008b. p.01-12.
- SULZBACHER, A. W.; NEUMANN, P. S.; SILVEIRA, P. R. C. da. No coser da especialização produtiva, os impactos sociais da consolidação da agroindústria familiar rural.

- In: 12do Encuentro de Geografos da America Latina. **Anais...** Montevideo : Universidad de La República, 2009. v. XII. p. 1-15.
- SULZBACHER, A. W.; SILVEIRA, P. R. C. da. Os conflitos na gestão das Agroindústrias Familiares Rurais em função das diferentes concepções de risco ambiental. In: 12do Encuentro de Geografos da America Latina. **Anais...** Montevideo: Universidad de La República, 2009. v. XII. p. 1-15.
- SULZBACHER, A. W.; SILVEIRA, P. R. da; GENRO, C. M. A gestão dos riscos ambientais no espaço rural: os conflitos diante das diferentes percepções entre os atores sociais. In: VII Biental do Colóquio de Transformações Territoriais. **Anais...** Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná/Brasil, 2008, p. 01-20.
- TORRES, H. da G. et al. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. In.: **São Paulo em Perspectiva**, 17 (3-4), p. 80-90, 2003.
- TRZESNIAK, P. Indicadores cuantitativos: reflexiones que anteceden a su implantación. In.: Seminario sobre Evaluación de la Producción Científica. **Anais...** São Paulo, p. 61-67, 1998.
- ULLRICH, O. Tecnologia. In: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. [tradutores Vera L. M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen] Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- VANCLAY, F. Conceptualising social impacts. In.: **Environmental Impact Assessment Review**, 22, 2002, p. 183-211. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/eiar> Acessado em 28 de maio de 2008.
- VANCLAY, F. Principles for social impact assessment: a critical comparison between the international and US document. In.: **Environmental Impact Assessment Review**, 26, 2006, p. 3-14. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/eiar> Acessado em 28 de maio de 2008.
- VANCLAY, F. SIA principles: International Principles For Social Impact Assessment. In.: **Impact Assessment and Project Appraisal**. Vol. 21, n. 1, mar 2003, p. 05-11.
- VEIGA, J. da. A face territorial do desenvolvimento. In: Interações – **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, n. 5, set. 2002, p. 05-19.
- VEYRET, Y. 2007. **Os riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto.
- VIEIRA, L. F. Agricultura e Agroindústria familiar. In: **Revista de Política Agrícola**. Ano VII (01), Jan-Mar, 1998, p. 11-23.
- VIVACQUA, M. e VIEIRA, P. F. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. In: Revista **Política & Sociedade**, n. 4(7), 2005, p. 139-162.
- WESZ Jr. V. J. **O perfil e a configuração estrutural das propriedades com agroindústrias familiares em nove municípios no noroeste gaúcho**. Monografia (Curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial) Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, São Luiz Gonzaga, 2006.
- WHITAKER, D. C. A. et al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In. WHITAKER, D. C. A. (org.) **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau/São Paulo: Letras à Margem, 2002. p. 115-120.
- WILKINSON, J. A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição. In.: Seminario Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición en América Latina (palestra). Campinas: UNICAMP, 2003.

WILKINSON, J. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. In: **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre. v1, n3, jul-set, 2000a.

WILKINSON, J. e MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. In.: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 13, out. 1999. p. 29-45.

WILKINSON, J. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. In.: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 18, abr. 2000b, p. 147-174.

YEGANIANZ, L. e MACÊDO, M. M. C. **Avaliação de Impacto Social de Pesquisa Agropecuária**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. (texto para discussão 13).

ZIMERMANN, S. A. **Universo alimentar e qualidade do alimento: uma construção social**. CPDA. 2006.

ANEXO 01 – Relação das categorias e indicadores elaborados por Vanclay (2002) para a consideração de impactos sociais.

A) Indicadores de Impactos na Saúde e Bem-Estar Social;

- Morte de membro da família – perda pessoal.
- Morte na comunidade – perda de capital humano e social.
- Nutrição – adequada, segurança e qualidade do suprimento alimentar familiar e da casa.
- Morte e fertilidade atual dos membros familiares.
- Percepção sobre a morte e a fertilidade.
- Saúde mental e bem-estar subjetivo – sentimentos de estresses, ansiedade, apatia, depressão, nostalgia, melancolia, mudanças na auto-estima, auto-estima em geral (fatores psico-sociais).
 - Mudança nas aspirações para o futuro próprio e de seus filhos.
 - Autonomia – mudanças na independência individual e auto-realização.
 - Experiências de “estigmatização” – o sentimento de estar sendo diferente ou de estar sendo excluído ou socialmente marginalizado.
 - Incerteza – insegurança sobre os efeitos ou significados dos planos de intervenção.
 - Sentimentos (positivos ou negativos) na relação com o plano de intervenção – que podem resultar na formação e no interesse do grupo.
 - Aborrecimento – um sentimento/experiência tal como um rompimento na vida, mas que não é necessariamente relacionado com a própria intervenção.
 - Descontentamento devido ao fracasso do plano de intervenção ou promessa dos benefícios.
 - Experiências de afronta moral – quando a dianteira do plano de intervenção viola profundamente as convicções morais e religiosas.

B) Indicadores de Impactos na Qualidade do Ambiente Vivido;

- Percepção da qualidade do meio ambiente vivido – em termos de exposição ao barulho, riscos, odores, vibrações, dinamitamento, luz artificial, segurança, aglomeração, presença de estrangeiros, tempo comutado, etc.
 - Atual qualidade do meio ambiente vivido.
 - Rompimento nas práticas diárias (que pode ou não causar descontentamento).
 - Oportunidades e facilidades para lazer e para recreação.
 - Qualidade estética – impacto visual, perspectiva, sombreamento, etc.
 - Valor de amenidade ambiental – os valores não comerciais ou não consumíveis, estéticos ou morais, de acordo com a localização ou experiência.
 - Disponibilidade e facilidades de moradia.

- Adequação da infra-estrutura psicológica – impacto na existência de infra-estruturas comunitárias (suprimento de água, terras, estradas, saneamento básicos, etc.).
- Adequação da infra-estrutura social – mudanças na demanda para suprir os serviços sociais básicos e facilidades, como educação, polícia, bibliotecas, serviços de bem-estar social, etc.
- Percepção da segurança pessoal e o medo do crime.
- Atualidade quanto à segurança pessoal e à exposição ao perigo.
- Atualidade quanto ao crime ou à violência.

C) Indicadores de Impactos Econômicos e de Bem Estar Material;

- Carga de trabalho – quantia de trabalho necessário para sobreviver e/ou viver razoavelmente.
- Padrão de vida e nível de fluxos – uma medida na composição do bem-estar material referindo-se a casa ou ao indivíduo em termos de suas habilidades para optar por objetivos e serviços. Isto também é referente ao custo de vida, e é afetado pelas mudanças nos preços locais, etc.
 - Acesso a serviços públicos.
 - Acesso ao governo e/ou outros serviços sociais.
 - Prosperidade econômica e resiliência – o nível de influencia econômica da comunidade e a extensão da diversidade de oportunidades econômicas.
 - Renda – dinheiro vivo.
 - Valores de propriedade.
 - Status ocupacional/prestígio e tipo de emprego.
 - Nível de desemprego na comunidade – baixo uso do capital social.
 - Perda de oportunidades de emprego.
 - Substituição de custos das funções ambientais – o custo da substituição de um produto ou serviço que era antigamente provido pelo ambiente, tal como água limpa, lenha, proteção quanto a inundações.
 - Dependência econômica e vulnerabilidade – a extensão que um indivíduo ou casa tem controle das atividades econômicas, o grau de incorporação em sistemas de produção maiores.
 - Ruptura na economia local – o desaparecimento da econômica local e suas estruturas.
 - Peso da dívida externa – a transferência, inter-gerações, das dívidas.

D) Indicadores de Impacto Cultural;

- Mudança nos valores culturais – como leis morais, crenças, sistemas rituais, linguagem e vestimentas.
- Afrontamento cultural – violação de lugares sagrados, quebra de tabus e outras tradições culturais.
- Integridade cultural – o grau da cultura local, as tradições, ritos, etc são respeitados e probabilidade de permanecerem.

- Experiência de estar sendo culturalmente marginalizado – a exclusão estrutural de certos grupos por causa de suas características culturais, isso cria um sentimento de “segunda classe de civilização”.
- Profanação da cultura - a exploração comercial ou massificação dos objetos culturais (como as habilidades manuais tradicionais e artefatos) e a conseqüente perda de seus significados.
 - Perda da linguagem local ou do dialeto.
 - Perda dos objetos naturais e culturais – dano ou destruição dos recursos culturais, históricos, arqueológicos e naturais, incluindo cemitério, locais históricos, e lugares religiosos, culturais e com valores estéticos.

E) Indicadores de Impacto na Família e na Comunidade;

- Alterações na estrutura familiar – como a estabilidade familiar, divórcios, número de filhos em casa, presença de *famílias estendidas*.
 - Mudança nas relações sexuais.
 - Obrigações para anciões vivos.
 - Obrigações para ancestrais.
 - Violência familiar – abuso psicológico e verbal.
 - Ruptura na rede de relações sociais – impactos na interação social e entre os membros familiares com outras pessoas da comunidade.
 - Mudanças na estrutura demográfica da comunidade.
 - Identidade comunitária e relações – senso de pertencimento, ligação com o lugar
 - Percepção e coesão comunitária atual.
 - Diferenciação social e injustiça – criação de percepções ou atuais diferenças entre os vários grupos na comunidade ou diferenciação nos níveis de acesso a certos recursos.
 - Tensão social e violência – conflito ou sérias divisões dentro da comunidade.

F) Indicadores de Impacto no Ambiente Institucional, na Legislação, na Política e na Equidade;

- Carga de trabalho ou viabilidade de governo ou agências formais – capacidade das instituições formais em controlar o aumento na carga de trabalho gerada a partir do plano de intervenção.
 - Carga de trabalho ou viabilidade das agências não-governamentais e agências informais incluindo as organizações comunitárias.
 - Integridade do governo e agências do governo – ausência de corrupção, competência com que executam suas tarefas.
 - Perda de posse, ou direitos legais.
 - Perda de subsídios – algum abuso dos direitos humanos, apreensão, prisão, tortura, intimidação, molestamento etc. Condições atuais quanto ao medo, censura ou perda da liberdade de expressão.
 - Participação em processos de decisão.
 - Acesso a procedimentos e conselhos legais.

- Impacto do patrimônio líquido – noções sobre justiça na distribuição dos impactos na comunidade.

(G) Indicadores de Impacto nas Relações de Gênero

- Integridade psicológica das mulheres – refere-se aos direitos da mulher de participar das decisões sobre seu próprio corpo, saúde e atividade sexual, tendo tanto o controle sobre fertilidade e práticas de gestão e criação das crianças, quanto os recursos para implementar tais decisões com segurança e de forma efetiva, estando livre de coerção, violência e discriminação no exercício das mesmas.
- Autonomia pessoal das mulheres – o nível de independência, auto-confiança e auto-respeito nos aspectos psicológicos, econômicos, políticos e sócio-culturais.
- Divisão de gênero orientada para o trabalho – refere-se à distribuição desigual da carga de trabalho entre homens e mulheres nas relações de produção, em termos de divisão do dinheiro, produção de alimentos para subsistência, salário-trabalho e outras estratégias de rendas familiares/casa.
- Divisão de gênero orientada para a família/casa - refere-se a desigual distribuição da carga de trabalho em relação ao cuidado e à manutenção da casa familiar- e para criação e educação das crianças.
- Gênero baseado no controle e acesso a recursos e serviços – incluindo terras, água, capital equipamentos, conhecimento, habilidades, oportunidades de emprego e renda, e serviços como facilidades no acesso a serviços de saúde, educação e extensão agrícola.
- Patrimônio líquido na realização educacional entre meninos e meninas.
- Emancipação política das mulheres – influência das mulheres nos processos de decisão referentes à casa, à comunidade e à sociedade.